



**Isabel Maria
Vidal Soares**

**Os professores do 1.º Ciclo de Águeda
perante a pobreza infantil**



Universidade de Aveiro Departamento de Educação
Ano 2012

**Isabel Maria
Vidal Soares**

Os professores do 1.º Ciclo de Águeda perante a pobreza infantil

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação (especialidade em Formação Pessoal e Social), realizada sob a orientação científica do Doutor Manuel Ferreira Rodrigues, professor auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

O júri

Presidente

Prof. Doutor Carlos Alberto Pereira de Meireles Coelho
Professor Associado do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

Arguente

Prof. Doutor Orlando Petiz Pereira
Professor Auxiliar da Universidade do Minho

Orientador

Prof. Doutor Manuel Ferreira Rodrigues
Professor Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

O trabalho apresentado nesta dissertação de mestrado só foi possível com o apoio e colaboração de diversas pessoas e de algumas instituições, cuja contribuição agradeço.

Em primeiro lugar quero expressar um enorme reconhecimento e agradecimento ao meu orientador, Professor Manuel Ferreira Rodrigues, pela sua orientação, pela disponibilidade e imenso apoio e incentivo que me foi dando ao longo de todo o processo de elaboração do meu trabalho.

Desejo também expressar os meus agradecimentos a todos os professores do 1.º ciclo e aos diretores de turma do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, do Agrupamento de Escolas de Águeda, que responderam prontamente ao inquérito elaborado para a realização desta dissertação. Uma palavra especial de apreço vai para o Diretor do Agrupamento de Escolas de Águeda, Carlos Correia Coelho, pela sua disponibilidade e amabilidade em diversas situações, nomeadamente em fazer chegar os inquéritos aos professores das escolas do 1.º ciclo do Agrupamento. Agradeço também à Sub-Diretora do Agrupamento de Escolas de Águeda, Maria do Carmo Lamela Barbosa Cupido, pelo facto de ter feito chegar os inquéritos aos diretores de turma do 2.º e 3.º ciclos do Agrupamento. À Cáritas Diocesana de Aveiro pelo material disponibilizado.

Este trabalho é igualmente devedor da boa vontade e apoio que encontrei em várias pessoas. Destaco a funcionária do SASE do Agrupamento de Escolas de Águeda, Maria Otilia Pereira Marques, pelo fornecimento de dados relativos ao Serviço de ação social do Agrupamento; a funcionária da secretaria, Rosa da Graça das Neves Martins, pela sua disponibilidade na recolha dos inquéritos dos vários professores e às minhas amigas Benilde Oliveira e Rosalinda Ferreira, pela força e incentivo que me foram dando ao longo da realização desta dissertação.

Finalmente, o meu agradecimento muito especial à minha família, ao Paulo, ao Rafael, à Glória pelo apoio permanente, pela compreensão e encorajamento para a conclusão deste trabalho.

palavras-chave

Pobreza infantil, exclusão social, escola inclusiva, professores, Águeda

Resumo

A pobreza é um fenómeno complexo e multidimensional, como bem mostram os estudos nacionais e estrangeiros sobre este tema.

Nos últimos tempos tem-se falado bastante sobre a pobreza em Portugal e no mundo. Mesmo em sociedades ricas e desenvolvidas o fenómeno da pobreza é uma realidade. Milhões de pessoas vivem em situação de privação e miséria. Apesar da existência dos escassos mecanismos para o combate à pobreza, a crise de 2008 instalou-se mesmo nos países europeus, provocando um empobrecimento generalizado, tendo como efeito imediato as elevadas taxas de desemprego e de trabalho precário.

Para travar a expansão do fenómeno da pobreza e da exclusão social, alguns governos e algumas organizações não governamentais têm unido esforços nesse sentido. Vários estudos têm mostrado que são as camadas menos protegidas pelas políticas sociais que são as mais afetadas pela pobreza e pela exclusão social, sobretudo as crianças, embora em determinados países a taxa de pobreza infantil seja muito reduzida.

O futuro anuncia pobreza para os próximos anos devido à desordem económica instalada a nível global e aos débeis mecanismos políticos para a combater. A pobreza é cada vez mais encarada como uma violação dos direitos humanos fundamentais. Os governantes e os seus povos têm de assumir responsabilidades no que respeita à pobreza, traduzindo-se a sua intervenção em acções concretas de prevenção, de remoção das suas causas e na diminuição dos seus efeitos que se fazem sentir na saúde, na educação, habitação e trabalho.

Nos dois primeiros capítulos analisámos vários conceitos de pobreza, as relações entre pobreza e exclusão social, procurando perceber a dimensão da pobreza em Portugal, na Europa e nos países mais pobres do mundo. Tentámos igualmente entrever os diversos caminhos de combate à pobreza.

No terceiro capítulo fizemos uma análise aos inquéritos aos professores do Agrupamento de Escolas de Águeda, para percebermos as suas atitudes perante a pobreza infantil, nomeadamente da pobreza ou estado de carência extrema dos seus alunos. Os professores do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Águeda mostram, neste estudo, uma extraordinária sensibilidade face às carências e dificuldades dos seus alunos.

Keywords

Child poverty, social exclusion, inclusive school, teachers, Águeda

Abstract

Poverty is a complex and multidimensional phenomenon, as well show the national and international studies on this topic. In recent times there has been talk a lot about poverty in Portugal and worldwide. Even in rich and developed societies the phenomenon of poverty is a reality. Millions of people live in conditions of deprivation and misery. Despite the existence of limited mechanisms for combating poverty, the crisis of 2008 was installed even in European countries, causing a general impoverishment, with immediate effect as the high rates of unemployment and precarious employment.

To stop the expansion of the phenomenon of poverty and social exclusion, some governments and some non-governmental organizations have joined efforts. Several studies have shown that the layers are less protected by social policies that are most affected by poverty and social exclusion, especially children, although in some countries the child poverty rate is very low. The future poverty announces the coming years due to economic disorder installed globally and the weak political mechanisms to combat it. Poverty is increasingly seen as a violation of fundamental human rights. The governments and their peoples have to take responsibility with regard to poverty, translating his speech into concrete actions for prevention, removal of its causes and reducing the effects that are felt in health, education, housing and work.

In the two first chapters we analyzed various concepts of poverty, the relationship between poverty and social exclusion, seeking to realize the extent of poverty in Portugal, in Europe and the world's poorest countries. We tried also to glimpse the many ways to combat poverty. In the third chapter we analyzed the surveys to teachers in Agrupamento de Escolas de Águeda, to realize their attitudes to child poverty, including the state of poverty or extreme deprivation of their students. Teachers of Basic Education in Agrupamento de Escolas de Águeda show in this study, an extraordinary sensitivity to the needs and difficulties of their students.

É vastíssimo hoje o número das pessoas que vivem em condições de extrema pobreza. Penso, entre outras, nas situações dramáticas de alguns países africanos, asiáticos e latino-americanos. São grupos imensos, com frequência, faixas inteiras de populações que, nos seus próprios países, se vêem à margem da civilização: entre elas, há um número crescente de crianças que para sobreviverem apenas podem contar consigo próprias. Semelhante situação não constitui somente uma ofensa à dignidade humana, mas representa também uma inegável ameaça para a paz. Um Estado, seja qual for a sua organização política e o seu sistema económico, permanece em si mesmo frágil e instável, se não demonstra uma contínua atenção pelos seus membros mais débeis, e não faz tudo o que pode para garantir solução pelo menos às suas necessidades mais elementares.

(João Paulo II, 1992)

A pobreza não se revela apenas pela escassez de recursos materiais, uma vez que em “sociedades ricas e avançadas, existem fenómenos de marginalização, pobreza relacional, moral e espiritual: trata-se de pessoas desorientadas interiormente, que apesar do bem-estar económico, vivem diversas formas de transtorno”

(Bento XVI, 2008)

Abreviaturas

CEE — Comunidade Económica Europeia

EAPN — European Anti Poverty Network

IPSS — Instituição Particular de Solidariedade Social

OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PNLCP — Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza

REAPN — Rede Europeia das Associações de Luta Contra a Pobreza

RMG — Rendimento Mínimo Garantido

UNICEF — United Nations Children’s Fund

Índice

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: UMA FATALIDADE?	23
1. Pobreza: um conceito histórico, complexo e multidimensional.....	23
1.1. Diversidade de sentidos da pobreza na Bíblia.....	24
1.2. Dificil entendimento da pobreza com os dicionários	28
2. Pobreza e pobreza: a difícil busca do consenso.....	28
3. A pobreza em Portugal e nos países desenvolvidos	34
5. A pobreza noutros espaços.....	37
6. Factores de pobreza e exclusão Social	37
7. Caminhos para o combate à pobreza	41
CAPÍTULO II. A POBREZA ESCONDIDA NA ESCOLA	51
1. A pobreza infantil: que direitos humanos?	51
2. Impactos da pobreza e da exclusão social na Escola	59
CAPÍTULO III. OS PROFESSORES PERANTE A POBREZA INFANTIL	65
1. Universo de inquiridos e caracterização sumária	65
2. Análise das respostas.....	66
2.1. Idades dos professores que responderam ao inquérito.....	66
2.2. Tempo de docência	66
2.3. Sensibilidade face às questões de pobreza infantil nos locais onde residem	67
2.4. Sensibilidade face às questões de pobreza infantil nas salas de aulas	67
2.5. Opinião sobre os critérios de atribuição de subsídios alunos “carenciados”	68
2.6. Formas de percepção da pobreza infantil na sala de aula	69
2.7. Motivos que poderão estar na origem da pobreza dos alunos carenciados.	70
2.8. Organizações e/ou instituições de apoio a estes alunos e suas famílias.....	70
2.9. Necessidades básicas dos alunos carenciados.....	71
2.10. Auxílio por parte dos professores a alunos carenciados.....	71
2.11. Discriminação dos alunos carenciados pelos colegas	72
2.12. Comportamento e expectativas dos pais dos alunos carenciados face à Escola	72
2.13. Aproveitamento dos alunos condicionados por carências ou pobreza.....	73
2.14. Apoio por parte da escola aos alunos carenciados	73
3. Análise global dos resultados do Inquérito.....	74
3.1. O que nos permitem afirmar as respostas dos professores.....	74
3.2. Situação social dos alunos, segundo elementos recentes	75
3.3. Situação social dos restantes agrupamentos	76
CONCLUSÃO	77
APÊNDICE 1. A POBREZA NA BÍBLIA	81
Antigo Testamento.....	81
Novo Testamento.....	87
APÊNDICE 2. INQUÉRITO AOS PROFESSORES.....	91
FONTES E BIBLIOGRAFIA	95
1. Documentos sobre pobreza e exclusão	95
2. Dicionários e obras de referência	95
3. Imprensa	95
4. Bibliografia específica	96
5. Bibliografia geral	97

INTRODUÇÃO

O título inicial desta dissertação – *Os Professores do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Águeda perante a Pobreza Infantil* – foi amputado das palavras indicadas a negrito, por ultrapassar o limite máximo de 70 caracteres determinado pela Universidade de Aveiro para os títulos das dissertações. Mas que fique claro: este estudo diz respeito apenas ao Agrupamento de Escolas de Águeda; não resulta, portanto, dos pontos de vista de todos os professores do concelho, não obstante pensarmos, como mostramos nas conclusões, que não será difícil provar que os restantes professores do 1.º ciclo de Águeda subscreveriam maioritariamente as opiniões dos seus colegas do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Águeda.

Assim, o título verdadeiro, o que explicita o objeto de estudo desta dissertação sem ressalvas ou advertências é este: ***Os Professores do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Águeda perante a Pobreza Infantil***. Mas poderíamos dizer de outra forma: *Os Professores do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Águeda perante a situação dos alunos mais carenciados do Agrupamento de Escolas de Águeda*, uma vez que é mais comum o uso da expressão *alunos mais carenciados* do que a de *alunos pobres*. Politicamente correto ou não, parece-nos que é uma forma menos rude de etiquetar os alunos que vivem com dificuldades económicas, embora também seja evidente que, objetivamente, constitui um meio de esconder essa mesma pobreza, de a ignorar, de não lhe dar atenção. Portanto, estamos diante de um estudo que visa refletir sobre a pobreza, e a pobreza infantil em especial, num contexto sociocultural concreto: o de um espaço geoeconómico marcado por um século de industrialização e que se debate, nestas últimas décadas, com enormes dificuldades determinadas pelos efeitos da concorrência industrial dos países do Oriente e de todos aqueles que estão a industrializar-se neste momento, e da forma como os oligopólios mundiais estão a tirar partido dessa mesma industrialização.

Como se pode ver na bibliografia final, esta dissertação beneficiou de um conjunto de estudos sobre a realidade do nosso país, publicados nos últimos anos, especialmente em língua portuguesa; mas não só cá, como em todo o mundo, é muito escasso o número de estudos sobre a po-

breza e especialmente sobre as políticas que reduzam ou eliminem a pobreza mais aviltante. A Universidade e a Escola em geral ainda olham as questões relativas à pobreza infantil como outro tema qualquer, quando, de facto, está em jogo, nesta problemática, a nossa dignidade, a nossa auto-estima, enquanto espécie, independentemente de outras considerações. É inadmissível que uma sociedade abandone as crianças às dificuldades resultantes de um larguíssimo leque de factores: dos estruturais, aos conjunturais, sem esquecer, como é obvio, os episódicos. Fala-se tanto – tantas vezes de forma hipócrita – em direitos humanos, na necessidade de os fazermos respeitar à escala global, azedam-se as relações entre países por causa da liberdade de expressão e não há qualquer comoção perante a situação de fome e miséria de centenas de milhões de crianças, abandonadas à sua sorte. É certamente por essa razão que são escassos os estudos académicos, nas diversas disciplinas, sobre pobreza infantil. Esperamos que esta situação venha a mudar nos próximos anos.

Como salientam diversos autores, a problemática da pobreza constitui um fenómeno complexo de natureza política, social e cultural, que diz respeito, tanto a ricos como a pobres. Por outras palavras, os fenómenos associados à pobreza dizem respeito a toda a sociedade. Os seus efeitos fazem-se sentir em todos os domínios da vida colectiva. Por outro lado, como cremos ter mostrado na presente dissertação, a pobreza constitui um objeto recente das Ciências Sociais. Assim, quase podemos afirmar que está tudo por fazer. Trata-se, de facto, de um tema com diversas vertentes ainda por estudar, especialmente no que concerne à pobreza nos períodos de crise ou de depressão económica, mais ainda nos nossos dias, neste “momento dramático da história da humanidade”, em que, como salienta José Mattoso (2012, pp. 27 e 35), se agravou “o fosso que separa os pobres dos ricos, por causa da globalização económica e da irresponsabilidade da alta finança”.

A maior dificuldade que sentimos, como dissemos antes, residiu precisamente em encontrar bibliografia sobre pobreza, em geral, não obstante o significativo número de estudos recentemente publicados, e sobre a pobreza infantil, em particular. Mais escassos ainda são os estudos sobre a pobreza infantil em contexto escolar. Por este feixe de razões, o nosso estudo deixa ainda em aberto diversos aspectos que, noutras circunstâncias, teríamos considerado, embora algumas das nossas perguntas necessitem de equipas multidisciplinares para as respostas que se exigem: que incidências tem a pobreza infantil no aproveitamento escolar? Em que medida a pobreza infantil afeta as expectativas sociais dos alunos nessas condições? De que modo a escola contribui para a libertação cultural dessa situação? Como deveria organizar-se a escola perante situações dramáticas de pobreza infantil, especialmente durante os períodos de crise profunda ou de depressão? O que é que a escola não pode, de facto, fazer perante essa situação? O que se pede aos restantes agentes locais nesses contextos? De que modo a escola e as demais instituições locais e nacionais deveriam interagir para minimizar o sofrimento e os efeitos das crianças pobres? De que modo, os pobres podem ser agentes da mudança? Por que razão as ideologias da solidariedade e

do egoísmo permanecem estáticas perante situações tão dramáticas? Estas são, como se pode ver, algumas das nossas inquietações, algumas das perguntas que não chegaram a ser perguntas de partida, embora tenham estado sempre presentes na elaboração deste texto. Por razões que se prendem com os limites de um estudo desta natureza, por razões que se relacionam com o facto de termos realizado este estudo num momento de grandes dificuldades em que vive a escola portuguesa – com pouco tempo e espaço para olhar e refletir à sua volta –, por razões que se prendem com a ausência de estudos locais sobre este tema, pois constitui uma proposta do orientador, numa altura em que se assinalava o ano mundial de luta contra a pobreza, o nosso estudo tem um objeto bem mais limitado. Mas, cremos, determinante, para podermos identificar os agentes do combate à pobreza infantil em contexto escolar.

Inicialmente, ainda pensámos reunir e analisar os pontos de vista da comunidade educativa, no seu todo, com destaque para os professores, as crianças mais pobres e as suas famílias. Cedo verificámos que, a natureza e o prazo de realização desta dissertação, tornavam impossível responder a todas as perguntas de partida. Por essa razão, optámos por perceber, nas suas modulações subtis, a sensibilidade dos professores perante a pobreza infantil, em geral, e a pobreza infantil em contexto de sala de aulas, em particular, como se pode ver no Apêndice 2, tomando como amostra os professores do Agrupamento de Escolas de Águeda. Nessa medida, fizemos um conjunto de perguntas que nos permitiram perceber de que modo os professores se apercebem das situações de pobreza na escola em que lecionam, e de que modo atuam no sentido de as minorarem. Procurámos igualmente compreender a forma como os professores interpretam políticas, práticas, estruturas de apoio, tanto à escala nacional, como à escala local, e até as atitudes das famílias carenciadas para com os seus filhos e as dificuldades que enfrentam. Em suma, procurámos saber de que forma os professores se apercebem das necessidades básicas dos *alunos mais carenciados*, como se apercebem dos mecanismos de discriminação entre alunos em situação de pobreza e alunos não pobres, como refletem sobre o aproveitamento dos *alunos mais carenciados*. Não foi tarefa fácil, pois, quatro décadas após o 25 de Abril, verificámos que os professores têm medo. O que nos deixa muito preocupados. Como construir uma sociedade assente em sólidos valores de cidadania, se os pilares fundamentais desse edifício são menos cidadãos?

Como referimos anteriormente, procurámos contribuir para um melhor conhecimento da pobreza infantil, em geral, e da pobreza infantil dos alunos do Agrupamento de Escolas de Águeda em particular, criando condições para facilitar os esforços no sentido de se minorarem as situações mais dramáticas. Nessa medida, cremos ter dado um contributo original para o estudo desta problemática, que irá tornar-se, certamente, um dos temas mais discutidos nos próximos anos. Na verdade, não existem estudos sobre esta temática. Cremos mesmo estar perante o primeiro trabalho académico sobre a sensibilidade dos professores perante a pobreza infantil em contexto escolar. De facto, foi possível perceber um fenómeno que tem escapado aos estudiosos desta proble-

mática: a sensibilidade dos professores do ensino básico que enfrentam situações de pobreza ou de carência dos seus alunos. A muitos poderá parecer surpreendente a forma como os professores – sem ações de formação! – estão atentos a tantas dificuldades de algumas das crianças que têm nas salas de aulas.

Para a realização deste estudo, depois de uma reflexão sobre o método ou métodos a adotar, decidimo-nos por uma metodologia híbrida, a um tempo qualitativa e quantitativa, buscando tanto a compreensão como a explicação, como salientam alguns autores e metodólogos conhecidos. Primeiramente, começámos por reunir e estudar a bibliografia especializada sobre o tema, tanto em papel, como em suporte digital, e, após a análise dos dados pertinentes dos inquéritos mais recentes sobre pobreza, em geral, construímos um inquérito por questionário (Apêndice 2), que visava obter as respostas dos professores do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Águeda. Passámos, depois, pela fase da obtenção das autorizações, tanto das oficiais, como das dos próprios professores. Como salienta Robert E. Stake (2009, p. 74), “quase sempre, a recolha de dados é feita no ‘território privado’ de alguém. A maioria das recolhas de dados de casos educacionais envolvem pelo menos uma pequena invasão da privacidade pessoal”. A amostra que delimitámos, cremos ser uma *amostra-réplica*, como a definem Pardal & Correia (1995, pp. 32-33), na medida em que o nosso estudo visa conhecer as opiniões de um universo local numericamente reduzido, sem preocupações, de momento, de generalização para a totalidade do universo dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico. De resto, podemos afirmar que estamos conscientes das potencialidades como das limitações do inquérito sociológico (cf. Ferreira, 1999, pp. 165-196).

Depois de recolhidas e analisadas as respostas obtidas, procurámos dar continuidade ao inquérito. Ainda que não seja verdadeiramente uma *investigação-acção*, como a definem, tanto Cohen e Manion, como Elliott (*apud* Bell, 2004: 20-21), procurámos indagar, por correio eletrónico, se os professores que responderam ao inquérito redefiniam ou confirmavam as suas respostas. Infelizmente, não foram muitos os que saíram da situação de anonimato. Nessa medida, o nosso estudo aproxima-se mais da definição de investigação-acção de Brown e McIntyre (*apud* Bell, 2004: 20-21), pois, como professora do Ensino Básico, adotámos o modelo do professor-investigador.

Mas mesmo essa condição de professora-investigadora permite-nos afirmar que este estudo é mais devedor do contributo das metodologias do *estudo de caso* do que das da *investigação-acção*. De facto, na medida em que o inquérito assenta num conjunto de ideias pessoais e profissionais sobre o tema estudado, ainda que sustentadas e cinzeladas por um corpo de pressupostos teóricos construídos pela comunidade académica deste domínio, bebidos na bibliografia estudada, esta dissertação aproxima-se mais do perfil do *estudo de caso*, não permitindo, pois, a formulação de generalizações universais, uma vez que a metodologia predominante é qualitativa (cf. Stake, 2009, capítulo 3). E como salienta este autor, “os fenómenos precisam de descrições exa-

tas, mas até a interpretação observacional desses fenómenos será moldada pela disposição, pela experiência, e pela intenção do investigador. Alguns destes invólucros podem ser descartados, mas outros não podem”.

Dada a natureza das metodologias adotadas, as fontes fundamentais para realização deste estudo e para a elaboração das suas conclusões foram as respostas dos professores do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Águeda. A escolha dos professores não foi difícil, na medida em que, após uma pesquisa preliminar, apercebemo-nos de que a sensibilidade dos professores deste agrupamento de escolas nos parecia idêntica à dos restantes professores do concelho de Águeda.

Para a realização do primeiro capítulo, recorreremos a um importante acervo bibliográfico sobre a pobreza que, não obstante os estudos realizados desde algumas décadas, é muito reduzido. Procurámos perceber, no emaranhado de posições próximas e distantes, o essencial sobre a pobreza, suas causas, consequências globais e formas de as combater.

No capítulo segundo, debruçámo-nos sobre pobreza infantil, em Portugal e no mundo. Neste domínio, são ainda mais escassos os estudos realizados, tanto em português como em inglês. Assim, procurámos elaborar um ponto da situação dos estudos sobre pobreza e pobreza infantil, para podermos indagar o papel da escola perante este flagelo.

O terceiro capítulo constitui uma análise das posições assumidas pelos professores do Agrupamento de Escolas de Águeda perante as inúmeras dificuldades sentidas pelos seus alunos pobres, ou como costumamos dizer, mais carenciados.

CAPÍTULO I. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: UMA FATALIDADE?

O justo toma conhecimento da causa dos pobres (Provérbios, 29: 7).

1. Pobreza: um conceito histórico, complexo e multidimensional

Tanto a bibliografia especializada, como o inquérito sociológico permitem afirmar que o conceito de pobreza é complexo e multidimensional, envolvendo uma grande variedade de aspetos e conceitos políticos, sociais, económicos e culturais, bem como uma grande diversidade de metodologias de análise. Atendendo aos interesses em jogo, em qualquer das medidas propostas ou preconizadas para a redução ou eliminação das situações mais gritantes de pobreza é difícil obter consensos na sua aplicação prática, especialmente no tempo em que vivemos, um tempo em que o discurso do lucro manda mais alto. Essas são, certamente, as razões das principais divergências verificadas, tanto no plano científico como no político-social, em Portugal e no mundo. A Universidade não é politicamente neutra. Todavia, essa diversidade permite uma percepção global da ideia de pobreza, dos mecanismos para a sua redução e, especialmente, das formas de a enfrentarmos culturalmente. Na verdade, como qualquer assunto importante na vida, a pobreza não é ideologicamente neutra, o que faz com que, por exemplo, até os textos sagrados sejam interpretados de formas bem divergentes. Como salientam alguns autores, o conceito de rico também gera discordâncias. Para muitos, rico é aquele que muito tem. Para outros, “rico é o que menos precisa”. Mas se aplicarmos essa frase em sentido inverso, “podemos afirmar que pobre é a aquele que menos tem. Pobre é aquele que mais precisa” (Campos, 2011).

1.1. DIVERSIDADE DE SENTIDOS DA POBREZA NA BÍBLIA

Diz o padre e filósofo Anselmo Borges que “a palavra *Bíblia* vem do Grego e significa livros, no plural” (Borges, 2008). Esclarece depois que, “em Latim e, por derivação, em Português, transformou-se num singular feminino: a *Bíblia* como *O Livro*”. No entanto, “quem não estiver atento pensará que se trata de um livro como os outros. Na realidade, é, segundo o cânone católico, o conjunto de 73 livros – uma pequena biblioteca –, e a sua redacção e formação prolongaram-se por mais de mil anos” e, para “tratar precisamente da *Bíblia*, o magno problema bíblico é o da interpretação. De tal modo, foi possível, com base na *Bíblia*, fazer leituras díspares que o filósofo Hegel tem o dito famoso de que ela é como um nariz de cera, expressão que já vem de Alain de Lille, no fim do século XII” (*Ibidem*).

Efetivamente, a maior dificuldade em saber que conceito podemos colher nos textos bíblicos reside precisamente na interpretação. Não da dificuldade deste ou daquele exegeta ou leitor menos prevenido, mas da dificuldade desta ou daquela época, na medida em que todas as épocas têm encontrado na *Bíblia* as justificações para as suas ações, as premissas da moral vigente, ignorando passagens que as questionam nesses e noutros domínios. Assim, podemos afirmar, por exemplo, que uma grande dificuldade de interpretação da *Bíblia*, nos nossos dias, assenta, antes de mais, no facto de a noção de tempo, bem como a ideia de necessidade de transformação da sociedade, que herdámos do Iluminismo, ser alheia ao texto bíblico. De qualquer modo, admitindo mesmo que não teremos compreendido de todo o sentido das palavras que lemos no *mais longo poema colectivo criado até agora pela Humanidade*, como se lhe refere Lídia Jorge (*apud* Borges, 2008), é possível dizer que nele encontramos duas formas de olhar a pobreza: no *Antigo Testamento*, predomina uma ideia de pobreza que remete para dificuldades materiais, carências várias e exclusão; no *Novo Testamento*, estamos perante um conceito algo diferente, porventura mais “ideológico” – a pobreza é entendida como falta de fé –, ainda que Jesus Cristo tenha com a pobreza em geral uma atitude diferente, até porque partilha com os pobres a sua condição sociocultural, do nascimento à morte (Lucas, 2: 16). Como eles, Ele conhece a fome, a sede e a indigência. Mesmo assim, importa salientar que, no essencial, no *Novo Testamento*, a pobreza tem mais a ver com a salvação do que com a satisfação de necessidades básicas, como as entendemos hoje.

Esta questão conduz-nos a outra diferença de nota entre os dois livros sagrados: no *Antigo Testamento*, as palavras *pobre* e *pobreza* – que contamos com o auxílio de um programa informático (Vieira, 2002) – são referidas 138 vezes, enquanto o Novo Testamento se fica pelas 39 (Apêndice 1). Num caso e no outro, não foram contabilizadas as referências aos ‘pequenos’, dado o elevado número de denotações que esta palavra tem no texto sagrado, como não foram levadas em

conta outras passagens e aspetos que só a leitura da totalidade dos 73 livros nos permitiria ter uma visão mais inteira da importância que o texto sagrado atribui à pobreza.

Logo no *Livro de Génesis* (45: 11), a pobreza está correlacionada com fracas colheitas. No *Êxodo* (23: 11), há uma determinação do tempo para o pousio das terras, deixando entender que o restolho seria disputado pelo pastoreio dos animais e pelos pobres: “Nesse período, colherão os pobres e, depois, os animais”. De forma semelhante, no *Levítico* (19: 10; 23: 22), os restos da vin-dima ou da cega seriam para o pobre e para o estrangeiro. Não é claro se o “estrangeiro” de que fala este livro é o “peregrino” (25: 35). Estipula o *Levítico*, também, que no empobrecimento de um, a família deve ser solidária (25: 39).

No *Deuterónimo* (15: 7), pede-se para “não se endurecer o coração nem fechar a mão ao irmão pobre”, pois “nunca deixará de haver pobres na Terra; pelo que eu te ordeno dizendo: livremente abrirás a tua mão para o teu irmão, para o teu necessitado e para o teu pobre na tua terra”; e noutra passagem do mesmo livro (24: 14) pode-se ler: “Não oprimirás o trabalhador pobre e necessitado”. Como vemos, estamos perante um conjunto de preceitos solidários e morais que dão corpo e sentido aos nossos valores mais sagrados. E nesta medida, enformam valores in-temporais, social e culturalmente falando.

No *Primeiro Livro de Samuel* (2: 7) é o Senhor que “empobrece e enriquece”. No *Segundo Livro de Samuel* (12: 3) “o pobre não tinha coisa alguma senão uma pequena cordeira que compra e criara”. No livro de *Reis II* (25: 12) aos mais pobres são dadas tarefas de “vinhateiros e lavradores”.

Em diversos livros do *Novo Testamento* há uma clara condenação do lucro – ilícito, desonesto –, nomeadamente pela espoliação dos pobres e necessitados, das viúvas e dos órfãos, tema que viria a marcar cerca de três quartos da história do Ocidente, como salienta Peter Singer (2006: 127), até ao final da Idade Média.

Nos *Salmos* (9: 18) é defendida uma esperança “para o necessitado e para o pobre”, com a condenação dos “ímpios [que], na sua arrogância, perseguem furiosamente o pobre, apanhado nas ciladas que maquinaram” (10: 2), pois “o rico está de emboscada para apanhar o pobre, colhendo a sua rede (10: 9). Mas Deus está atento: “Por causa da opressão dos pobres e do gemido dos necessitados, levantar-me-ei, agora, diz o Senhor” (*Salmos*, 12: 5)). O Senhor ouve o pobre (34: 6), o pobre e o necessitado (35: 10 e 40: 17). Desse modo, um bem-aventurado é o que considera o pobre (41: 1). Assim, “o povo deve ser julgado com justiça e os pobres com equidade (72: 2). O pobre é referido a par do necessitado (86: 1 e 109: 22) e do “órfão” (82: 3).

Também nos *Provérbios*, a consciência da pobreza generalizada desse tempo, levou o texto sagrado a colocar o pobre e o necessitado no mesmo plano (14: 31). Mas, neste livro podemos ler um conjunto de condenações, hoje tornadas “sabedoria popular”: “o que trabalha com mão remissa empobrece; mas a mão diligente enriquece” (10: 4); o que lavra a sua terra se fartará de

pão; mas o que segue os ociosos se encherá de pobreza” (28: 19); o pobre é pobre por “falta de juízo” (13: 23) e, desse modo, a pobreza não faz amigos (14: 20), enquanto a riqueza faz amigos (19: 4). Daí as recomendações morais, quase diríamos, sapienciais, na medida em que funcionam como avisos contra os males que a pobreza contém: “Não ames o sono, para que não empobrecas; abre os teus olhos e te fartarás de pão” (20: 13); “Quem ama os prazeres empobrecerá; quem ama o vinho e o azeite nunca enriquecerá” (21: 17). “Porque o bebedor e o comilão caem em pobreza e a sonolência cobrirá de trapos o homem” (23: 21).

Deste modo, não espantará o elogio do pobre íntegro (28: 6) e da dádiva desinteressada, enquanto, paradoxalmente, se tece uma crítica ao amearhar (11: 24), salientando-se, noutra passagem, mais uma vez, que os juros e a usura contribuem para a pobreza (28: 8). Parece evidente que, segundo o livro dos *Provérbios*, a pobreza é resultado de um conjunto de razões, não sendo culpa apenas do pobre. De resto, é neste livro que encontramos o conhecido provérbio, “Dar ao pobre é emprestar a Deus” (19: 17) a par de (mais) um pedido de benignidade para as vítimas da pobreza (19: 22). E no que respeita à benignidade para os pobres, o texto sagrado não esquece o poder (Provérbios, 29: 14): “Se o rei julgar os pobres com equidade, o seu trono será estabelecido para sempre.”

Atentemos agora em algumas passagens do Novo Testamento, marcado pelas palavras que Jesus dirigiu aos seus discípulos (Lucas, 6: 20): “Bem-aventurados vós, os pobres, porque vosso é o reino de Deus”. Em Mateus (25: 40), Jesus sentencia: “Em verdade vos digo que, sempre que o fizestes a um destes meus irmãos, mesmo dos mais pequeninos, a mim o fizestes”. Em Lucas (14: 13), Jesus coloca os pobres a par de outros grupos, nomeadamente o dos deficientes, e todo o tipo de pessoas com dificuldades variadas: “Mas quando derdes um banquete, convidai os pobres, os aleijados, os coxos e os cegos”. Mas esta frase lança-nos um grande desafio: será correta a sua leitura literal? De que pobres, aleijados, coxos e cegos falava Jesus, segundo Lucas? E o banquete?

Noutras passagens, há duas ideias repetidas: Jesus manda dar tudo aos pobres e pede que O sigam. Acontece isso em Mateus (19: 21) e em Marcos (10: 21), mas também em Lucas. Nesses textos, Jesus diz: “Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens e dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, segue-me”. Mas noutra passagem (Lucas 18: 22), repete Mateus e Marcos: “Ainda te falta uma coisa; vende tudo quanto tens e reparte-o pelos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, segue-me”. Esse desprendimento das coisas materiais, este apelo a que O sigamos sem mais, leva-O a afirmar (Mateus 26: 9): “Pois este bálsamo podia ser vendido por muito dinheiro, que se daria aos pobres”.

Também S. Paulo (Coríntios II, 8: 9) salienta uma relação estreita entre pobreza e virtude (ou será entre privação/provação e salvação?): “pois conheceis a graça de Nosso Senhor Jesus Cristo que, sendo rico, por amor de vós se fez pobre, para que pela sua pobreza fôsseis enriquecidos”. Mas onde o pensamento de Paulo a respeito dos pobres e de uma caridade entendida como

amor ao próximo atinge uma beleza extraordinária é na *Primeira Epístola aos Coríntios* (trad. de José Tolentino Mendonça, Porto 2001 et al, 2001, p. 302-303), esse belo hino da cultura cristã:

Se eu falasse as línguas dos homens e até as dos anjos, mas não tivesse amor
seria bronze que soa ou címbalo que tine.

Se eu tivesse o dom da profecia e conhecesse todos os mistérios
e todos os saberes,

se a minha fé fosse a ponto de mover montanhas,
mas não tivesse amor, eu nada seria.

Se repartisse pelos pobres tudo quanto tenho, e meu corpo
entregasse às labaredas

mas não tivesse amor, nada ganharia.

O amor paciente, repleto de bondade,

o amor que desconhece inveja e não ostenta orgulho,

o amor sem vaidade, que descarta o próprio interesse,

e não se irrita e não suspeita mal,

o amor que colhe a alegria da injustiça, mas se alegra com a verdade;

tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.

O amor jamais acabará:

há um tempo em que vacilam as profecias, as línguas emudecem e
o saber desaparece

porque só em parte conhecemos e só em parte profetizamos,

mas quando chega a perfeição

os limites apagam-se.

Quando eu era criança, falava como criança,

sentia como criança, pensava como criança:

quando me tornei homem

abandonei as coisas de criança.

Agora vemos por um espelho, e de maneira menos obscura, o que depois
veremos face a face.

Agora conhece apenas uma parte, mas então conhecerei

conforme também sou conhecido.

Agora permanecem fé, esperança, amor, todos juntos.

Mas o maior de todos é o amor.

Em praticamente todos os textos é evidente um elogio da vida frugal, que contém em si mesmo uma crítica tácita à riqueza, à busca das coisas materiais, doutrina que moveu ao longo dos séculos diversos cristãos na crítica aos que se deixaram engodar pelo brilho do ouro e do poder. Sabemos como é difícil aos senhores do poder ouvir estes apelos, como sabemos ser difícil às massas entenderem o texto bíblico, no quadro das pressões da sociedade materialista, de consumo. Como será difícil entender as exortações das bem-aventuranças, nomeadamente a primeira! Como é difícil perceber as palavras de José Mattoso (2012, p. 36): “A pobreza, a redução de custos, a limitação do consumo, a contenção dos desperdícios, a aceitação da austeridade têm também a suas vantagens. Tornam o homem menos dependente das instituições, da opinião pública e

dos vendedores de ilusões [...]. A pobreza obriga a uma contenção que só pode ser benéfica, contanto que não ameace a própria vida”.

Como salientam alguns autores, antes da criação do Estado moderno, cabia à Igreja, apoiado no texto bíblico, a responsabilidade de defender e proteger os pobres, de modo que a proteção dos pobres fazia parte da justiça divina.

1.2. DIFÍCIL ENTENDIMENTO DA POBREZA COM OS DICIONÁRIOS

No *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea* (2001), a pobreza é considerada como condição ou estado de pobre; carência; ausência de meios materiais; falta de recursos financeiros; escassez; indigência; penúria. No *Dicionário de Língua Portuguesa* (1998), a pobreza é considerada como a qualidade ou estado de pobre; escassez; necessidade; estreiteza de posses; indigência; miséria; penúria. O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (2010) identifica pobreza como o estado ou qualidade de pobre; falta do necessário à vida; escassez, indigência; penúria. No *Grande Dicionário de Língua Portuguesa* (1996), a pobreza é definida como o estado ou qualidade de pobre; falta do que é necessário para viver; escassez; falta; penúria.

Como vemos, os dicionários de língua portuguesa mais recentes identificam pobreza abstractamente com “estado de pobre”, essencialmente como sinónimo de estado de “carência material”, procurando esclarecer os usos correntes do conceito com as seguintes palavras: carência, ausência de meios materiais, falta de recursos financeiros, escassez, indigência, penúria, necessidade, estreiteza de posses, miséria material. Como vimos antes, na Bíblia, havia referências a outros tipos de pobreza (moral e religiosa) que os dicionários actuais não registam. É, como sabemos, manifestamente pouco o que nos dizem os dicionários.

Já os dicionários temáticos ou especializados, como o *Dictionnaire de Sociologie* (2004) ou o *Dictionnaire de Philosophie* (2004) dão-nos uma informação mais complexa, porventura menos evidente. O primeiro diz-nos que para o sociólogo o conceito de pobreza torna-se equívoco. Assim, a pobreza não é somente *relativa*, mas *multidimensional e socialmente construída*. Mesmo assim, para o *Dictionnaire de Philosophie* a pobreza é entendida como indigência, miséria material.

Vejamos, agora, o que nos diz a mais recente bibliografia sobre o tema.

2. Pobreza e pobrezas: a difícil busca do consenso

A preocupação com a pobreza, as suas causas e as formas de a combater constitui, há muito, um tema de interesse para a investigação das Ciências Sociais (CNE, 2000), muito embora só

nas últimas décadas elas tenham dedicado maior atenção aos problemas da pobreza e da exclusão. Em França, o combate à pobreza data dos anos 1960, como referimos adiante (Bruto da Costa et al, 2008). Assim sendo, a renovada atenção dada a esta temática tem tido uma expressão especialmente forte, a nível do discurso político e do trabalho científico, nos países da Europa Ocidental e noutros países desenvolvidos. Estarão as razões deste comportamento correlacionadas com o avolumar da importância deste fenómeno, em razão, tanto do aumento extraordinário do desemprego de natureza variada nos países ricos, nomeadamente na União Europeia, e do aumento da exclusão social de origem diversa?

No final de 2011, Portugal registou uma taxa de desemprego de cerca de 13,6%¹, o que, no dizer do Eurostat, constituía a quarta pior da União Europeia, logo depois da Espanha (22,9%), da Grécia (19,2%) e da Irlanda (14,5%) (Paz, 2012). O Eurostat estimava que em dezembro de 2011, houvesse na EU-27 cerca de 23.816 milhões de pessoas desempregadas, dos quais 16.469 na zona euro (EA-17). O desemprego entre os jovens (menos de 25 anos) é muito elevada, verificando-se, no final de dezembro de 2011, cerca de 5.493 milhões de jovens desempregados na EU-27, dos quais 3.290 milhões na zona euro.

Para lá das questões relacionadas com a exclusão social, Bruto da Costa (2008, p. 26) considera que a pobreza é entendida como uma situação de privação por falta de recursos, ou seja, por não satisfação de necessidades humanas básicas. A privação é aqui entendida como uma situação de carência, que pode resultar por falta de recursos, embora esses mesmos possam faltar por razões que levam tantas à exclusão: alcoolismo, a toxicodependência, doença psiquiátrica, etc. G. Clavel (2004, p. 139) afirma que “a situação de pobreza é caracterizada pela modéstia, pela rareza ou pela insuficiência dos recursos, não permitindo participar no conjunto dos modos de vida reconhecidos socialmente como *médios* ou *normais*” (*itálicos nossos*).

Todavia, a noção de privação tem um conteúdo cultural, pois difere de sociedade para sociedade, de grupo para grupo. Em sociedades como a nossa, em que *ter* e *consumir* são características essenciais de certas formas de estar, de viver, é certamente bem diferente do significado que assume noutras, como as do Terceiro Mundo. De igual modo, grupos de indivíduos com hábitos alimentares diferentes têm sensações de privação diferentes. Assim, numas sociedades, os rendimentos considerados limiar de pobreza são diferentes dos de outras. Amartya Sen (1999, p. 28) afirma mesmo que as *necessidades nutricionais mínimas* “têm uma arbitrariedade inerente que vai muito para além das variações entre grupos e regiões” e, por isso, considera que “o conceito de necessidades nutricionais é um pouco vago», razão por que não devemos “supor que o conceito de pobreza deva ser claro e preciso” (Sen, 1999, p. 29).

¹ Neste momento, a taxa de desemprego ronda os 16%, ou será maior, dado que os desempregados de longa duração deixaram de contar nos centros de emprego.

Para Amartya Sen (1999, p. 24), pobres são “aquelas pessoas cujos padrões de consumo ficam aquém das normas, ou cujos rendimentos ficam abaixo dessa linha”, não deixando de salientar que a definição de pobreza não decorre da mera indicação do número de pobres e do rendimento médio dos mesmos, mas, sim, da relação entre os que possuem rendimentos mais baixos e os que possuem rendimentos mais elevados. Para o Prémio Nobel de Economia de 1998, o conceito de pobreza deve relacionar-se, no quadro das suas concepções sobre desenvolvimento, tanto com o interesse dos pobres como com o dos que não são pobres, pois as dificuldades dos pobres afectam também o bem-estar dos ricos. Num sentido claro, a pobreza deve ser mais uma característica dos pobres do que dos que não são pobres. Para Sen, um aumento da pobreza surge quando há uma redução do rendimento real e o aumento do sofrimento. Uma concepção de pobreza relacionada apenas com os interesses dos pobres não implica a negação do facto de que o sofrimento dos pobres poder depender da situação dos que não são pobres.

Sen (1999, p. 25) defende, pois, que “o conceito de pobreza tem de incidir no bem-estar dos pobres como tal, independentemente das influências que afectarem o seu bem-estar”. Assim, esse conceito de pobreza deve incluir dois exercícios distintos, embora estejam relacionados: primeiro, identificar um grupo de pessoas como pobres – identificação; segundo, agregar as características do conjunto das pessoas pobres numa imagem global de pobreza – agregação.

Por outro lado, não é nenhuma surpresa que tenham sido utilizados com frequência na definição de limiar da pobreza factores biológicos relacionados com as necessidades de sobrevivência ou da eficiência do trabalho. “Morrer de fome é, claramente, o aspecto mais significativo da pobreza” (*idem*, p. 27). No entanto, a utilização desta análise dos aspectos biológicos do conceito de pobreza traz vários problemas porque há variações significativas relacionadas com características físicas, condições climáticas e hábitos de trabalho. Para Sen, “a ideia de que o conceito de pobreza é essencialmente um conceito de desigualdade tem alguma plausibilidade imediata. Mesmo o limiar da pobreza a utilizar para identificar os pobres tem de ser traçado com respeito aos padrões contemporâneos da comunidade em questão, de forma que a pobreza possa de facto parecer como desigualdade entre o grupo mais pobre e o resto da comunidade” (*idem*, p. 31). De facto, desigualdade e pobreza não deixam de estar relacionados.

Peter Townsend (1979, p. 31) diz-nos que pobres são aqueles que “não têm recursos para uma boa alimentação, para participar em actividades nem condições e comodidades de vida, ou pelo menos encorajadas e aprovadas na sociedade a que pertencem. Os seus recursos estão tão abaixo da média, que são de facto excluídos das actividades, costumes e padrões de vida.”

De um modo geral, os pobres são aqueles indivíduos que se encontram privados da possibilidade de agir por sua própria responsabilidade e iniciativa, que vivem e trabalham em condições indignas da pessoa humana. O pobre, pelo simples facto de o ser, está limitado no domínio das relações sociais, sobretudo nos centros urbanos, onde estará excluído de outros meios sociais,

tendo apenas um círculo de convivência muito restrito.

Para Luís Capucha (2005, p. 97), “ser pobre corresponde, em grande parte dos casos, a ter um estatuto fortemente sedimentado, com tradução continuada não só nas condições materiais de vida, mas também nas dimensões relacionais e culturais da existência das famílias e grupos que ocupam essas posições”. Ruth Levitas (*apud* Capucha, 2005, p. 98) diz-nos que o ‘pobre’ ou ‘excluído’ é aquele a quem falta sempre alguma coisa, sendo umas vezes o rendimento, outras vezes o trabalho, outras vezes ainda a autonomia e as competências culturais. Para Capucha, a pobreza pode ser estudada combinando duas perspetivas teóricas: uma perspetiva culturalista, assente no conceito de cultura da pobreza; e uma perspetiva socioeconómica, que sendo muito usada no discurso político, é atualmente dominante na agenda da investigação. É nesta última perspetiva que surgem os conceitos de:

1. *pobreza relativa*
2. *pobreza absoluta e*
3. *pobreza subjetiva.*

Na perspetiva culturalista, as famílias e os grupos pobres formam comunidades fortemente integradas num ponto de vista interno, mas segregadas no ponto de vista societal. Segundo Capucha (2005, p. 68), uma vez que o “sentimento identitário, bem como as redes sociais de relacionamento que o suportam, tendem a fechar as pessoas, as famílias e as comunidades pobres nos limites da sua própria precariedade, vivida como uma fatalidade a que as pessoas se resignam”. A fraca qualificação profissional e escolar impelem as pessoas pobres ou para o desemprego ou para mercados de trabalho mal remunerados e instáveis, pois, muitas vezes, prestam serviços informais dentro da própria comunidade, dando lugar a economias não monetárias e marginais.

Para Capucha, a perspetiva socioeconómica, como já foi anteriormente dito, é organizada em torno dos conceitos de pobreza relativa, pobreza absoluta e pobreza subjetiva, sendo a noção de subsistência a principal referência do conceito de pobreza absoluta. Segundo este conceito, encontram-se em situação de pobreza absoluta todas as pessoas, famílias ou grupos cujos recursos são insuficientes para garantir a manutenção da “eficiência física” ou para satisfazer as necessidades básicas.

No que diz respeito ao conceito de pobreza relativa, podemos contar com os primeiros contributos para a definição deste conceito dados por Amartya Sen (1981; 1982) e por Peter Townsend (1979). Este conceito tem sido utilizado pelas entidades oficiais, quer políticas, quer estatísticas, e pelos responsáveis pelos programas de combate à pobreza. No tocante à pobreza relativa já não é a questão da subsistência que importa, mas a desigualdade. Assim, as famílias e os grupos encontram-se numa situação de exclusão relativamente aos padrões de vida e aos mecanismos de participação social tidos como minimamente aceitáveis em cada sociedade. Desta forma, são relativamente pobres indivíduos, famílias e grupos “cujos recursos materiais, culturais e sociais são

tão fracos que os excluem dos modos de vida mínimos aceitáveis na sociedade em que residem” (Capucha; 2005, p. 70).

O significado social de pobreza — assim como as diferentes configurações particulares — é muito variável, quer a nível de sociedades diferentes num mesmo momento histórico, quer para uma dada sociedade ao longo do seu processo histórico de desenvolvimento (cf. Ferreira, 2000). Mas a pobreza é uma realidade mais ampla e complexa do que as carências materiais permitem perceber, como já tínhamos visto com as concepções bíblicas desta mesma realidade. Para alguns, “a pobreza deve ser entendida como uma *situação existencial*, para a qual concorrem não só as necessidades materiais, mas, também, elementos de ordem psicológica, social, cultural, espiritual, etc., que, em conjunto, geram uma condição existencial que afecta os mais diversos aspectos da vida e da personalidade, bem como a relação do pobre com os outros e com a sociedade em geral” (Costa, 2008, p. 22).

O não acesso a determinados bens considerados essenciais para usufruir de uma vida digna, não poder participar na sociedade ou não poder desenvolver-se como pessoa são características definidoras de uma situação de pobreza (Rodrigues, 2007). Bruto da Costa (2008, p. 29) apresenta uma definição de pobreza assinalada pela Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais, das Nações Unidas: “a pobreza pode ser definida como uma condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos políticos e sociais”. A pobreza distingue-se pela ausência de rendimentos, conduzindo a uma situação em que as necessidades básicas não podem ser satisfeitas. Isto cria uma situação existencial que atinge os mais diversos aspectos da vida e da personalidade humanas.

A pobreza pode significar uma situação de privação resultante da falta de recursos, existindo uma relação de causa e efeito entre ambas as partes. A privação refere-se às más condições de vida, nos diversos domínios das necessidades básicas: alimentação, vestuário, condições habitacionais, transportes, comunicações, condições de trabalho, possibilidades de escolha, saúde, formação profissional, cultura, participação na vida social e política.

Para autores como Luís Capucha (1992, p. 75), “a pobreza está profundamente inscrita na estrutura social, coincidindo tradicionalmente com as posições mais subalternizadas e subordinadas em todas ou em parte das dimensões de estruturação do tecido social”.

Por seu lado, Peter Townsend (1979) defende que os conceitos sociais de pobreza tendem a ser inadequados e inconsistentes e as provas recolhidas sobre o fenómeno são incompletas. Terão de ser feitas novas abordagens da definição e da medida da pobreza. Isto depende da utilização do conceito de “privação relativa”. Terá de ser feita uma distinção entre as necessidades da actualidade e as necessidades sociais, ou seja, entre a pobreza actual e social, ou entre a pobreza objectiva e a convencionalmente conhecida.

No entanto, para Amartya Sen (1999), a pobreza pode indicar privação relativa por oposição ao despojamento absoluto. É possível existir pobreza e ser considerada de forma aguda, mesmo não ocorrendo casos graves de carência alimentar. No entanto, a carência alimentar implica mesmo pobreza, pois o despojamento absoluto que é característica da carência alimentar é mais do que suficiente para ser considerada como pobreza, independentemente da situação que ocorrer do ponto de vista da privação relativa.

Segundo Bruto da Costa (2008, p. 32), Seebohm Rowntree definiu a *pobreza primária* como o estado das famílias cujos “proventos totais são insuficientes para obter os bens e serviços mínimos necessários à manutenção de eficiência meramente física”. Já vimos antes, no *Dictionnaire de Sociologie* (2004), que para o sociólogo o conceito de pobreza é equívoco, pois a pobreza não é somente *relativa*, mas multidimensional e socialmente construída.

Encontram-se em situação de pobreza absoluta “as pessoas, as famílias e os grupos cujos recursos são insuficientes para garantir a manutenção da “eficiência física”, ou para satisfazer as necessidades básicas” (Capucha, 2005, p. 69).

Atentemos nas subtis diferenças dos conceitos propostos pelos diversos autores:

Autor	Conceito de pobreza	Data: página
Bruto da Costa et al	pobreza entendida como situação de privação por falta de recursos, ou seja, por não satisfação de necessidades humana básicas	2008: 26
Amartya Sen	os pobres são aquelas pessoas cujos padrões de consumo ficam aquém das normas, ou cujos rendimentos ficam abaixo dessa linha.	1999 p. 28
Peter Townsend	pobres são aqueles que não têm recursos para uma boa alimentação, para participar em actividades nem condições e comodidades de vida, ou pelo menos encorajadas e aprovadas na sociedade a que pertencem.	1979 p. 31
Luís Capucha	pobres são aqueles “cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão fracos que os excluem dos modos de vida mínimos aceitáveis na sociedade em que residem.	2005 p. 70
Ruth Levitas (apud Capucha)	pobre é aquele a quem falta sempre alguma coisa, sendo umas vezes o rendimento, outras vezes o trabalho, outras vezes ainda a autonomia e as competências culturais.	2005 p. 98
Gilbert Clavel	a pobreza é caracterizada pela modéstia, pela rareza ou pela insuficiência dos recursos, não permitindo participar no conjunto dos modos de vida reconhecidos socialmente como médios ou normais.	2004 p. 139
Amélia Bastos et al	a pobreza infantil pode ser encarada como um estado de privação em domínios ou áreas essenciais ao bem-estar das crianças.	2008 p. 10

3. A pobreza em Portugal e nos países desenvolvidos

Diz-se habitualmente que a estrutura social portuguesa, assim como as de outros países do sul da Europa, desempenha um papel protector, enquanto que nos restantes países da União Europeia já não se verifica ou já não é tão assegurado. A família, assim como a sociedade rural, constituem estruturas produtivas de solidariedade que corrigem, de certa forma, as insuficiências da protecção social. Alguns autores chamam a este fenómeno ‘sociedade providência’. Todavia, estudos recentes provam que, na verdade, as fragilidades do ‘Estado providência’ não são compensadas pela tal ‘sociedade providência’: “o estudo sobre *Redes de solidariedade e entre-ajuda nas famílias portuguesas*, elaborado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (CIES/ISCTE) e pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL), revela um cenário em que salta à vista a fragilidade da rede de solidariedade em Portugal (Almeida, 2004, pp. 22-23). O referido estudo cita um artigo publicado no *Jornal de Notícias*, de 5 de setembro de 2001, com o título elucidativo: «Portugueses evitam dar apoio a parentes» (*ibidem*).

A rede social é mais débil nas cidades portuguesas, onde ainda vivem populações em condições degradadas, bem como de um elevado número de pessoas sem-abrigo. Surgem situações de exclusão características ao lado dos grandes centros urbanos. No entanto, os problemas concentram-se mais em questões relacionadas com o nível de rendimentos, pelo que é provavelmente mais pertinente falar de pobreza estrutural, no caso de Portugal, do que falar de exclusão social. Efectivamente, a insuficiência dos rendimentos é a principal causa dos fenómenos de exclusão social em Portugal, que regista a mais alta taxa de pobreza, e é também o país europeu onde o produto interno bruto por habitante é o mais baixo da Europa (EAPN, 1996).

Como afirmam Tony Atkinson *et al* (1998, p. 11), “a Europa é um continente rico, mas uma significativa fracção dos seus cidadãos é pobre”. Os autores sustentam a afirmação em estudos da Comissão da União Europeia, segundo os quais “50 milhões de Europeus viviam na pobreza no final dos anos 80, ou seja, 15% da população. Mais recentemente, em 2007, 79 milhões de cidadãos europeus encontravam-se no limiar da pobreza e 32 milhões, de entre eles, encontravam-se em situação de privação material, ou seja, 16% da população europeia estava em risco de pobreza, segundo o conceito de privação relativa adoptado na União Europeia. O risco da pobreza na população idosa atingia os 30% em países como Chipre, Estónia e Lituânia. Entre as crianças, é em Itália, na Roménia, em Espanha e na Polónia que a taxa de risco de pobreza é a mais elevada (Eurostat, 2009).

Ainda de acordo com Tony Atkinson *et al* (1998, p. 12), “é de salientar que o aparecimento tardio de dados estatísticos sobre a pobreza constitui um obstáculo à eficácia das políticas de luta

contra a pobreza”. Em Portugal, também em 2007, o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC – European Union Statistics on Income and Living Conditions), realizado anualmente junto das famílias, indica que 18% dos indivíduos encontravam-se em risco de pobreza, ou seja, cerca de dois milhões de portugueses. De acordo com este inquérito, a taxa de risco de pobreza correspondia à proporção de habitantes com rendimentos anuais por adulto, equivalente a 4878 € (cerca de 406 € por mês). Este limiar ou linha de pobreza relativa, corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes (INE, 2009).

Algumas questões, relativamente à pobreza na Europa, foram suscitadas por A. B. Atkinson (1998, p. 6-7): “Why is it the poverty persists in rich European countries? How is the extent of poverty related to economic structure and the working of labour and product markets? What is the role of high unemployment? Why have welfare states not abolished poverty? Do we need to reform the system of social transfers?”. Existe uma relação triangular entre pobreza, desemprego e exclusão social. Quando se pensa nas causas económicas da pobreza na Europa nos anos 90, pensa-se de imediato no desemprego. Mas é necessário fazer uma análise entre as políticas macroeconómicas — desemprego e inflação — e a pobreza. Algumas evidências provenientes dos Estados Unidos indicam que uma queda no desemprego leva a um aumento da pobreza, mas a experiência europeia é diferente. A relação entre as variáveis macroeconómicas e a pobreza é complexa. Enquanto o desemprego pode conduzir à pobreza, e isto não tem de se verificar necessariamente, a pobreza pode aumentar sem o aumento do desemprego. Os governos apelam à diminuição da pobreza, mas é pertinente reconhecer que as políticas do passado falharam na tentativa de acabar com a mesma.

Do ponto de vista macroeconómico, parece existir uma tensão entre a redução da pobreza e a estabilidade macroeconómica, ou seja, políticas anti-pobreza envolvem mais gastos para a população, em oposição ao critério de *Maastricht*, o Tratado da União Europeia constituiu uma nova etapa na integração europeia, dado ter permitido o lançamento da integração política. Este Tratado criou um União Europeia assente em três pilares: as Comunidades Europeias, a Política Externa e de Segurança Comum e a cooperação policial e judiciária em matéria penal (JAI). Instituiu igualmente a cidadania europeia, reforçou os poderes do Parlamento Europeu e criou a UEM. Além disso, a CEE passou a constituir a União Europeia.

Podem-se verificar, de forma distinta, as configurações adotadas pela pobreza no nosso tempo e em sociedades desenvolvidas e ricas, velhas e recentes, que, no entanto, apresentam um número elevado de pessoas excluídas dos benefícios *materiais* e *culturais*, senão mesmo em situações de carência dramática e em rutura com os padrões de vida socialmente apreciados. O que parece existir de comum nas diversas formas tão distintas da pobreza no mundo contemporâneo é, provavelmente, o facto de constituírem situações de grande sofrimento humano, sofrimento esse que poderia ser diminuído com os recursos e meios que a sociedade desenvolveu.

Mas apesar dos mecanismos que têm sido criados para o combate à pobreza a crise instalou-se. E a crise económica é mundial levando os países ao empobrecimento generalizado. Os analistas consideram que o desemprego é o grande responsável por esse empobrecimento, que nos últimos 10 anos tem-se mantido nos 10% da população economicamente ativa. Em 2005 o desemprego chegou aos 10,1%, recuando depois para os 7,4% em 2009, mas voltando de novo a crescer atingindo os 9,1% em 2010 e 9,5% em 2011 (Portal Vermelho, 2011).

De acordo com o noticiado no Portal Vermelho (2011), nos EUA a situação é considerada ainda pior pelo facto de existirem mecanismos institucionais mais precários de apoio às populações empobrecidas. Em 2010, havia 46,2 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, ou seja, 15,1% da população dos EUA. Isso significa que um em cada seis norte-americanos está na miséria. Mais uma vez esta situação nos EUA se explica pelo nível elevado de desemprego e pela redução dos rendimentos dos trabalhadores. Estima-se que existam entre 25 a 30 milhões de desempregados nos EUA. Evidentemente que é entre estas pessoas que a pobreza se instala. Em 1986, os ricos (1% da população) tinham 12% dos rendimentos e controlavam 35% de toda a riqueza do país. Atualmente e volvidos 25 anos, os ricos duplicaram os seus rendimentos aumentando a riqueza para 25% do total da riqueza nacional.

Mas a situação de outros países, nomeadamente de países da Europa não é menos preocupante, segundo a mesma fonte. Estima-se que neste continente existam 84 milhões de pessoas a viverem na pobreza absoluta, isto é, 12% do total dos 710 milhões de pessoas que aí residem. Na Bélgica, por exemplo, existem 1,5 milhões de pessoas pobres a viverem na periferia das cidades. Um quarto desses pobres são crianças que muitos dias nem sequer têm o que comer. A Inglaterra “revive padrões de miséria e desigualdade parecidos à época vitoriana” (Portal Vermelho, 2011, p. 1). Aqui, uma em cada cinco crianças é pobre, situação que engloba 20% da população, o que ajuda a explicar a onda de violência vivida nas zonas periféricas das grandes cidades inglesas a começar mesmo pela capital britânica.

Ainda de acordo com dados fornecidos pelo artigo do Portal Vermelho (2011) que temos vindo a citar, em Itália há 3,8 milhões de pessoas a viver na pobreza absoluta. Em Portugal, mais de um quarto da população, ou seja, 27% do total da população vive na pobreza.

O *Jornal de Notícias*, de 20 de março de 2012, diz-nos que num estudo publicado em 19 de março do corrente ano, pela consultora Ernst & Young, o fosso entre os países ricos e os países pobres da zona euro vai agravar-se nos próximos anos, afirmando também que Portugal está entre os países que terão menos crescimento económico. Enquanto Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal registam um crescimento de apenas 0,2 % até 2015, os restantes 12 países da moeda única crescerão 9% no mesmo período de tempo.

As sociedades europeias desenvolvidas foram pioneiras ao proporem a si mesmas acabarem com a pobreza e a exclusão social. No entanto, também na Europa chega-se ao início do séc. XXI

com uma situação em que ao lado dos “velhos” pobres emergem novas categorias de pessoas e grupos em situação de exclusão socioeconómica. A sociedade volta a surgir fragmentada, mas de outra forma. Desde a segunda metade dos anos 70 e sobretudo no princípio dos anos 90, os países desenvolvidos da União Europeia tomaram consciência de que a pobreza tinha permanecido, mas também que o fenómeno estava em crescimento e a tornar-se ainda mais problemático com o aumento do desemprego, que começa a atingir categorias profissionais que se julgavam seguras, fomentando o nascimento de rupturas com profundas consequências para a coesão social e, desta forma, para a estabilidade e a sustentabilidade das chamadas democracias estáveis. A Europa enfrenta, assim, um conjunto complexo de problemas do foro moral, social, institucional e político (Capucha, 2005).

5. A pobreza noutros espaços

As diversas situações de pobreza, de privação e de exclusão social definem-se de acordo com as condições materiais, sociais e culturais de vida, ou seja, em função do próprio padrão de vida alcançado por cada sociedade na sua fase de desenvolvimento. No entanto, são diferentes as situações de *pobreza maciça* do Terceiro Mundo, onde se registam formas trágicas de absoluta privação em períodos de rutura dos meios tradicionais de subsistência, conduzindo a elevadas taxas de mortalidade ou a formas de pobreza endémica sustentadas pela maioria da população de extensas regiões do globo. São também diferentes as formas extremas de privação de bens de primeira necessidade, de segurança mínima, física e económica, suportadas por populações dos países de níveis médios de desenvolvimento, mas atingidas por conflitos bélicos e crises severas dos seus sistemas políticos, sociais e económicos (Ferreira, 2000). Para o Conselho Económico e Social (Cf. Ferreira, 2000, p. 12), “o problema da pobreza é pois um problema velho como o mundo, assumindo sempre novas configurações, e constituindo sempre um desafio para que as sociedades criem condições de maior justiça e solidariedade entre todos os seus membros.”

6. Factores de pobreza e exclusão Social

O debate sobre a pobreza e a exclusão social teve o seu início em França em 1960 (Bruto da Costa et al, 2008). No entanto, o desafio decisivo que a comunidade científica europeia teve de enfrentar estava implícito no aparecimento da expressão “exclusão social”, num documento oficial da União Europeia, em 1980. Desde esse momento, os dois conceitos já não podiam ser considerados franceses ou britânicos. Os conceitos e o debate sobre os mesmos tomaram uma dimensão

européia.

A pobreza é então definida como uma situação de privação por falta de recursos (Costa, 2008). É evidente que uma pessoa que apresente carência de recursos para fazer face às necessidades humanas básicas não possui uma relação satisfatória com os sistemas sociais criadores de rendimentos. Assim sendo, pelo facto de a pobreza implicar falta de recursos, isto traduz-se numa forma de exclusão social. A pobreza também significa privação, isto é, uma pessoa não vê satisfeitas as suas necessidades de alimentação, vestuário, transportes, água, energia, habitação. Esta situação revela uma relação fraca ou um estado de ruptura com diversos sistemas sociais, como o mercado de bens e serviços, o sistema de saúde, o sistema educativo, a participação política, laços sociais com amigos ou com a comunidade local.

A pobreza limita de certa forma as liberdades humanas e impede as pessoas de terem dignidade. O *Relatório do Desenvolvimento Humano*, em 2000, considera que a pobreza se traduz num conceito mais amplo do que a falta de um vencimento ou rendimento, ela é uma privação em muitas dimensões. O conceito de pobreza foca os direitos que todo o ser humano deve ter: esperança de vida, uma vida saudável e digna, conhecimentos, dignidade, respeito pelos outros e por si próprio. Aquele *Relatório* considera que a forma de escapar à pobreza passa pela capacidade de todos em assegurarem os direitos humanos (Lopes, 2000).

Efetivamente, a pobreza e a exclusão social resultam da ação conjugada de um conjunto de fatores, de que são habitualmente destacados o mercado de trabalho e os sistemas de redistribuição dos rendimentos e dos recursos materiais, embora este conjunto esteja longe de se esgotar nessas duas dimensões.

Segundo Luís Capucha (2005), parte dos fatores de pobreza é de natureza objetiva. Quando se observa o modo como esses fatores existem na vida das pessoas, verifica-se que algumas delas ficam fora dos empregos de qualidade aceitável ou no desemprego, possuem menos qualificações, desenvolveram menos aptidões para se adaptarem às alterações tecnológicas e organizacionais. Há famílias e pessoas que vivem em piores condições de habitação e de saúde e com menos apoios em equipamentos sociais. Normalmente, as condições de vida destas famílias refletem-se na sua própria estrutura, na capacidade que dispõem para oferecer aos seus membros as condições de afeto e de apoio material a percursos minimamente bem sucedidos.

Ainda para o mesmo autor, os fatores de exclusão podem ser também de ordem subjetiva. Por um lado, observa-se que as imagens e as representações sociais preconceituosas sobre certas categorias da população impedem, muitas vezes, o acesso às instituições e ao emprego, geram segregação social e marginalização relativamente ao bom funcionamento das instituições. A fragilidade dos recursos relacionais e a pertença a meios socialmente condenados gera atitudes e disposições fortemente solidificadas e de efeitos duráveis, que impedem a construção de projectos de vida activa, sendo inibidores da participação e segregadores de círculos de pobreza instalada.

As pessoas excluídas socialmente tendem a possuir uma auto-imagem desvalorizada, uma fraca capacidade de mobilização colectiva e de reivindicação, escassez de iniciativa estratégica e deficiente orientação para sobrevivência quotidiana. Acomodam-se à escassez de oportunidades e sentem falta de motivação. Há por parte destas pessoas uma certa indisciplina pessoal e uma menor capacidade de desempenho social regular.

O fenómeno da pobreza é de difícil medição directa, quer pela insuficiência de dados estatísticos — eles existem, como já foram revelados ao longo deste trabalho, mas são ainda insuficientes —, quer pela dificuldade de definição do próprio conceito e do melhor índice a utilizar. A pobreza não surge limitada a alguns grupos sociais isolados, ela difunde-se pelo conjunto da sociedade. Pode-se dizer, no entanto, que certas categorias da população são de um modo particular mais vulneráveis à pobreza, e que entre os pobres podemos encontrar em números significativos, desempregados de longa data, famílias monoparentais, jovens à procura do primeiro emprego, determinadas minorias étnicas (nomeadamente de origem africana, asiática ou cigana) e, sobretudo, deficientes, doentes crónicos e idosos com recursos considerados insuficientes que lhes assegurem um nível de vida acima dos limiares da pobreza. Mas, no total, estas categorias representam menos de metade das famílias pobres.

As dificuldades em fazer uma análise do fenómeno da pobreza surgem da necessidade de incluir várias componentes. Na década de 1970, os pobres eram definidos na CEE como sendo “indivíduos e famílias de recursos tão escassos que se encontram excluídos do modo de vida, dos hábitos e das actividades normais do Estado em que vivem” (Almeida *et al*, 1992, p. 13). Mas, obviamente, esta definição é muito restritiva, porque refere apenas um critério, o do rendimento, embora seja o mais utilizado.

Até meados da década seguinte, dois conceitos paralelos e estritamente relacionados, então muito usados, faziam a abordagem de problemas respeitantes a pessoas e grupos desfavorecidos da sociedade associando os conceitos de pobreza e de exclusão social. Os dois conceitos tinham origem em duas tradições distintas de análise social: a noção de pobreza, na tradição anglo-saxónica, designadamente no Reino Unido, e o conceito de exclusão social na tradição francesa. No entanto, autores britânicos também utilizavam o conceito de exclusão social, enquanto que os cientistas sociais franceses também usavam a noção de pobreza (Bruto da Costa *et al*, 2008).

Bruto da Costa (2008) considera que quanto mais evidente for o estado de privação, maior será o número de sistemas sociais envolvidos e mais evidente o estado de exclusão social. Deste modo, a pobreza representa uma forma de exclusão social, ou seja, não existe pobreza sem exclusão social. Mas o contrário já não se verifica, pois há formas de exclusão social que não implicam pobreza. Exemplo disso é o caso dos idosos, pois o problema deles não é a pobreza, mas o isolamento em que se encontram. Estas pessoas são socialmente excluídas da sociedade em geral, independentemente do seu nível de rendimento. Uma outra forma de exclusão, que não se encon-

tra associada à pobreza, resulta das diversas formas de discriminação e preconceitos que excluem as minorias da sociedade.

O *Programa Nacional de Luta contra a Pobreza* (2003) refere que existe um conjunto de elementos que se encontram interligados e cuja importância, enquanto factores de pobreza e exclusão social, se evidenciam através de interacções existentes a nível pessoal e familiar. As condições de vida difíceis das famílias pobres condicionam desde muito cedo o futuro das crianças, quer a nível de recursos materiais, quer nos aspectos culturais e sociais, caracterizando alguns modos de vida em situação de pobreza. Para combater o problema surgem os apoios do Estado, as instituições de apoio social, as Organizações Não Governamentais e as comunidades como possíveis auxílios dos ciclos familiares de pobreza e exclusão social.

O estado de saúde das famílias ou de elementos da família influencia directamente o rendimento, quer através da produtividade quer pelas despesas com os cuidados médicos. Assim sendo, a doença, principalmente a do tipo crónico, pode conduzir ao empobrecimento e à exclusão social. “Todavia, note-se que a relação entre saúde e pobreza pode ser inversa, uma vez que a escassez de recursos leva à alimentação deficiente e aos poucos cuidados de saúde primária que os pobres geralmente têm” (Bureau Internacional do Trabalho, 2003, p. 24, 25).

A idade é outro factor que está directamente relacionado com a pobreza e a exclusão social. Ainda que de forma diferente das crianças, os idosos, especialmente os que vivem apenas com pensões da Segurança Social, estão mais expostos a esta situação. A idade está normalmente associada ao aumento de cuidados de saúde, por isso, o número de anos pode funcionar como um mecanismo de maior vulnerabilidade a situações sobretudo de exclusão social, no que se refere ao isolamento e abandono social.

A educação também pode ser um factor de inclusão ou de exclusão, pois a população pobre possui fracos níveis de habilitações académicas e de formação profissional, o que constitui uma grande desvantagem para a sua integração no mercado de trabalho. “A relação entre educação e pobreza parece formar um ciclo vicioso: as pessoas são pobres porque não puderam investir ou investiram pouco em si próprias, mas os pobres têm escassos recursos para aplicar em formação” (Bureau Internacional do Trabalho, 2003, p. 25).

Pode-se assim dizer que a pobreza e a exclusão social estão relacionados com factores ligados à sociedade mais próxima, isto é, à ausência de oportunidades e de respostas por parte dessa mesma sociedade “impedindo indivíduos e grupos sociais de lhes acederem ficando desse modo privados do padrão de vida dominante e/ou em situação de desvinculação social” (Bureau Internacional do Trabalho, 2003, p. 25). Também factores ligados às histórias pessoais e familiares podem conduzir a situações de pobreza e exclusão social, ou seja, “à fragilidade e/ou desaproveitamento das capacidades e das competências dos indivíduos, que assim não têm recursos suficientes para participar plenamente na sociedade” (Bureau Internacional do Trabalho, 2003, p. 25).

Também é possível encontrar situações de exclusão social sem estarem relacionadas com a pobreza, mas a formas complexas de desagregação social, como é o caso de indivíduos deficientes, as minorias étnicas ou culturais, situações de auto-marginalização, algumas bem lucrativas (mercados da droga, crime, etc.).

Com efeito, a forma habitual de se identificar uma pessoa pobre ou socialmente excluída consiste em fazer uma avaliação das suas condições de vida, dentro da sociedade em que vive. A alimentação, as condições da habitação, o estado de saúde, entre outras, revelam a condição da maior parte das pessoas pobres e excluídas.

No que diz respeito à exclusão social, as pessoas são excluídas não só porque num dado momento não têm emprego nem rendimento, mas porque não têm mais do que fracas perspectivas de futuro, para elas ou para os seus filhos.

7. Caminhos para o combate à pobreza

A pobreza existe porque construímos o nosso quadro filosófico sobre princípios que subestimam as capacidades humanas (Muhammad Yunus, 2005, p. 311).

A luta contra a pobreza e a exclusão social é uma das prioridades da Humanidade como preservação do seu futuro e faz parte das grandes preocupações e das agendas de várias organizações internacionais como é o caso da Organização Internacional do Trabalho.

No entanto, durante bastante tempo, a questão da pobreza não esteve no centro das atenções de políticos e de académicos, uma vez que era considerada como uma aberração na evolução normal de uma sociedade emergente, não necessitando de intervenções organizadas por parte da sociedade na sua totalidade, nomeadamente através do Estado, nem de teorias exclusivas. Nesta altura, a pobreza era vista como uma ausência de riqueza, com as conseqüentes privações, colmatada, em condições consideradas normais, pelo crescimento económico ou por acções compensadas pela assistência dada aos pobres.

De acordo com o Bureau Internacional do Trabalho (2003), considerava-se que a pobreza seria apenas um característica dos países subdesenvolvidos e que os países ricos estavam livres desse flagelo, ou que, pelo menos, o tinham reduzido para 'níveis civilizados', como consequência dos seus sistemas de desenvolvimento. Vários relatórios da União Europeia e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), vieram mostrar que a pobreza, para além de não se encontrar erradicada dos países ricos, estava com tendência para aumentar, devido aos níveis de desigualdade social e de rendimento. Novas situações estariam mesmo a surgir, junto

das crianças, dos reformados e pensionistas, das famílias monoparentais femininas, dos desempregados de longa duração, dos indivíduos com baixa escolaridade e das minorias étnicas.

Os problemas da pobreza e da exclusão social têm-se vindo a agravar nas últimas décadas, como enfatiza o Bureau Internacional do Trabalho (2003), tanto na persistência, como nas formas de agravamento tradicionais, mas também com novas formas e modalidades, além do aumento das desigualdades entre países, classes sociais e indivíduos. Por este motivo, a problemática da pobreza e da exclusão social tem vindo a preocupar responsáveis de organismos internacionais, governantes de diversos países, estudiosos, técnicos e intervenientes que procuram enfrentar e minimizar situações de pobreza e exclusão social, tendo este assunto vindo a ser integrado nas agendas políticas nacionais e internacionais bem como nas várias cimeiras e reuniões.

Como é referenciado, ainda, pelo Bureau Internacional do Trabalho (2003), na União Europeia têm-se verificado alguma preocupação com a pobreza e a exclusão social, por isso, a primeira iniciativa comunitária ligada a este tema surgiu entre 1975 e 1980, com a criação do I Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza.

Este programa foi mais orientado para a investigação e teve como propósito a preocupação que começou a surgir no início da década de 1970, relativamente ao que estava a acontecer nas sociedades europeias, o não desaparecimento da pobreza bem como o surgimento de novas situações. Uma reflexão sobre a nova pobreza, embora não tivesse ainda tradução no discurso político oficial, encontrava-se de certa forma presente na resolução do Conselho de Ministros, onde se tentou clarificar as noções de pobreza e privação e em que o próprio conceito apelava ao facto de não se estar perante um problema de privação mas de insuficiência de recursos. Numa perspectiva comunitária, foi a primeira vez que se reconheceu o insuficiente conhecimento sobre o problema da pobreza, por isso se justificava a vertente de investigação que dominou este primeiro programa.

Em Portugal, este programa revelou uma expressão algo limitada, embora tenham surgido os primeiros trabalhos de investigação realizados por Alfredo Bruto da Costa e Manuela Silva, a partir dos meados da década de 80. Estes estudos sobre a pobreza surgiram nesta altura devido à conjugação de diversas condições: a abertura política, permitida pela Revolução de 1974, e a liberdade de imprensa permitiram uma maior visibilidade às questões sociais, às desigualdades e às injustiças provocadas pelo regime político; o agravamento das situações de desemprego, pobreza e exclusão social visíveis em determinadas regiões do país; a entrada de Portugal na CEE, permitiu uma maior sensibilização em relação a determinados princípios e filosofias de intervenção já adoptadas a nível europeu no âmbito da luta contra a pobreza. Foi precisamente em 1986, com a integração de Portugal na CEE, que se verificou uma influência mais directa destas novas ideias e linhas de acção, sobretudo com o aparecimento do II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (1984-1989), em que Portugal participou, contribuindo para o efeito com a nomeação de uma ava-

liadora nacional. Este II Programa teve como objectivos a recolha de dados estatísticos dos países da Comunidade, intercâmbio de conhecimentos, a coordenação de acções e o desenvolvimento de processos de investigação específica, permitindo também a formação de equipas transnacionais para a discussão e aplicação de novos métodos para a luta contra a pobreza.

Tal como nos diz o citado Bureau Internacional do Trabalho (2003), em 1989 surgiu o *III Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza*, mais conhecido por *Pobreza III*, para o período de 1989-1994. Este Programa tinha como objectivo ultrapassar a fase exploratória que caracterizou os dois Programas anteriores, alargar o seu campo de acção e desenvolver estratégias de prevenção. Foi um Programa mais ambicioso do que os anteriores até pelos recursos financeiros movimentados.

No que concerne ainda a Portugal, surgiu, em 1990, por resolução do Conselho de Ministros, o PNLCP, cujos objectivos visavam dar resposta às situações de desfavorecimento e carência de determinados indivíduos e grupos sociais, tanto em zonas rurais como urbanas e suburbanas, e a possibilidade de se desenvolverem respostas adequadas a essas situações a partir dos exemplos europeus. Este programa de âmbito nacional surgiu pelo facto de Portugal ter apresentado projectos, com resultados positivos, para o combate à pobreza e exclusão social e que foram apoiados pelos programas europeus. A adesão de Portugal à CEE desempenhou um papel importante para o desenvolvimento de uma nova cultura de política social nacional. Portanto, as medidas adoptadas em Portugal, no que respeita à pobreza e exclusão social, foram claramente influenciadas pelas directivas comunitárias, registando-se, no entanto, algumas diferenças, principalmente nos recursos disponibilizados e na parca experiência portuguesa nesse tipo de projectos (Bureau Internacional do Trabalho, 2003).

Na luta contra a pobreza existem organizações ou associações como é o caso da Rede Europeia de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social ou European Anti Poverty Network (EAPN), que foi criada em Dezembro de 1990. Com um carácter transnacional, a EAPN associa diversas redes nacionais em cada Estado-membro da União Europeia e cerca de vinte associações e redes europeias especializadas. Tem como objectivos tornar a luta contra a pobreza e a exclusão numa prioridade política da União Europeia e tornar-se um meio de expressão, de acção e de pressão para todos aqueles que têm o desejo de influenciar e modificar as estruturas económicas, sociais e políticas que mantêm os pobres numa posição excluída (EAPN, 1996).

A EAPN intervém junto da Comissão Europeia com o objectivo de serem renovados os créditos comunitários destinados à luta contra a pobreza sob a forma de ajuda directa ou sob a forma de financiamento de programas. Esta rede exerce pressão sobre as instituições comunitárias por forma a que estas adoptem e iniciem políticas e programas de luta contra a pobreza e a exclusão social. Ela exerce parte da Consulta Social sobre os problemas da pobreza e da exclusão reunindo, por iniciativa da Comissão Europeia e com os seus mandatários, os representantes de quatro organizações: a Confederação Europeia dos Sindicatos, a União Europeia Patronal, a Confederação

Europeia das Famílias e a própria EAPN.

Outras medidas para combater a pobreza foram utilizadas em Portugal, como foi o caso do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), actual Rendimento Social de Inserção. Por recomendação da Comissão Europeia de 1996 foi criado o RGM que pudesse garantir o direito fundamental dos indivíduos na obtenção de recursos que lhes permitissem viver de uma forma digna. Este Programa surge num contexto europeu de crise social e económica, marcado pela crise do trabalho (Teresa Sá, 2003).

Referindo-se ao que é dito no capítulo sobre Políticas Sociais do Programa do XIII Governo Constitucional, António Gomes (2002) diz-nos que a inserção social dos excluídos não pode ser considerada como um problema residual, que não pode ser resolvida apenas com medidas assistenciais, ou com uma medida social compensatória. A política de inserção social não pode basear-se apenas no plano do combate à exclusão já produzida, tem de ser considerada como uma política de prevenção de novas situações de exclusão. Portugal foi um dos últimos países da União Europeia a implementar um programa desta natureza. O Programa teve como objetivos fundamentais assegurar o apoio e a inserção das famílias e das pessoas de menores recursos, já em situação de exclusão social ou em risco de exclusão e “assegurar a todos os indivíduos os recursos necessários à satisfação das necessidades mínimas, proporcionando, simultaneamente, a sua progressiva integração social e profissional. Representa, assim, uma medida de resposta organizada e de âmbito nacional às situações de maior precariedade, constituindo-se como um direito dos indivíduos e das famílias que vivem em condições de extrema carência” (Rodrigues, 2007, p. 268).

A lei que criou o RMG teve a sua aprovação na Assembleia da República, em 1996, mas só entrou em vigor em início de julho de 1997, após um período experimental. O RMG foi uma medida activa de política social, permitindo assegurar a coesão social e “a sua implementação insere-se claramente no modelo de política social europeia, onde a maioria dos países reconhece a todos os indivíduos o direito a um nível mínimo de rendimento” (Rodrigues, 2007, p. 267).

As características dos indivíduos e dos agregados familiares que beneficiaram do RMG permitiu uma apreciação de quais os grupos sociais que mais beneficiariam da aplicação do Programa e avaliar a eficiência do RMG no combate à inúmeras situações de pobreza. A análise dos impactos do RMG “na distribuição do rendimento permite sublinhar que um programa governamental, de âmbito nacional, visando combater as situações de pobreza e de exclusão social, pode ter um impacto muito positivo nas famílias em situação de maior precariedade” (Rodrigues, 2007, p. 298).

No que respeita à eficácia do Programa, pode-se dizer que o RMG permitiu atenuar significativamente as situações de maior precariedade das famílias, permitiu reduzir a prevalência da pobreza e permitiu que 8500 agregados familiares e mais de 31000 pessoas abandonassem a situação de pobreza em que se encontravam.

De acordo com Liliana Sousa *et al* (2007), as políticas sociais constituem meios de interven-

ção que um Estado desenvolve para garantir o protecção social aos cidadãos que dela necessitam, incluindo acções de prevenção de risco social ou de problemas sociais já em curso. No que respeita à população pobre, as políticas sociais abarcam já um vasto domínio de problemas aos quais procuram dar resposta. Segundo estes autores, em Portugal, à excepção da escolaridade básica e do Rendimento Social de Inserção, não se pode falar de direitos a mínimos sociais, pois eles não existem quando nos reportamos à habitação, ao emprego, à assistência, aos transportes.

As políticas sociais orientadas de forma concreta para a população mais pobre são proporcionadas pelo sector da assistência social. A maior parte da despesa deste sector é transferida para instituições privadas de solidariedade social que colaboram com o Estado na oferta de um conjunto de respostas sociais, que, no entanto, não se ocupam apenas de pessoas pobres, embora a legislação que as regula estabeleça prioridades para os mais carenciados. Algumas dessas instituições, como é o caso das misericórdias, que já possuem uma longa experiência no apoio à população mais pobre, exercem forte pressão sobre o Estado afim que lhes sejam delegadas as acções de combate à pobreza (Sousa *et al*, 2007).

No entanto, as acções de combate à pobreza têm vindo cada vez mais a ser desenvolvidas através de projectos financiados por receitas extraordinárias, oriundas, em grande parte, de fundos europeus para a coesão. A nova geração de políticas sociais, privilegia a inserção social em vez dos subsídios de risco, a participação activa dos beneficiários em vez da sua submissão passiva às determinações dos técnicos sociais.

Para Francisco Nunes (2004, p. 14) “as prestações sociais podem desempenhar um papel importante na estratégia de alívio da pobreza, no contexto de sociedades industrializadas e com democracias avançadas – no quadro da Europa comunitária. Não penas pelos seus efeitos redistributivos mais diretos.....mas também pelos efeitos externos, combinados e articulados, que as políticas sociais podem induzir, em termos de estratégia de inclusão duradoura”.

Para Luís Capucha (2005, p. 14) o combate à pobreza, à exclusão social e a sua erradicação não visam apenas a intervenção sobre as pessoas, os grupos e as famílias que vivem nessas condições. É necessário transformar as instituições no sentido de as tornar inclusivas e dotar as políticas específicas para essa inclusão de meios que as tornem eficazes. Assim, “não há combate à pobreza eficaz se o Estado for fraco e permeável à influência dos grupos com mais poder. Pelo contrário, um estado fiscalizador e normativo forte ajuda a que todos os cidadãos cumpram os seus deveres e tenham acesso aos seus direitos” (Capucha, 2005, p. 248).

O combate à pobreza e à exclusão social pode ser feito através do apoio que o Estado oferece aos grupos sociais que carecem desse apoio especial, ou seja, a partir do mercado social de emprego (MSE). Este mercado abrange um conjunto de medidas tais como: o programa de inserção-emprego, as empresas de inserção, as escolas-oficina, o emprego protegido, os programas ocupacionais para desempregados em situação comprovada de carência económica, os programas

ocupacionais para desempregados subsidiados.

Mas este combate à pobreza e à exclusão social não pertence apenas aos governos ou estados. São também agentes importantes os parceiros sociais, as autarquias locais, as organizações civis de solidariedade, as empresas, bem como as famílias e cada cidadão envolvido. “As opções de política terão de ser opções negociadas e partilhadas entre todos. A co-responsabilização passa naturalmente pelo funcionamento efectivo de estruturas de representação nacional, como o Conselho Nacional de Concertação Social ou o Pacto para a Solidariedade” (Capucha, 2005, p. 250).

De acordo com L. Sousa et al (2007, p. 85), as políticas sociais estabelecem instrumentos de intervenção que o Estado incrementa para proporcionar bem-estar e protecção social aos cidadãos, incluindo medidas de tanto de prevenção de risco social como de resolução de situações já declaradas. Relativamente às famílias pobres, as políticas sociais abarcam actualmente uma vasta área de problemas, tentando dar respostas que assegurem o mínimo de bem-estar a essas famílias. A protecção e a eficácia destas políticas varia um pouco de sociedade para sociedade. No entanto o objectivo de satisfazer estes os mínimos sociais fica muito longe do desejado. Segundo aqueles autores, actualmente, em Portugal, à excepção da escolaridade básica e do rendimento social de inserção, não se pode falar efectivamente de direitos a mínimos sociais. Eles não existem relativamente a vários domínios como é o caso da habitação, a assistência, o emprego, os transportes...

Devido ao envolvimento e participação de alguns cidadãos nestas questões da pobreza, surgiram diversas instituições que se têm constituído interlocutores especializados no relacionamento com indivíduos, famílias ou grupos em situação de pobreza. Estas instituições são muito diversificadas sob o ponto de vista social e jurídico, desde as instituições públicas até às associações de carácter religioso, passando por organizações privadas de acção social, abrangendo um leque variado de práticas e de atitudes relativas à pobreza. Todas elas têm desempenhado um papel importante no contacto com os grupos mais desfavorecidos da população (Almeida et al, 1992).

Refiram-se em primeiro lugar as instituições cuja acção são de âmbito nacional, ou seja, as organizações centrais de Segurança Social. Outros organismos estatais como o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, os Centros de Saúde, os Ministérios da Agricultura, da Educação, da Justiça, o Instituto do Emprego e da Formação Profissional relacionam-se em algumas das suas áreas de intervenção com a pobreza, dirigindo a sua acção, sobretudo técnica, a contextos ou problemas mais do que a indivíduos. Ainda de âmbito nacional existem algumas associações das Instituições de Solidariedade Social (IPSS) como é o caso da União das IPSS, a União das Misericórdias, a Cáritas Nacional, a Cruz vermelha Portuguesa, a Aliança Nacional das Associações Cristãs da Mocidade e muitas outras, na maioria ligadas à Igreja ou resultantes da solidariedade de familiares e amigos de pessoas oriundas de grupos vulneráveis. As suas actividades

básicas baseiam-se no auxílio e protecção, por um lado, à pressão e criação de movimentos de opinião, por outro, ou ao estudo da pobreza como é o caso do Centro de Reflexão Cristã.

Outras instituições possuem um carácter regional, como é o caso dos Centros Regionais de Segurança Social (CRSS), entidades estatais descentralizadas por distrito e que são responsáveis pela gestão, direcção e implementação de todo o sistema de Segurança Social, quer por acção directa, quer por apoio técnico e financeiro às IPSS. Deste modo, as CRSS “desenvolvem e aplicam os programas de tipo assistencial previsto na lei, apoiam a construção e funcionamento dos equipamentos de protecção social e promovem programas de desenvolvimento e prevenção dirigidos a comunidades ou contextos de grande incidência da pobreza” (Almeida et al, 1992, p. 99).

Ainda de âmbito regional existem os Planos de Desenvolvimento Regional que constituem formas de intervenção, visando o desenvolvimento integrado das regiões mais carenciadas no aspecto económico, cultural e social. Também outras entidades dependentes de organismos centrais podem tornar-se protagonistas importantes nas questões da pobreza ao nível das regiões onde se inserem como é o caso de escolas ou de centros de saúde. Também as autarquias locais podem desempenhar um papel importante quer na promoção e apoio a projectos de desenvolvimento e de combate à pobreza quer na assistência a pessoas mais carenciadas. A nível local saliente-se o papel desempenhado pelas Misericórdias, que são responsáveis por cerca de 80% dos equipamentos de protecção social existentes destinados a idosos, jovens, crianças, famílias monoparentais, pedintes, deficientes, incapacitados e de apoio a todas as famílias pobres ou em risco de pobreza. Elas contam com o apoio técnico e com o financiamento da quase totalidade dos encargos com os Centros Regionais de Segurança Social (Almeida et al, 1992).

Após dez anos depois dos chefes de Estado e governo se empenharem numa acção global contra a pobreza na EU, com 2010 chega o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Os quatro grandes objectivos que norteiam este Ano Europeu são: empenho político e acções e acções concretas para a erradicação da pobreza e da exclusão social nos diversos níveis de governação, assim como um compromisso da sociedade para com estes objectivos; promover a coesão entre todos os membros da sociedade, com especial relevo para as vantagens da erradicação da pobreza e de uma maior inclusão social; a existência de uma responsabilidade partilhada e participação na luta contra a pobreza, tanto ao nível individual como colectivo; reconhecimento do direito daqueles que vivem em situação de pobreza e exclusão social a terem uma vida digna e um papel activo na sociedade (Comissão Europeia, 2009, p. 1).

Autores, como Jacques Attali (1999), defendem que apesar do empenho político no combate à pobreza é previsível que se verifique, até 2030, a duplicação do número de indivíduos que deverão viver com menos de um dólar por dia. A pobreza afectará um terço da população do Sul, sobretudo em África, a Sul do deserto do Sara, e na Ásia. Os mais pobres continuarão a ser as principais vítimas de variados aspectos, não financeiros, da miséria: a ausência de educação, de

cuidados de higiene, de alojamento, de trabalho e de água potável. Estes indivíduos pobres serão as primeiras vítimas da sida, da poluição, do trabalho forçado e do abuso sexual.

Para este autor, o mercado não reduzirá a pobreza, bem pelo contrário, agudizará as desigualdades e provocará exclusões radicais, não irá assegurar por si só nem justiça nem equidade. Futuramente o pobre poderá ser com menos frequência um camponês da Ásia, para ser um desempregado urbano da África ou da América Latina.

Ainda de acordo com Jacques Attali, a erradicação da pobreza teria de permitir que cada ser humano dispusesse de meios de vida superiores com um nível de dignidade internacionalmente definido. As nações pobres não possuem condições económicas para resolverem sozinhas os problemas dos seus excluídos, teriam de ser auxiliados pelas nações ricas, mas o mercado impedirá que as minorias ricas ofereçam a sua solidariedade às maiorias pobres. Para encontrar uma solução seria necessário mobilizar mutações enormes e complexas, à escala mundial, e que poderiam ter as seguintes vertentes:

1. organizar uma revolução em algumas actividades económicas permitindo o desenvolvimento da silvicultura e da criação de rebanhos;
2. instaurar um tipo de democracia responsável que permitisse aos pobres tomarem conta de si;
3. colocar cada indivíduo em situação de criar riqueza, oferecendo-lhes os meios de microcrédito necessário;
4. organizar um acesso universal aos serviços sociais de base, permitindo assim a redução da mortalidade infantil e materna;
5. criar instrumentos mundiais de transferência de recursos como existem em muitas nações e criar um rendimento mínimo explícito.

Para Sachs (2005), o fim da pobreza necessita de uma rede de cooperação global. Os pobres enfrentam desafios de carácter estrutural que os impedem de aceder à escada do desenvolvimento. Para o autor, o segredo para acabar com a pobreza extrema consiste em dar a possibilidade aos mais pobres de colocarem o pé nessa escada do desenvolvimento suspensa acima deles. Eles carecem de capital para avançar até ao primeiro degrau, por isso necessitam de um impulso para o atingir.

Para além dos governos, existem também organizações que lutam contra a pobreza e a exclusão social. A Rede Europeia das Associações de Luta Contra a Pobreza (REAPN) funciona como uma coligação independente de organizações não governamentais, que realizam as suas actividades no âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social. Ela encontra-se estruturada em redes nacionais nos actuais Estados-membros da União Europeia, e com redes emergentes nos futuros Estados-membros. Inclui 20 organizações transeuropeias com intervenções na área da pobreza e da exclusão social. A REAPN procura defender os interesses dos grupos ou pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão social. Ela permite que a sua voz seja ouvida no debate, concepção

e implementação das políticas da União Europeia. Na perspectiva da REAPN não é pertinente falar em pobreza sem situar a problemática no contexto de um compromisso com a solidariedade social, a justiça social e o acesso universal aos direitos fundamentais, incluindo direitos sociais, económicos e culturais.

De acordo com Fintan Farrel (s. d.), director da REAPN, não faz sentido pensar que se pode combater a pobreza se não houver preocupação com outras questões, como é o caso da (des)igualdade e, mais concretamente, com a criação e distribuição da riqueza. Obviamente que os países com níveis de igualdade mais elevados são aqueles países que possuem menores níveis de pobreza. É impensável querer lutar contra a pobreza e a exclusão social enquanto se assiste, de forma despreocupada, ao aparecimento de uma elite social abastada. É urgente lutar contra as desigualdades que resultam da discriminação com base no género, etnia, deficiência, idade, orientação sexual. Pensar que se pode combater a pobreza sem se olhar para a interligação entre a esta e as populações que sofrem a desigualdade e a discriminação é tentar erradicar a pobreza sem se perceber a realidade dos indivíduos que vivem o fenómeno.

Para Luís Capucha (2005, p. 97), “ser pobre corresponde, em grande parte dos casos, a ter um estatuto fortemente sedimentado, com tradução continuada não só nas condições materiais de vida, mas também nas dimensões relacionais e culturais da existência das famílias e grupos que ocupam essas posições”. O problema da pobreza está relacionado com condições de existência que, se todas elas se traduzirem em situações sociais de carência e exclusão, não deixam, assim, de ser profundamente assinaladas por especificidades de carácter económico, social e cultural.

O significado social da pobreza e suas características variam de sociedade para sociedade, por vezes de forma bastante acentuada. A mais recente pobreza dos países mais desenvolvidos da Europa Comunitária é muito diferente da pobreza endémica dos países subdesenvolvidos. No caso de Portugal, que é um país de desenvolvimento intermédio, o sistema produtivo é caracterizado por modalidades de industrialização, graus de modernização tecnológica e organizacional e de índices de produtividade que estão muito distantes dos da maioria dos países da União Europeia. Pode-se dizer o mesmo quanto às infra-estruturas, à escolaridade, aos níveis de vida das famílias, às qualificações profissionais (Almeida et al, 1992).

CAPÍTULO II. A POBREZA ESCONDIDA NA ESCOLA

1. A pobreza infantil: que direitos humanos?

Ao longo das últimas décadas, para um considerável número de países, os níveis de pobreza têm vindo a aumentar de tal forma que o aumento das desigualdade da distribuição do rendimento, afetam em especial setores populacionais menos protegidos pelas políticas sociais como é o caso das famílias mais pobres, as famílias mais jovens e sobretudo as crianças (Sarmiento, 2002).

Podemos então considerar que houve um aumento da pobreza infantil na maioria dos países ocidentais. No entanto, a pobreza infantil faz-se sentir em maior percentagem nos países africanos, como é o caso da República Centro-Africana, que segundo dados da UNICEF de 2005, este país possui uma taxa de mortalidade infanto-juvenil de 180 por mil em 2003. É o 18º país do mundo (num universo de 192 países) que possui uma das taxas de resultados mais modestas, em termos de bem-estar das crianças, segundo dados de 2005 da UNICEF (Matchinidé, 2006). Na República Centro-Africana, 39% das crianças com menos de 5 anos sofrem de um atraso de crescimento e 56% das crianças com idades compreendidas entre os 5 e 14 anos são colocadas em atividades relacionadas com o trabalho infantil.

Uma das dimensões da pobreza é a mortalidade infantil. No que respeita a este assunto, e de acordo com Monteiro et al (2006), o Brasil possuía a terceira taxa mais alta de mortalidade infantil de todos os países da América do Sul. Há que salientar um possível aumento da pobreza infantil sempre que se verifica a passagem de uma estrutura de família nuclear para uma situação de família monoparental ou família desestruturada.

A pobreza infantil, pode, por outro lado, gerar pobreza juvenil, pois pode encontrar-se vinculada à transmissão entre gerações. Para Cecília Albert et al, (2007), uma análise dos determinantes da pobreza juvenil em contexto dinâmico pode ajudar a determinar se as crianças que crescem em lugares pobres acabam por se tornar em jovens pobres. Por isso, é fundamental que se usem mais recursos na prevenção da pobreza infantil. Se os jovens são pobres, se não ganham

autonomia económica antes de serem pais vão certamente dar lugar à pobreza infantil dos seus filhos.

Para Dollé (2005), as crianças que vivem no seio de famílias pobres são igualmente pobres, mesmo que as famílias tentem evitar as consequências que a pobreza traz às crianças. De qualquer forma as carências que sofrem os elementos da família recaem também sobre as crianças. A escola, o bairro onde vivem, o grupo de amigos tornam-se muito importantes à medida que as crianças crescem. Dollé diz-nos que a pobreza afeta não só o bem-estar atual da criança, onde os recursos são insuficientes, mas também o seu bem-estar futuro. Uma construção insuficiente do que ele chama de 'capital humano' pode permitir que a criança pobre se torne num adulto pobre.

Dollé considera que a pobreza infantil traz efeitos negativos sobre a saúde e o sucesso escolar. No entanto, as crianças também se podem considerar pobres, independentemente da situação monetária da sua família, se essas crianças tiverem graves problemas de saúde que comprometem o seu futuro ou se saem da escola sem qualquer qualificação, pois toda a criança ou jovem iletrado deve ser considerado pobre.

De acordo com um relatório da Comissão Europeia (2008), as crianças que vivem em famílias monoparentais e famílias numerosas são as mais expostas a situações de pobreza. Na União Europeia, 22% das crianças pobres vivem em famílias monoparentais e 25% em famílias numerosas. As crianças que crescem em famílias de imigrantes, de minorias étnicas ou onde um dos pais sofre de uma incapacidade ou abusam de drogas têm maior probabilidade de encontrar dificuldades. Também as crianças oriundas de famílias cujos pais têm menos de 30 anos estão mais expostas a uma situação de pobreza do que aqueles cujas famílias são mais velhas. O nível de estudos dos pais também tem influência sobre o risco de pobreza das crianças. A situação de emprego dos pais influencia a vida das crianças e até mesmo o seu sucesso escolar. Na União Europeia 30% das crianças pobres têm pais que não obtiveram estudos de nível secundário. A proporção de crianças cujos pais são pouco qualificados varia de 10% em quase metade dos estados membros até 65% em Malta e Portugal.

Pode-se dizer que a pobreza infantil constitui um problema que marca a sociedade atual, muito embora esta ideia contrarie o estabelecido, relativamente à igualdade de oportunidades, na Convenção sobre os direitos da criança, internacionalmente adotados, e a vigorar desde 2 de setembro de 1990.

Afinal como é que podemos identificar uma criança pobre? À luz de um relatório da UNICEF, Manuel Sarmiento et al (2010) consideram criança pobre aquela que tem falta de alimento correndo o risco de desnutrição crónica; é não ter cuidados de higiene e de saúde; é não ter acesso à escola, um deficiente aproveitamento escolar e a não aquisição de competências básicas resultando num défice de qualificações que a impedirá de ter acesso ao trabalho e à participação na sociedade; é viver em habitação insalubre, sobrelotada; é ser explorada por via do trabalho infan-

til; é ser vítima de tráfico humano ou exploração sexual; é não ter família; é não conhecer os pais; é viver no seio de uma família desestruturada; é estar desde muito cedo exposta à violência doméstica; é estar dependente de drogas; é viver numa insegurança permanente; é possuir uma baixa auto-estima não tendo razões e oportunidades de ter um futuro risonho.

As estatísticas provenientes da Eurostat revelam que o problema da pobreza infantil está bem presente a nível europeu, estimando-se que 20% das crianças da União Europeia se encontravam em risco de pobreza, em 2004. Em Portugal, o risco de pobreza infantil era, nesse mesmo ano, de 23% e um dos mais elevados da União Europeia.

As estatísticas presentes levam-nos a concluir que as crianças são mais vulneráveis à pobreza e que em Portugal o problema da pobreza infantil faz-se sentir com particular subtileza (Bastos et al, 2008).

Um inquérito sobre a pobreza infantil nos países membros da OCDE, realizado pela UNICEF, em 2005, revela que em todos aqueles países os níveis de pobreza são determinados pela combinação de três fatores: as tendências sociais; as condições do mercado de trabalho e as políticas governamentais. Os esforços dos governos para reduzir a pobreza infantil não deve incidir apenas sobre as políticas, mas deve ter em conta também os resultados finais da interação entre as mudanças das políticas, as mudanças familiares e sociais e as mudanças das condições dos mercados de trabalho (UNICEF, 2005).

Segundo este estudo da UNICEF, em numerosos países da OCDE as despesas públicas no domínio familiar e social estão associadas a uma redução da taxa de pobreza infantil. Países como a Dinamarca, Finlândia e Noruega possuem as taxas mais baixas porque os seus governos reduzem todas “as taxas de pobreza imputável ao mercado a 80% ou mais” (UNICEF, 2005, p. 2). Por outro lado, temos a Grécia, a Irlanda, a Itália, Portugal e Espanha que atribuem a proporção mais baixa do PIB para as transferências sociais. Nestes países o estado intervém muito pouco para proteger as famílias.

Mais recentemente, segundo uma notícia da TVnet, de 27 de abril de 2011, Portugal tem a oitava maior taxa de pobreza infantil da OCDE (34 países), ou seja, cerca de 16,6%, quando em média de todos os países da OCDE é de 12,7%. A liderar a lista estão Israel, México, Turquia, Estados Unidos, Polónia, Chile e Espanha. Em contrapartida, e de acordo com o que foi dito anteriormente, a Dinamarca, a Noruega e a Finlândia continuam a ser os países com taxas de pobreza infantil mais reduzidas: 3,7%, 4,2% e 5,5% respetivamente.

De acordo com Dell & Legendre (2003), os primeiros estudos sobre pobreza infantil foram realizados nos Estados Unidos nos anos 80. Após esta época, o assunto foi tratado em diferentes trabalhos que se referiam aos aspetos dinâmicos da pobreza infantil. No entanto, a problemática geral destes estudos que se realizaram nos Estados Unidos estavam relativamente distantes dos que se realizavam na Europa. No Reino Unido foram realizados numerosos estudos sobre a pobre-

za infantil pelo Department for Work and Pensions, o que equivale ao ministério britânico do trabalho, no âmbito da campanha lançada por Tony Blair et Gordon Brown, depois de 1999. Neste país, a taxa de pobreza infantil era um pouco superior ao do resto da população europeia.

Na Irlanda, a luta contra a pobreza infantil foi integrada na rede National Anti Poverty Strategy, iniciada em 1997. Neste país, os trabalhos realizados sobre esta problemática incidiram menos sobre a pobreza monetária do que sobre a pobreza das condições de vida e em termos de privação. As crianças britânicas são melhor tratadas em famílias sujeitas ao desemprego do que as crianças alemãs. Assim, a probabilidade de ser pobre para uma criança sabendo que vai crescer no seio de uma família desempregada é menos importante na Grã-Bretanha do que na Alemanha. No entanto, foram os estudos realizados sobre a pobreza infantil na Alemanha que puderam constituir um ponto de comparação com os realizados sobre a França.

Em declarações à Lusa, a diretora executiva da UNICEF em Portugal, Madalena Marçal Grilo, na cerimónia do lançamento do Relatório *Situação Mundial da Infância 2012: crianças num mundo urbano*, considera que “não se pode dizer que a pobreza urbana em Portugal tenha desaparecido, porque não desapareceu. O facto de as situações estarem mais encaixotadas, em edifícios altos e que não se veem, não quer dizer que tenham desaparecido por si só. São é diferentes” (Diário de Notícias, 28 fevereiro, 2012). Madalena Marçal Grilo acrescenta que “os bairros de barracas praticamente desapareceram em Portugal, mas entre as muitas pessoas que foram realojadas, persistem muitos problemas que não ficaram resolvidos. Sabemos que há muito problemas... falta de condições de habitabilidade, muitas pessoas por habitação, exploração de crianças, abusos sexuais, muitas vezes propiciadas pelas condições de habitação. Estamos num período de crise, em que o desemprego e os cortes sociais estão já a refletir-se na vida de muitas crianças”.

Ainda de acordo com o *Diário de Notícias*, o Relatório da UNICEF 2012 refere-se à situação das crianças no mundo urbano, alertando para o facto de as cidades se estarem a transformar cada vez mais em sítios muito desiguais, onde as crianças com menos recursos são marginalizadas. Metade da população mundial já vive em cidades e estima-se que, em 2050, sete em cada dez pessoas residam em cidades. Os mil milhões de crianças que vivem em cidades grandes e pequenas estão a ser excluídas do acesso a serviços essenciais.

Manuela Marçal Grilo informou de que a UNICEF Portugal vai voltar a ativar o programa *Cidades Amigas das Crianças*. Este conceito foi definido pela UNICEF em 1996, existindo cerca de mil cidades amigas das crianças. Portugal entrou neste programa em 1 de junho de 2007, altura em que o Governo assinou um protocolo com 13 autarquias. No entanto, o programa tem estado parado, uma vez que a UNICEF não tem meios materiais e humanos para lhe dar continuidade. Mas, segundo Madalena Marçal Grilo o programa vai ser relançado de uma forma mais sistemática e aberto a outras cidades.

Segundo Manuel Sarmiento et al (2010) apesar de os benefícios obtidos ao longo da história recente, na defesa das crianças o problema da pobreza infantil, continua a persistir como um problema grave, tanto nos países desenvolvidos como nos países em vias de desenvolvimento. De acordo com dados mais recentes, fornecidos por Sarmiento et al (2010), dos 2,2 biliões de crianças que há no mundo, 86% dessas crianças vivem em países em desenvolvimento, sendo que um terço delas sofrem de má nutrição. Este facto afecta não só a sua saúde como a sua capacidade de aprendizagem e desenvolvimento. Segundo os autores, mais de 10 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade morrem todos os anos de doenças e mil milhões sofrem de um deficiente desenvolvimento físico. Um sexto de todas estas crianças, em especial as raparigas, não frequentam o ensino primário, estando privadas de oportunidades em matéria de aprendizagem, desenvolvimento e integração na sociedade.

A nível mundial, e ainda segundo dados de Sarmiento et al, cerca de 218 milhões de crianças trabalham, e mais de 5,7 milhões de crianças trabalham em péssimas condições e em práticas de escravatura laboral. Cerca de 300.000 crianças combatem em mais de 30 conflitos armados em todo o mundo. Existem também novas formas de exploração infantil, o desenvolvimento de redes pedófilas pelo recurso à Internet e pela expansão do turismo sexual associado à pedofilia através do tráfico de crianças.

Tal como para Bastos et al (2008), também para Sarmiento et al (2010), as crianças são um grupo especialmente vulnerável à pobreza. Aqui não importa apenas o número de crianças que são pobres, mas também as consequências de viverem na pobreza. Para os autores, a pobreza infantil resulta essencialmente da privação que é um défice de bem-estar em áreas/domínios que são considerados fundamentais para a criança.

A pobreza infantil continua a ser um dos maiores desafios para os Estados membros da União Europeia. Apesar da maior responsabilidade em combater a pobreza infantil seja dos Estados Membros, a União Europeia reforçou o seu compromisso nesta área nos últimos anos. De acordo com o que estes autores referem, o principal indicador para medir a pobreza infantil na União Europeia tem sido o rendimento familiar. A pobreza infantil é definida como a percentagem de crianças dos 0 aos 17 anos que vivem em agregados com um rendimento equivalente disponível inferior a 60% do rendimento mediano equivalente. A pobreza infantil pode também ser medida em termos absolutos, tendo em conta o nível mínimo de rendimento e recursos materiais necessários à sobrevivência. No entanto, os autores referem ainda que a pobreza infantil é um fenómeno complexo e multifacetado com dimensões que vão muito para além do rendimento.

A vivência da pobreza por parte de uma criança revela-se muito mais grave do que as dos restantes grupos populacionais. É que esta vivência conduz a efeitos a médio prazo, condicionando o seu bem-estar, estimulando a existência de trajectórias de pobreza e perpetuando o existente ciclo familiar de pobreza.

Os trabalhos existentes sobre a pobreza infantil em Portugal são escassos e utilizam, sobretudo, a família como unidade de observação. Assim, a pobreza infantil é considerada, como afirma Amélia Bastos *et al* (2008, pp. 8-9), “um subproduto do problema mais geral da pobreza”, uma vez que o seu estudo se centra na análise das condições de vida das famílias pobres com crianças a seu cargo. Ora, isto leva a que se identifique a pobreza da família e não a pobreza da criança, reduzindo deste modo a análise e a investigação das especificidades da pobreza infantil. É de salientar que esta não coincide obrigatoriamente com a pobreza da família, pois podem-se encontrar agregados familiares cujo rendimento está abaixo do limiar da pobreza, mas as crianças a seu cargo não são consideradas pobres.

A análise da pobreza infantil, enquanto estado de privação, encontra-se na linha do trabalho pioneiro de Peter Townsend (1979, p. 31) que refere: “As pessoas que moram individualmente, famílias e grupos dentro da população são consideradas como pobres quando não têm recursos para uma boa alimentação, para participar em actividades, nem condições e comodidades de vida, ou pelo menos encorajadas e aprovadas na sociedade a que pertencem”.

E um dos grupos mais afectados pela pobreza são as crianças. A maior parte dos pobres são crianças e em muitos países a maior parte das crianças são pobres. A experiência da pobreza na infância deixa marcas profundas que potenciam o ciclo vicioso da pobreza. Até ao momento, a maioria dos governos, as organizações da sociedade civil e organizações internacionais não têm identificado nem adoptado políticas específicas para reduzir a pobreza infantil. Nem sequer é tomada em linha de conta a vida das crianças que vivem em situação de pobreza (A. Minujin *et al*, 2006).

A pobreza infantil afecta a vida de milhões de crianças em todo o mundo, constituindo um problema tanto nos países pobres como dos ricos. As estratégias concertadas para reduzir a pobreza que se preocupam em gerar crescimento económico, não reconhecem que as crianças vivem a pobreza de uma forma diferente dos adultos, por isso estas estratégias não são suficientemente adequadas para tratar a pobreza infantil. De acordo com a UNICEF, em 2004 (*apud* A. Minujin *et al*, 2006), mais de metade das crianças do mundo vivem na pobreza. Essas crianças não têm acesso a bens e serviços mais básicos: uma em cada seis crianças tem um peso abaixo do peso normal, sofrendo de desnutrição; um em cada sete não possui qualquer tipo de assistência médica; um em cada cinco não tem acesso a água potável; um em cada três não possuem saneamento em casa; mais de 640 milhões vivem em vivendas com piso de terra; mais de 120 milhões de crianças se encontram fora da escolaridade primária, sendo na sua maioria meninas; mais de 30.000 crianças morrem por dia em todo o mundo por causas que poderiam ser evitadas.

As meninas são mais atingidas pelas situações de pobreza do que os meninos. Segundo a *Comissão das Mulheres pelas Mulheres e Crianças Refugiadas* (2004), as meninas têm tendência a sofrer mais a privação de serviços básicos como a educação por exemplo. Esta vulnerabilidade das

meninas à pobreza está baseada em tendências culturais, por isso, as questões do género não deveriam passar despercebidas nos debates sobre a pobreza infantil. Segundo a UNICEF (2005), a pobreza infantil é menor em países onde as mulheres representam uma alta percentagem da força do trabalho.

Para Minujin et al (2006), a pobreza infantil distingue-se da pobreza adulta por ter diferentes causas e efeitos, sobretudo pelo impacto de longa duração nas crianças.

Os defensores dos Direitos Humanos reconhecem que os governos, sobretudo os dos países menos desenvolvidos, possuem recursos limitados para colocarem em acção estratégias antipobreza de forma progressiva. A administração de serviços básicos universais de boa qualidade para as crianças é uma das acções mais directas e menos dispendiosas que ajudam a reduzir a pobreza infantil. Para reduzir a pobreza infantil muitos são os intervenientes na sociedade que o podem fazer: governos, entidades de financiamento, activistas, organizações da sociedade civil e actores particulares das todas as hierarquias sociais, incluindo os próprios pobres. Todos devem tomar parte das estratégias de redução da pobreza, de modo a que as necessidades dos pobres sejam devidamente satisfeitas (A. Minujin et al, 2006).

Em muitos países da União Europeia as crianças enfrentam um risco mais elevado de pobreza do que o resto da população, sendo este o caso de Portugal. O nosso país e segundo dados mais recentes recolhidos pelo Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), realizado em 2007, junto das famílias, a taxa de risco de pobreza dos indivíduos até aos 17 anos era de 21%. Portugal é um dos oito países da União Europeia onde se registam níveis mais elevados de pobreza nas crianças, de acordo com um relatório da Comissão Europeia de 2008; este documento referia também que o risco abrange, tanto as crianças que vivem com adultos desempregados, como as que vivem em lares onde não há desemprego (*Público*, 29 de maio de 2009).

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (2005) diz que a UNICEF anunciou que entre 40 a 50 milhões de crianças dos 24 países mais ricos da OCDE vivem abaixo do limiar da pobreza. A organização alertou para o facto de que, em 17 destes países mais ricos, a pobreza infantil aumentou. Em Portugal, de acordo com dados revelados, a pobreza infantil aumentou 3,2%, desde os anos 90, estando, em 2005, com 15,6%. O relatório intitulado *Pobreza infantil nos países ricos 2005*, cuja publicação é da autoria do centro de Pesquisa Innocenti da UNICEF, colocou Portugal no 21.º lugar da lista. Os países com menor percentagem de pobreza infantil eram a Dinamarca com (2,4%), Finlândia (2,8%) e Noruega (3,4%). Em contrapartida os países com maior incidência de pobreza infantil eram o México com (27,7%), os Estados Unidos (21,9%) e a Itália, o pior país europeu, com 16,6%.

Os peritos da UNICEF afirmam que nenhum país da OCDE que estabeleça 10% ou mais do seu Produto Interno Bruto a verbas atribuídas à família tem uma taxa de pobreza infantil superior a 10%, como é o caso dos países nórdicos.

No contexto nacional, Sarmiento et al (2010, p. 45) referem que “Portugal tem evidenciado ao longo dos últimos anos uma valorização do estatuto da criança e da importância da sua educação. Mas, não obstante estes progressos, verifica-se na sociedade portuguesa a existência de fortes desigualdades sociais e uma elevada taxa de pobreza infantil, de crianças maltratadas, negligenciadas e mal acolhidas nas escolas”. Estes factos são a consequência de múltiplos factores entre os quais, o desemprego, baixos níveis de escolaridade dos pais, baixos salários e trabalho precário, uma taxa elevada de mulheres que trabalham a tempo inteiro, um elevado número e até mesmo o aumento de famílias monoparentais, etc.

A pobreza em Portugal, para os autores, está claramente relacionada com problemas estruturais de natureza económica e social, podendo ser combatida apenas se forem implementadas estratégias coerentes e estruturais. A intensidade e a extensão da pobreza em Portugal exigem que se tomem medidas no sentido de aliviar os problemas imediatos, mas acima de tudo medidas de carácter estrutural. Neste sentido, é necessário empreender acções que se centrem nos factores sociais que promovem a pobreza infantil. “A pobreza infantil e o seu combate é o resultado de interações complexas entre as estruturas familiares, condições do mercado de trabalho, apoios governamentais e outros factores” (Sarmiento et al, 2010, p. 60). Para estes autores, o combate à pobreza infantil só será possível quando houver uma política direccionada para o bem-estar social e que promova os direitos da criança. A intervenção de carácter social necessita de meios de diagnóstico que sejam adequados e eficazes. O combate à pobreza infantil passa por “intervenções intersectoriais e pela necessária articulação entre as diferentes áreas da governação, nomeadamente a educação, a saúde, a habitação e o emprego. O desenvolvimento de uma política de *mainstreaming* nesta área é fundamental, implicando o envolvimento dos diferentes ministérios” (Sarmiento et al, 2010, p. 54). No entanto, o tão falado *mainstreaming* no combate à pobreza está muito longe de ser conseguido, pois a questão da erradicação da pobreza deve atravessar todas as políticas públicas: a economia, o emprego, a segurança social, a educação, o desenvolvimento urbano, os equilíbrios macroeconómicos, o ambiente, a segurança e os transportes.

Segundo Sarmiento (2010), as políticas de combate à pobreza infantil situam-se no âmbito do combate generalizado à pobreza e exclusão social, apesar das particularidades da pobreza infantil, principalmente no que respeita aos seus efeitos a médio e longo prazo. As diversas políticas sociais assumem um papel preponderante no combate à pobreza infantil, quer seja directamente ou através da intervenção comunitária, atribuindo no entanto responsabilidades neste domínio à comunidade e às famílias.

Para Sarmiento et al , “a pobreza infantil está identificada como um dos riscos que afetam fortemente a inclusão em Portugal, para tal estão definidas uma série de políticas que tendem a assegurar os direitos básicos e da cidadania das crianças” (2010, p. 173). As políticas sociais actuais para a protecção à infância tem como objectivos: fomentar a cidadania activa e a inclusão soci-

al; incentivar a natalidade e apoiar as famílias com maior números de filhos; promover a conciliação da vida familiar com a vida profissional; apoiar famílias nas suas funções parentais; agilizar os processos de adopção; facilitar a desinstitucionalização das crianças; qualificar as respostas sociais; apoiar o Sistema de Protecção das Crianças e Jovens.

2. Impactos da pobreza e da exclusão social na Escola

A escola é uma instituição de socialização e um aparelho de integração social de acordo com o que afirmam todos os manuais de sociologia. Mesmo as teorias da reprodução também nos dizem que a escola dá a cada um o lugar que lhe está destinado. É a igualdade de oportunidades que é colocada em causa e não a integração ou a exclusão dos indivíduos (François Dubet, 1996, sobre a direcção de Serge Paugam).

Na cultura escrita está assente o quotidiano da população da sociedade ocidental. A comunicação e as diversas transacções que diariamente se estabelecem entre as pessoas faz-se por intermédio da escrita e de formas de comunicação que envolvem a mesma, embora nem sempre fosse assim. Em Portugal a população só começou a dominar os rudimentos da leitura e da escrita no início do séc. XX e apenas nas principais cidades onde a migração se fazia notar. Nas zonas rurais esse domínio da cultura escrita fez-se de uma forma mais lenta. A população rural e pobre por alturas da Revolução Industrial, ao migrarem para as cidades, é que começaram a ter acesso à cultura escrita (Costa, 2001).

Para a autora, o controlo por parte desta população dos primeiros rudimentos da leitura e da escrita passou a facilitar-lhes o acesso a melhores postos de trabalho e a um crescente aumento das tarefas, o que foi determinante para o processo de alfabetização que já se tinha iniciado por motivos religiosos, permitindo assim um maior desenvolvimento económico.

A escola é a instituição à qual cabe a função de introduzir de forma sistemática e organizada o contacto entre a cultura escrita. Embora se atribua à escola o papel de reprodutora de desigualdades sociais, ela é também vista como a instituição que promove o desenvolvimento intelectual das crianças e do jovens, enquanto fonte de desenvolvimento global: “na escola, o aluno contacta com a escrita e com o conhecimento enquanto formas fundamentais de organização da sociedade” (Costa, 2001, p. 57).

Os diversos trabalhos de psicologia sobre o desenvolvimento intelectual da criança e a sua relação com a pobreza vieram reforçar algumas conclusões referidas pela sociologia e pela antropologia da educação. Assim, para Rita Costa, as crianças pobres não auferem dos benefícios da escola da mesma forma que as crianças de meios favorecidos, nos seguintes aspectos: na definição das metas e nos meios para as alcançar, uma vez que não acreditam em si próprias, inibindo-

se na busca das soluções e na sua capacidade de síntese e análise das situações, uma vez que não é estimulada pela família. A falta de estímulo da criança relativamente às suas capacidades tem consequências negativas no seu desenvolvimento intelectual e no seu desempenho na escola.

De acordo com um relatório das Nações Unidas uma de cada oito crianças de países em desenvolvimento não tem acesso à educação primária. Outro dado relevante é que, actualmente, das cerca de 75 milhões de crianças desses países em vias de desenvolvimento que estão fora da escola, 55% são meninas. A UNESCO afirmou que os dados baseados em estatísticas oficiais de 2006, indicam que o objectivo da ONU de alcançar a educação primária universal até 2015 (parte das Metas de Milénio) não será alcançado. As projecções actuais para 2015 revelam que pelo menos 29 milhões de crianças permanecerão fora da escola, nos países mais pobres, sobretudo na Nigéria e no Paquistão (Evans, 2008).

No seu estudo, Rita Costa (2001) diz-nos que as principais teorias que têm como base investigações empíricas sobre o papel da escola na reprodução das desigualdades se devem a autores como Pierre Bourdieu e Jean -Claude Passeron, C. Baudelot e R. Establet, Samuel Bowles e Herbert Gintis e M. Katz. Estes autores analisaram a questão do papel das escolas na reprodução das desigualdades, em França e na União Europeia, sob diferentes perspectivas. Segundo Rita Costa, ainda hoje as teorias, sobretudo as de Jean-Claude Passeron e Pierre Bourdieu, constituem uma importante referência na investigação que se faz nesta área. Estes autores fizeram uma análise do consumo de bens culturais em França, de acordo com algumas categorias socioprofissionais, de acordo com os níveis de instrução e de acordo com a frequência de estabelecimentos de ensino por origem social, nível de formação e prestígio da instituição e concluíram que aquele consumo de bens culturais e a frequência do ensino superior dependem, como sempre aconteceu, da origem social da pessoa. Assim sendo, Pierre Bourdieu usou a expressão *capital cultural* para afirmar que a escola é vista como uma instituição que reproduz as desigualdades que caracterizam as classes sociais.

A forma como a escola se refere à pobreza constitui uma avaliação importante do sucesso de um sistema educacional (Gentili et al, 2005). As crianças oriundas de famílias que vivem na pobreza são, geralmente, as que apresentam menor êxito escolar, se forem avaliadas através de procedimentos convencionais de medida e as mais difíceis de serem ensinadas através de métodos tradicionais. Segundo aqueles autores, estas crianças têm menos poder na escola, sentem-se impotentes para fazer valer as suas reivindicações ou de insistirem que as suas necessidades sejam satisfeitas. No entanto, dependem mais do que as outras da escola para obterem a sua educação.

Para Pablo Gentili et al (2005, p. 12), “a educação já foi vista como uma panaceia para a pobreza, mas já não o é mais – e os/as professores/as são gratos/as por essa mudança”. Os sistemas educacionais, no início do séc. XX, eram de forma nítida e deliberada estratificados, segregados pela raça, género e classe social, repartidos por escolas académicas e técnicas, públicas e privadas,

protestantes e católicas. Ocorreram algumas lutas por parte de movimentos sociais para desagregar escolas, para estabelecer uma escola secundária mais lata e abrir universidades para grupos excluídos. Assim, os sistemas educacionais em meados daquele século tornaram-se mais acessíveis. O direito à educação proclamado na Declaração dos Direitos da Criança pelas Nações Unidas em 1959 foi aceite internacionalmente, apelando a uma igualdade de acesso para todos (Gentili et al, 2005). No entanto, esse acesso não foi cumprido integralmente. No seio das instituições formalmente igualitárias, crianças proletárias, pobres e oriundas de minorias étnicas continuavam a ter um desempenho inferior, em testes e exames, em relação a crianças provenientes de famílias ricas ou da classe média. As crianças pobres estavam mais sujeitas a reprovações e ao abandono escolar e apresentavam muito menos hipóteses de entrar numa universidade.

Segundo Kattia Figueiredo (2007), as políticas sociais criadas para a infância surgem de um contexto particular, sendo a pobreza e a exclusão social o plano das acções do poder público através da implementação de leis. Assim, a criação de programas de inclusão socioeducativos, orientados para a infância, vêem na educação escolar um instrumento de política pública. É de suma importância que quando se pensa em políticas de educação infantil se esteja a pensar na formação integral da criança como um critério relevante para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Por isso, a educação escolar não deve estar apenas voltada para o desenvolvimento cognitivo, “a escola deve pautar-se, fundamentalmente, numa aprendizagem que promova na criança um saber capaz de modificar o mundo e, por conseguinte, a sua própria realidade” (Figueiredo, 2007, p. 51).

A problemática da exclusão inserida no campo educativo faz corresponder um fenómeno exterior à escola, a exclusão social, a um outro fenómeno interno à escola, a exclusão escolar, exprimindo não um agravamento dos problemas específicos da escola, mas a uma maior sensibilização por parte da instituição escolar a fenómenos de natureza social, cuja origem se situa no mundo do trabalho (Canário et al, 2001). Para estes autores, a instituição escolar, enquanto instrumento de políticas públicas baseado na “igualdade de oportunidades”, promoveu um acesso massivo à escolarização, ficando também ela profundamente afectada pelas fortes mudanças ocorridas no mundo do trabalho, que estão na base de fenómenos de exclusão social. De facto, na vez de servir para despertar consciências, de fomentar saberes e competências, de recusar a facilidade, a escola “tem-se afundado na gestão cinzenta e errática de um sistema incapaz de saber o que quer e para onde vai, que todos criticam, mas que todos vão remendando sem esperança de conseguir autênticos aperfeiçoamentos” (Martins, 1991, p. 17).

A escola não pode ser apenas um lugar onde são transmitidos conhecimentos meramente técnicos, em detrimento de uma cultura cívica. Os direitos do homem, a tolerância, o respeito mútuo, a democracia, os valores éticos não podem constituir realidades esquecidas numa perspectiva escolar orientada por uma visão aberta e humanista do mundo em que vivemos (Martins, 1991).

Deste modo, para Rui Canário et al (2001), a escola não é, hoje, a mesma escola republicana do princípio do século XX. A instituição escolar sofreu mutações que podem, na perspectiva dos autores, ser sintetizadas numa fórmula breve: a escola deixou de estar inserida num contexto de certezas, para ser inserida num contexto de promessas, inserindo-se, actualmente, num contexto de incertezas.

A chamada escola das certezas é a escola da primeira metade do século XX que, a partir de um conjunto de valores intrínsecos e estáveis, funcionou como uma fábrica de fazer cidadãos, permitindo-lhes preparação para a sua inserção no mercado de trabalho. Nesta época, a escola funcionava em regime elitista, constituindo assim, para alguns, como um instrumento de ascensão social, isento de responsabilidades na produção de desigualdades sociais. No período seguinte à II Guerra Mundial, a escola considerada elitista passa para uma escola de massas, passando desta forma duma escola de certezas para uma escola de promessas. É o fracasso dessas promessas que justifica a passagem da euforia ao desencanto verificado a partir dos anos 70. A sociologia da educação, nesta década, veio pôr em evidência o efeito reprodutor das desigualdades sociais, exercido pelo sistema escolar. A educação e a formação têm sido apresentadas como as condições fundamentais para combater o desemprego e por conseguinte a exclusão social. No entanto, a própria evidência imediata da evolução do fenómeno do desemprego mostra a sua ineficácia relativa (Canário et al, 2001).

Será pertinente então perguntar o que pode a escola fazer contra a exclusão social? De acordo com Sarmiento(2002), a escola pode muito pouco, uma vez que a exclusão social é um fenómeno estrutural. No entanto, é esse pouco que pode ser fundamental se o projecto educacional “for uma forma de garantir um processo político-pedagógico de transformação social e institucional”(Sarmiento, 2002, p. 278). Para o autor, é no quadro de escola como política de vida (da escola como utopia realizável) que julga ser sustentável uma lógica opcional para a educação escolar, contra a exclusão social e pela aplicação dos direitos sociais. Sarmiento julga que é necessário abolir tudo aquilo que estabelece os elementos simbólicos que constituem o senso comum da acção educativa, por parte dos professores e dos restantes elementos da comunidade educativa e que conduzem a uma possível exclusão de saberes das crianças dos grupos sociais mais desfavorecidos e das minorias étnicas e culturais.

Sarmiento considera que a aprendizagem organizacional da escola e a capacidade de a tornar uma organização aprendente é o caminho fundamental na transformação da escola no sentido dessa utopia realizável. Isto pode significar aprender e fundamentar tudo de novo, obrigando a repensar os conhecimentos adquiridos e a combater através de um esforço de reflexividade os efeitos da institucionalização da escola. A escola deve ser pensada como um vínculo de uma política social, e a construção da educação assente nessa política social significa que a educação é uma componente que só faz sentido quando estreitamente ligada a outras componentes das polí-

ticas sociais que podem efectivar a inclusão social, tais como as políticas de saúde, de habitação, de solidariedade, de protecção social e outras. Para o autor, a escola deve ser pensada como um projecto de inovação e de renovação da tradição. Esta inovação é um elemento fulcral na construção de uma escola para a inclusão social. Hoje, a escola não pode fazer mais do que aquilo que fazia no passado, sobretudo quando, na primeira modernidade, se ergueu como um bastião da afirmação dos direitos de cidadania e da promoção da liberdade, igualdade e fraternidade. A escola tem de fazer as mesmas coisas, que fazia outrora, mas de forma diferente e é essa diferença que garante a renovação do projecto moderno e que permite, deste modo, a reinvenção cívica da escola pública.

CAPÍTULO III. OS PROFESSORES PERANTE A POBREZA INFANTIL

1. Universo de inquiridos e caracterização sumária da amostra

O presente inquérito foi elaborado a partir de itens que pudessem evidenciar situações de pobreza ou carência dos alunos do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas de Águeda. As perguntas e questões formuladas aos professores permitiram colocar em evidência características dos alunos carenciados e mostrar a opinião dos professores sobre aspetos relacionados com comportamento dos pais destes alunos; permitiram igualmente que os professores expressassem as suas opiniões sobre o papel da escola e a justeza dos auxílios económicos atribuídos a estes alunos.

Assim, foi possível identificar elementos que levam à caracterização da situação económica dos alunos. O objectivo deste inquérito, realizado entre 17 de junho e 18 de julho, visa conhecer a opinião dos professores do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas de Águeda sobre a pobreza infantil, nomeadamente a sua sensibilidade face a este problema no quadro das suas actividades como educadores. Depois de obtidas as autorizações necessárias e tendo tido o apoio empenhado do Director do Agrupamento – que se disponibilizou até para distribuir os inquéritos pelos colegas –, conseguimos obter 33 respostas de professores do 1.º ciclo, em 38 possíveis, e mais 10 respostas de professores do 2.º e 3.º ciclos. Isto é, a nossa amostra representa cerca de 86,8% do conjunto de professores do Agrupamento. Importa salientar, também, que os 10 professores referidos eram directores de turma, sendo os restantes professores titulares de turma.

O inquérito, como se pode ver no Apêndice 1, inserido no final desta dissertação, era de resposta anónima. Todavia, no final, deixámos a possibilidade de escolha para os que quisessem identificar-se, podendo desse modo vir a conhecer os resultados do estudo. Assim, manifestaram a sua disponibilidade, identificando-se, 13 professores, o que significa uma amostra de cerca de 40%, ou seja, cerca de um terço dos professores inquiridos. Com estes professores pensávamos, à

partida, vir a promover acções de formação no âmbito do nosso tema, o que estamos neste momento a preparar.

Entre os professores inquiridos, uma houve que, tendo dito não ter alunos carenciados, não respondeu a mais nada. Desse modo, não foi contabilizada. Cinco outros professores, tendo afirmado não terem alunos carenciados nas suas turmas, responderam à totalidade do inquérito. Assumimos que estes professores se terão enganado e por isso colocámo-los no grupo da segunda resposta, isto é, teriam na turma 1 a 3 alunos carenciados.

2. Análise das respostas

Vejamos, agora, as respostas obtidas, uma a uma. Para a sua análise tivemos em conta aspectos vários relacionados, tanto com as respostas objetivas, como com as condições de recolha de dados. Deixaremos para o final deste capítulo, uma leitura global dos mesmos. Ainda que os professores inquiridos não tenham sido questionados sobre o local de residência, pela conhecimento pessoal que deles temos podemos afirmar que a esmagadora maioria reside no concelho de Águeda. De resto, como se verá, só quem tem relações de proximidade com os alunos poderá responder a algumas perguntas da forma que o fizeram.

2.1. IDADES DOS PROFESSORES QUE RESPONDERAM AO INQUÉRITO

Idades dos professores inquiridos					
25-30 anos	31-35 anos	36-40 anos	41-50 anos	51-60 anos	> 60 anos
1	3	11	12	6	0

A análise das idades dos respondentes permite afirmar que a maioria (23, isto é, 69,7%) tem entre 36 e 50 anos. Trata-se, pois, de um universo com grande experiência profissional e de vida, o que permitirá certamente uma leitura mais verdadeira da visão global deste grupo profissional face à temática em apreço.

2.2. TEMPO DE DOCÊNCIA

Tempo de serviço dos professores inquiridos				
< 5 anos	5-10 anos	11-15 anos	16-20 anos	> 21 anos
1	1	14	6	11

Tendo em conta as idades dos professores e o que antes dissemos, não espantarão os valores do quadro referentes ao tempo de docência. Esses professores possuem uma grande experiência lectiva, e são bons conhecedores do meio em que trabalham, o que nos permite afirmar que as suas respostas têm um valor que não teriam se se tratasse de professores menos experientes e que residissem em localidades diferentes das dos seus alunos.

2.3. SENSIBILIDADE FACE ÀS QUESTÕES DE POBREZA INFANTIL NOS LOCAIS ONDE RESIDEM

Onde reside há situações de pobreza infantil?				
Sim	Não	Há, mas pouco	Nunca me apercebi	Não respondem
16	9	5	2	1

O quadro permite afirmar, antes de mais, que existe pobreza infantil no concelho de Águeda, pois, ainda que haja alguns docentes residentes noutros municípios, a maioria vive aqui. Esta afirmação assenta no reconhecimento de que pelo menos 21 professores se aperceberam da existência desse fenómeno nos locais onde vivem; apenas 9 (ou 12) afirmaram o contrário. Assim, podemos dizer que cerca de dois terços dos professores se apercebem de dificuldades e carências várias entre as crianças dos locais onde residem. Atrevemo-nos a extrapolar dizendo que com as dificuldades da conjuntura actual, essa sensibilidade terá tendência a manifestar-se de forma mais aguda já que a situação económica das famílias se tem estado a degradar.

2.4. SENSIBILIDADE FACE ÀS QUESTÕES DE POBREZA INFANTIL NAS SALAS DE AULAS

Tem alunos muito carenciados na sua turma?				
Não	1-3 alunos	4-6 alunos	7-10 alunos	Mais de 10
1	14+5	4	6	3

De imediato, podemos afirmar que nas salas de aulas deste agrupamento é mais visível a pobreza infantil, assumida aqui em abstracto – estamos a falar de “alunos carenciados”. Há professores que têm 4 a 6, 7 a 10 e mais de 10 alunos carenciados nas suas turmas, o que pode significar situações de até perto de metade dos alunos com dificuldades. De qualquer modo, mais de metade (57,6%) dos professores disseram existirem entre um a três alunos carenciados, independentemente do que a escola entende como “alunos carenciados”.

2.5. OPINIÃO SOBRE OS CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ALUNOS “CARENCIADOS”

Quando perguntámos se os critérios de atribuição de subsídios a crianças “carentiadas” são justos, obtivemos as seguintes respostas:

1. Embora não tenha a certeza, em alguns casos não terão sido justos	22
2. Os critérios que permitiram a identificação dos alunos da minha turma são justos	10
3. Não sei, mas a crise actual desactualizou a lista que nos forneceram	3
4. Não tenho opinião sobre isso. Ouço dizer que sim e que não. Não sei	0

Não obstante cerca de um terço dos professores concordar com os critérios de atribuição dos subsídios às crianças carenciadas, a maioria (66,7%) dos inquiridos manifesta reservas, de forma difusa, sobre a justeza desses critérios, certamente em relação a alguns alunos que conhecerão. Entre os 13 professores que aceitaram responder sem anonimato, 8 têm a mesma opinião. Assim, decidimos saber que razões apresentam esses oito professores para manifestarem reservas face aos critérios instituídos. O receio de que a exposição por escrito das suas opiniões pudesse prejudicá-los – de resto, são professores com quem não temos relações de proximidade – terá pesado na decisão de quatro deles que não responderam. Assim, obtivemos apenas quatro respostas por correio electrónico de professores que bem conhecemos e que continuamos a manter em anonimato. O que mais relevante dizem pode assim ser resumido:

Um dos professores dá uma resposta que escapa de algum modo aos nossos objectivos. Quando inquirido sobre a justeza dos critérios de atribuição de subsídios aos alunos carenciados, responde: “não estou apenas a falar da minha passagem enquanto docente no Agrupamento de Escolas de Águeda, mas *de toda a minha vida enquanto docente*”. Como vemos, esta opinião generaliza, deixando implícita uma crítica ao sistema fiscal vigente, mas não se reporta objectivamente apenas à realidade em estudo.

Outros docentes, afinam pelo mesmo diapasão, dando, todavia, pormenores sobre a forma como alguns grupos socioprofissionais escapam à fiscalidade. Um deles afirmou: “penso que às vezes os subsídios são atribuídos a crianças de pais divorciados que não necessitam, pois são logo consideradas famílias monoparentais. Ainda há aqueles que os pais são empresários e apresentam ordenados mínimos e conseguem obter subsídio.” Uma vez que não existem dados fiscais justos e objectivos para a atribuição desses subsídios, é possível fazer leituras, erróneas umas vezes, justas outras, como a apreciação dos casos de famílias monoparentais.

Outro professor afirmou lamentar que as declarações fiscais não correspondam à realidade: “penso que os auxílios económicos nem sempre são bem atribuídos porque os rendimentos apresentados pelas famílias nem sempre são reais, havendo casos em que o rendimento apresentado é muito inferior ao que as famílias realmente auferem, uma vez que têm outras fontes de receitas que não são declaradas.”

O quarto docente que respondeu por *e-mail*, expressa o seu ponto de vista de forma sintética, deixando-nos pouco mais a acrescentar: “[...] porque é difícil atestar a veracidade dos reais rendimentos das famílias, porque nem todas as famílias declaram todos os seus rendimentos, havendo famílias com subsídios de que provavelmente não precisam, e outras crianças em circunstâncias mais difíceis que não o conseguem.”

O valores resultantes do questionário, bem como as opiniões expressas, permitem afirmar que há algo errado na atribuição dos subsídios a crianças carenciadas, ou estamos perante uma problema de comunicação. Cremos, contudo, que se trata de uma situação intolerável de injustiça fiscal e que todos contestam.

Por fim, resta referir que três professores assinalaram mais do que uma resposta possível. É interessante verificar que pelo menos um apercebeu-se do processo de mudança da situação das crianças carenciadas da sua turma em face da crise em que vivemos. Tendo respondido à primeira resposta do questionário – que não tinha a certeza da justeza da atribuição dos subsídios –, assinalou também o facto de a crise que viemos actualmente ter certamente agravado a situação de carências desses alunos.

2.6. FORMAS DE PERCEÇÃO DA POBREZA INFANTIL NA SALA DE AULA

Quando perguntámos aos professores como se apercebiam das situações de pobreza dos seus alunos, as respostas foram as seguintes:

-
1. Pelo vestuário: ausência de roupa de marca: **3**; roupa mal passada: **1**; roupa curta: **2**

 2. Pela falta ou escassez de material escolar: lápis e canetas de “loja de chinês”: **9**; pouco material: **16**

 3. Pelo lanche: alguns nem lanche levam: **15**; outros levam um lanche pobre: **9**

 4. Pela (falta de) higiene: não têm hábitos regulares de higiene: **10**; só noto isso num ou noutro caso: **9**

 5. Não têm acesso à Internet: **12**; não têm livros em casa: **12**; não têm brinquedos: **7**

 6. Pelo que os alunos contam, nomeadamente sobre os fins de semana: **17**; sobre as férias: **13**; outros: **4**

 7. Pelo que os alunos contam, nomeadamente sobre não terem quarto: **17**, nem sítio para estudar: **10**

Antes de mais, gostaríamos de salientar que este quadro evidencia uma concepção corrente de pobreza. A verdade é que os professores inquiridos manifestaram uma clara sensibilidade para as carências materiais dos seus alunos, nos vários domínios. Os valores deste quadro confirmam o que foi dito sobre os anteriores, tornando bem evidente a natureza das dificuldades sentidas. Será o lado oculto da realidade das nossas escolas? O facto de haver poucas respostas à primeira questão permite afirmar que na generalidade, os alunos não possuem meios para aquisição de roupas caras. Se os alunos fossem filhos de famílias com grande poder de compra e de família muito pobres, o vestuário constituiria um critério de identificação e de medida. Todavia, se atentarmos nas

restantes respostas, veremos que aos olhos dos professores inquiridos é fácil saber quem tem dificuldades ou não pelo material escolar, pelo lanche, pela falta de higiene, pelo acesso à Internet, pelas férias e fins de semana que têm, como sobre as condições para estudar em casa.

2.7. MOTIVOS QUE PODERÃO ESTAR NA ORIGEM DA POBREZA DOS ALUNOS CARENCIADOS.

-
1. Desemprego dos pais: **23**; baixos rendimentos: **25**; os próprios pais são filhos de gente pobre: **7**

 2. Baixas qualificações: **20**; problemas de saúde que os inibem de trabalhar: **4**; pais separados: **15**

 3. Muitos irmãos: **6**; os pais dependentes de drogas (álcool, etc.): **12**

 4. Os pais vivem do Rendimento Social de Inserção: **17**

 5. Não sei o que se passa com as famílias dessas crianças: **0**

O que este quadro mostra é um grande conhecimento que os professores têm da situação social e profissional dos pais dos seus alunos. É de salientar que nenhum deles diz que não sabe o que se passa com os meninos. Por outro lado, pode-se verificar que são vários os motivos que estão na origem da pobreza destes alunos. O desemprego dos pais e as suas baixas habilitações dão certamente origem aos baixos rendimentos. Pode-se ver igualmente que muitos dos pais vivem do Rendimento Social de Inserção. Também as famílias monoparentais têm aqui um elevado destaque, contrariando aqueles testemunhos em sentido contrário. A existência de pais com problemas de drogas ou álcool é um fenómeno também muito notório. Mas, de facto, o que salta de imediato à vista, para lá da diversidade de razões da pobreza infantil, é a sensibilidade dos professores.

2.8. ORGANIZAÇÕES E/OU INSTITUIÇÕES DE APOIO A ESTES ALUNOS E SUAS FAMÍLIAS

-
1. A autarquia tem um programa de apoio para as crianças com mais dificuldades: **7**

 2. A Igreja tem tido um papel que procura minimizar essas dificuldades: **9**

 3. Há associações locais que têm programas para esse fim: **21**

 4. Se houver outra acrescente aqui: **2**

 5. Não sei: **5**

Nesta questão, quase dois terços dos professores, ou seja, 63,3%, mostraram que têm conhecimento da existência de organizações e instituições que apoiam os alunos carenciados e suas famílias. Ao contrário do que mostra o quadro 7, neste caso há 5 docentes que não estão informados sobre os apoios às crianças mais carenciadas. Mesmo assim, podemos afirmar que também neste domínio os professores do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas de Águeda estão atentos às circunstâncias em que se processa o apoio aos seus alunos. Deste modo, partindo do seu olhar, parece-nos que essas instituições de solidariedade têm um papel fundamental na ajuda a

essas crianças, muito mais do que os apoios, quer da autarquia, quer da própria Igreja. Entre as instituições referidas contam-se a Cruz Vermelha, a IPSS da Bela Vista e a Ordem Vicentina.

2.9. NECESSIDADES BÁSICAS DOS ALUNOS CARENCIADOS

1. Alimentação: **16** e cuidados regulares de saúde: **11**

2. Vestuário: **16**; livros e material escolar: **25**

3. Trabalho para os pais: **14**

4. Transporte para a escola: **2**

5. Não sei: **1**

Os valores do quadro supra permitem-nos concluir que a maioria dos professores – cerca de 75,7% – considera que os alunos carenciados têm maior necessidade de livros e material escolar, seguindo-se o vestuário e a alimentação. No entanto, as carências de livros e de material escolar é mitigada ou coberta com o dinheiro do subsídio atribuído aos alunos incluídos no escalão A. Será que as carências de livros e material escolar, registadas pelos professores, se reportam a alunos do escalão B? Também se pode verificar que muitos professores (42,4%) consideram que uma das causas da não satisfação das necessidades básicas dos alunos carenciados é a falta de emprego dos pais. Esta informação está de acordo com os dados fornecidos no quadro 7, em que muitos professores consideravam que o desemprego dos pais seria uma das causas da pobreza dos alunos.

2.10. AUXÍLIO POR PARTE DOS PROFESSORES A ALUNOS CARENCIADOS

1. Sim, em roupa e material escolar: **25**

2. Sim, mobilizando colegas para acorrer a uma dificuldade premente: **6**

3. Gostaria de o fazer, mas é difícil por falta de enquadramento e de organização para esse efeito: **2**

4. Por uma ou outra razão, não. Nunca ajudei nenhum aluno: **4**

Pela análise dos dados deste quadro podemos verificar que 75,7% dos professores inquiridos já ofereceram ajuda aos seus alunos carenciados, nomeadamente roupa e material escolar, o que vem confirmar, mais uma vez, tanto a sensibilidade que estes docentes têm face à pobreza infantil, como o facto de esta pobreza não se poder esconder. Note-se que a falta de livros e de material escolar é bem visível e deve, por vezes, condicionar as actividades na sala de aulas. Outros, talvez na impossibilidade de o fazerem por um ou outro motivo, socorreram-se de alguns colegas para ajudarem os alunos em causa.

2.11. DISCRIMINAÇÃO DOS ALUNOS CARENCIADOS PELOS COLEGAS

11. Não, não creio que isso aconteça: **25**

22. Sim, especialmente por não terem vestuário de marca, computadores e telemóveis de qualidade: **3**

33. Formam-se pequenos grupos, mas é difícil afirmar que o critério tenha que ver com a pobreza: **6**

44. Vejo com frequência o contrário: os alunos pobres encontram na escola um espaço de integração: **4**

Três quartos dos professores inquiridos (75,7%) afirmam que não existe discriminação dos alunos carenciados pelos seus pares. Alguns docentes (18,1%) confirmam a existência de formação de grupos, embora não seja a pobreza a causa da sua existência. O inquérito não nos permite ir mais além do que acabámos de dizer. De qualquer modo, importa referir que o comportamento dos alunos filhos de meios privilegiados varia de turma para turma, não nos permitindo, pois, afirmar categoricamente que os alunos com posses não discriminam os alunos carenciados. É possível que, estando os alunos carenciados em maioria, não haja condições para qualquer discriminação social entre os alunos. Diferente seria certamente a situação se os carenciados estivessem em minoria? Mesmo assim, é matéria para reflectir o facto de que os índices de discriminação serem maiores entre os alunos dos anos superiores do Ensino Básico e do Secundário. A que se deve essa mudança de comportamento? À Escola? À Família? Ao meio envolvente?

2.12. COMPORTAMENTO E EXPETATIVAS DOS PAIS DOS ALUNOS CARENCIADOS FACE À ESCOLA

1. Os pais dos alunos vêm poucas vezes à escola, mas os mais pobres vêm menos vezes: **8**

2. Os pais dos alunos vêm poucas vezes à escola, mas isso acontece com todos, pobres ou não: **4**

3. É difícil responder, pois há pais pobres com muito interesse na educação dos filhos e outros não: **21**

4. Não sei, mas creio que os pais mais pobres não ligam tanto aos estudos dos filhos: **3**

Sobre esta questão, a maioria dos professores (63,6%) considera que é difícil responder uma vez que há pais pobres que se interessam bastante pela educação dos filhos e outros não. Também há professores (24,2%) que consideram que os pais de alunos pobres vão menos vezes à escola do que os pais dos outros alunos. O facto de poucos encarregados de educação irem à escola é um fenómeno generalizado, global, não local, como se sabe pela experiência do dia-a-dia de várias escolas, por testemunhos vários e por estudos diversos (entre outros, cf. Silva et al, 2004). Importa acrescentar, também, que a educação dos filhos é comumente tarefa das mães, não de pais e mães, em conjunto.

2.13. APROVEITAMENTO DOS ALUNOS CONDICIONADOS POR CARÊNCIAS OU POBREZA

-
1. Os alunos com melhores resultados são os das classes médias: **12**

 2. É difícil generalizar, pois tenho bons alunos, apesar das imensas dificuldades com que vivem: **11**

 3. A palavra pobreza é pobre, pois há vários tipos de pobreza e situações diversas entre os alunos: **9**

 4. Os pobres valorizam mais os investimentos de retorno rápido, por isso não ligam tanto à escola: **2**

 5. Não sei, nunca estabeleci uma relação entre pobreza e resultados escolares: **5**

Nesta questão, verifica-se que dois grupos de professores se aproximam muito um do outro em termos percentuais, pois 36,3% dos respondentes consideram que os alunos das classes médias obtêm melhores resultados escolares, enquanto que 33,3% afirmam que têm alunos pobres com um bom desempenho escolar. Com os elementos disponíveis, é difícil ir mais além na leitura deste quadro. De qualquer modo, partindo apenas dos dados recolhidos neste agrupamento, não podemos afirmar que existe uma relação directa, uma relação de causa e efeito entre pobreza e insucesso escolar. Um estudo de malha fina permitiria certamente conhecer melhor a natureza do aproveitamento escolar dos alunos carenciados, o que não era o objectivo principal deste estudo.

2.14. APOIO POR PARTE DA ESCOLA AOS ALUNOS CARENCIADOS

-
1. A escola está atenta a essa realidade, mas pouco pode fazer sozinha: **21**

 2. Antes de mais, a escola deve cultivar uma cultura de solidariedade para com o que têm dificuldades: **18**

 3. A escola deve tudo fazer para se tornar um espaço de promoção social dos alunos pobres: **13**

 4. A escola deve educar com rigor esses alunos para poderem ter oportunidades lá fora: **13**

 5. Pede-se tanta coisa à escola. É a família, mais do que nós, quem tem de resolver esse problema: **3**

Sobre esta questão complexa, as respostas dos professores inquiridos confirmam os elementos antes salientados. Importa realçar que a maioria – 63,6% – considera justamente que a escola pouco pode fazer sozinha para ajudar os alunos pobres, no entanto, muitos professores defendem que a escola deve ser um espaço de promoção social dos alunos carenciados, que deve educar com rigor esses alunos para que eles possam ter oportunidades quando saírem da escola e que a escola deve fomentar a solidariedade para com os alunos com mais dificuldades económicas. Na verdade, só um número muito reduzido de professores acha que essas tarefas cabem às famílias dos meninos. Todavia, este quadro mostra que é urgente estabelecer e consolidar as relações entre a Escola e a Sociedade, especialmente entre a Escola e a Família, pois a escola só por si não tem possibilidade de resolver muitos dos problemas que, como vimos, não têm aqui a sua origem. É necessária uma mudança de atitude por parte dos diversos poderes locais, dos empregadores, e, de um modo geral, de todos para reduzirmos as carências destas crianças.

3. Análise global dos resultados do Inquérito

Desejamos fazer, nesta parte do nosso estudo, uma síntese dos quadros antes analisados, tentando avaliar a justeza do inquérito e a sua importância para a compreensão da nossa problemática.

3.1. O QUE NOS PERMITEM AFIRMAR AS RESPOSTAS DOS PROFESSORES

A análise dos resultados do inquérito permite-nos afirmar que os professores têm uma percepção muito clara da situação dos seus alunos carenciados ou pobres e que são conhecedores do meio onde trabalham e do ambiente económico, social e cultural onde residem. Os professores conhecem as famílias dos seus alunos e sabem quais os motivos que poderão estar por detrás da situação de pobreza desses alunos e quais as suas necessidades mais acentuadas. Na opinião de muitos professores, a atribuição de subsídios aos alunos poderão não ter sido justos, pelo menos em alguns casos, embora esses subsídios sejam atribuídos consoante o escalão determinado pela Segurança Social. Relacionando sucesso e o insucesso escolar com a pobreza infantil, muitos docentes consideram que pobreza não é sinónimo de insucesso, uma vez que muitos alunos pobres atingem bons resultados escolares.

Pelas respostas dos professores, ficamos, pois, com a noção de que um número indeterminado de alunos carenciados são ajudados pelas instituições locais. A Igreja e a autarquia não apresentam, ao olhar dos professores, um papel importante no apoio aos alunos carenciados. Por outro lado, os professores dizem já terem apoiado os seus alunos com ofertas de roupa e material escolar.

Um dado importante obtido através deste inquérito diz respeito à possível discriminação que estes alunos poderiam sofrer, sobretudo pelos seus pares. No ponto de vista da maioria dos professores essa situação não acontece, pelo menos no meio social onde se insere o Agrupamento de Escolas de Águeda. Relativamente à questão colocada sobre a participação dos pais destes alunos na vida escolar dos seus educandos, muitos professores consideram que apesar das dificuldades económicas em que possam viver, muitos pais destes alunos interessam-se pela educação dos seus filhos, não sendo por isso a sua situação de pobreza um meio de desinteresse ou desacompanhamento. Quando se questionam os professores sobre o apoio que a escola oferece aos alunos carenciados, estes são unânimes em considerar que a escola deve constituir um meio de solidariedade social para com estes alunos, devendo educá-los com rigor, de forma a que possam, ao saírem da escola, encontrar oportunidades de melhoria de vida.

3.2. SITUAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS, SEGUNDO ELEMENTOS RECENTES

2008 foi o primeiro ano da crise especulativa que originou as dificuldades financeiras que vivem os cidadãos de diversos países (os efeitos dessa crise fazem-se sentir de forma particularmente violenta na Europa comunitária, com destaque para os países periféricos, como a Grécia, Portugal e Irlanda) (Wikipedia.org, 2011). Ora, segundo o *Relatório de Avaliação Externa do Agrupamento de Escolas de Águeda*, de 2008, dos 869 alunos que frequentavam o 1.º Ciclo do Ensino Básico, 24,6% beneficiavam de auxílios económicos (escalões A e B). Mais recentemente, já no ano letivo de 2010-2011, podemos ver pelo infra, a situação dos alunos carenciados neste Agrupamento de Escolas permite afirmar o seguinte: a média percentual de alunos subsidiados no Escalão A situa-se em 29,4%, enquanto a percentagem de alunos do Escalão B se situa nos 23,8%. No conjunto, trata-se de valores próximos (26,6%) dos 24,6% de 2008.

Ciclo	Ano de escolaridade	Total de alunos por ano de escolaridade	N.º de alunos com subsídio por escalão				Total de alunos subsidiados
			Escalão A	%	Escalão B	%	
1.º	1.º	167	41	25	34	20	75
	2.º	210	49	23	39	19	88
	3.º	213	46	21	46	21	92
	4.º	198	45	23	40	20	85
2.º	5.º	209	60	29	43	20	103
	6.º	201	39	19	38	19	77
3.º	7.º	39	14	36	15	38	29
	8.º	28	14	50	6	21	20
	9.º	23	9	39	8	35	17

Fonte: Relatório do Director do Agrupamento de Escolas de Águeda

Pelos dados do quadro supra, podemos constatar que, no geral, o número de alunos carenciados neste Agrupamento é elevado, verificando-se que o número de alunos subsidiados aumenta no 2.º e 3.º ciclos. Note-se que, pelo menos no 8.º ano, havia metade dos alunos no Escalão A.

Estes dados confirmam e reforçam as respostas dos professores inquiridos, no seu conjunto, e o número de alunos carenciados que dizem ter nas suas turmas. Esta percentagem elevada de alunos subsidiados no concelho de Águeda poderá estar relacionada com a crise no setor secundário circundante e com o desfavorecido contexto social, familiar e cultural.

3.3. SITUAÇÃO SOCIAL DOS RESTANTES AGRUPAMENTOS

No que diz respeito à situação social dos outros três agrupamentos de escolas do concelho de Águeda, em novembro de 2010, e relativamente ao Agrupamento de Escolas de Aguada de Cima, pode-se verificar que 46,6% – quase metade! – dos 388 alunos que frequentavam o 1.º ciclo do ensino básico usufruíam de auxílios económicos.

Em março de 2011, no Agrupamento de Escolas de Fermentelos verificava-se que dos 300 alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico, 51% usufruíam de auxílios económicos no âmbito da Ação Social Escolar, ou seja, metade dos alunos deste ciclo eram carenciados.

Como achega, é de referir que o relatório da avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Valongo do Vouga indica apenas a percentagem de alunos que beneficiavam de auxílios económicos no geral (englobando todos os ciclos).

CONCLUSÃO

Durante bastante tempo, a questão da pobreza não esteve no centro das atenções de políticos e de académicos. De acordo com o Bureau Internacional do Trabalho (2003), a pobreza era considerada como uma característica dos países subdesenvolvidos e que esse flagelo não atingia os países ricos. O problema da pobreza e da exclusão social têm-se vindo a agravar nas últimas décadas, tanto nas sociedades emergentes como nas que estão em vias de desenvolvimento. A democratização das sociedades e os meios de comunicação social ornaram-na mais visível.

Como vimos, para diversos autores, a pobreza é entendida como uma *situação* de privação por falta de recursos. A pobreza é acompanhada de exclusão. Assim, o não acesso a determinados bens considerados essenciais para usufruir de uma vida digna e assim poder participar na vida em sociedade são características definidoras de uma situação de pobreza. Contudo, a noção de privação tem um conteúdo sociocultural, pois difere de sociedade para sociedade, de cultura para cultura, de grupo para grupo. Para Amartya Sen, a definição de pobreza não decorre da mera indicação do número de pobres e do rendimento médio dos mesmos, mas, sim, da relação entre os que possuem rendimentos mais baixos e os que possuem rendimentos mais elevados.

Mesmo nas sociedades ricas e desenvolvidas, o fenómeno da pobreza é uma dura realidade, existindo um número elevado de pessoas em situações de carência, que poderia ser minimizada pelos recursos e meios existentes nessas sociedades. Mas, apesar dos mecanismos criados para o combate à pobreza, os efeitos da crise de 2008 instalaram-se, especialmente na Europa, provocando um empobrecimento generalizado, que tem como efeito imediato o desemprego e o trabalho precário. Ao perder o emprego e ao ver-se impedido, em momentos de crise como esta que vivemos na atualidade, de vender a sua força de trabalho para poder prover os seus meios de vida, o trabalhador vê-se confrontado com uma situação de pobreza impedindo-lhe o acesso aos meios necessários à sua sobrevivência.

As situações de pobreza e de privação são definidas pelo padrão de vida alcançado pela sociedade na sua fase de crescimento, embora sejam diferentes as situações de pobreza e de priva-

ção registadas em países do Terceiro Mundo, uma vez que aqui se verifica uma rutura dos meios tradicionais de subsistência, conduzindo a elevadas taxas de mortalidade e de outras formas de pobreza.

Para travar o flagelo da pobreza e da exclusão social, governos e organizações não governamentais unem esforços nesse sentido. A REAPN é uma dessas instituições não governamentais que se encontra estruturada em redes nacionais nos atuais Estados-membros da União Europeia, e com redes emergentes nos futuros Estados-membros. Mas como salientam diversos autores, não se pode pensar em combater a pobreza se não houver a preocupação com as desigualdades sociais e com a criação e distribuição da riqueza.

Os níveis de pobreza têm vindo a aumentar, mesmo nos países mais ricos, assim como têm aumentado as desigualdades sociais e a distribuição dos rendimentos. Vários estudos têm mostrado que são as camadas populacionais menos protegidas pelas políticas sociais que mais sofrem e sobretudo as crianças. Houve, pois, um aumento da pobreza infantil nos países ocidentais, muito embora seja nos países do chamado Terceiro Mundo, que ela mais se faz sentir. Os efeitos da pobreza infantil fazem-se sentir na adolescência e juventude, como na idade adulta, pois se os jovens são pobres e não ganham autonomia económica antes de serem pais, os seus filhos vão certamente ser crianças pobres, por esse facto é importante prevenir desde cedo a pobreza infantil.

Um número muito elevado de crianças europeias encontra-se em risco de pobreza, tendo Portugal uma das taxas de pobreza infantil mais elevadas da União Europeia. Portugal, pertencendo ao um clube de países ricos – a União Europeia – pois é um dos oito países da União Europeia onde se registam níveis mais elevados de pobreza nas crianças, de acordo com um relatório da Comissão Europeia de 2008. Para Sarmiento et al (2010), a pobreza em Portugal está literalmente relacionada com problemas estruturais de natureza económica e social.

Importa salientar que ainda há poucos anos, Portugal tinha uma taxa de mortalidade muito elevada (em 1960, era de 77%) e, graças a um esforço coletivo, que envolveu políticas específicas e que permitiram a concentração de serviços de saúde materno-infantil em unidades bem dimensionadas, apetrechamento de novas unidades com equipamento moderno, aumentou-se o número de especialistas na área, foi possível colocarmo-nos num 6.º lugar honroso a nível mundial. Portugal realizou bastantes progressos na redução da mortalidade infantil (Aroucaonline, 2011). Por que razão não evoluímos do mesmo modo no que toca à pobreza infantil? A verdade é que nos países que possuem *mecanismos institucionais* de intervenção, de prevenção e de apoio às famílias mais desfavorecidas, a pobreza infantil é muito reduzida. É o caso da Finlândia, da Noruega e da Dinamarca, países que há muito criaram instituições de apoio social.

O futuro das crianças está condicionado pelas condições difíceis das suas famílias, quer a nível de recursos materiais, quer no aspeto cultural e social. Apesar de a pobreza infantil ser medida pelo rendimento do agregado familiar, este fenómeno é muito mais complexo do que isso e

com dimensões que vão muito para além do rendimento, como referem os diversos autores que citámos nesta dissertação. Em Portugal, os estudos sobre a pobreza infantil são escassos, utilizando, sobretudo, a família como unidade de observação. Isto conduz à identificação da pobreza da família e não à pobreza da criança, reduzindo assim a análise e investigação das especificidades da pobreza infantil, reduzindo também a sensibilidade política para este problema sociocultural.

As perspetivas dos próximos anos não parecem ser animadoras. Segundo alguns autores, o mercado não reduzirá a pobreza, bem pelo contrário, agudizará as desigualdades e provocará exclusões radicais, não irá assegurar por si só nem justiça nem equidade.

Por fim, importa salientar que a escola é frequentemente um espaço de reprodução das desigualdades sociais. De facto, as crianças pobres não auferem dos benefícios da escola da mesma forma que as crianças de meios favorecidos. Importa, pois, que a Escola esteja consciente desta realidade.

APÊNDICE 1. A POBREZA NA BÍBLIA

Antigo Testamento

Génesis, 45, 11: ali te sustentarei, porque ainda haverá cinco anos de fome, para que não sejas reduzido à pobreza, tu e tua casa, e tudo o que tens.

Êxodo, 22, 25 Se emprestares dinheiro ao meu povo, ao pobre que está contigo, não te haverás com ele como credor; não lhe imporás juros.

Êxodo, 23, 3 nem mesmo ao pobre favorecerás na sua demanda.

Êxodo, 23, 6 Não perverterás o direito do teu pobre na sua demanda.

Êxodo, 23, 11 mas no sétimo ano a deixarás descansar e ficar em pousio, para que os pobres do teu povo possam comer, e do que estes deixarem comam os animais do campo. Assim farás com a tua vinha e com o teu olival.

Êxodo, 30, 15 O rico não dará mais, nem o pobre dará menos do que o meio siclo, quando derem a oferta do Senhor, para fazerdes expiação por vossas almas.

Levítico, 14, 21 Mas se for pobre, e as suas posses não bastarem para tanto, tomará um cordeiro para oferta pela culpa como oferta de movimento, para fazer expiação por ele, um décimo de efa de flor de farinha amassada com azeite, para oferta de cereais, um logue de azeite,

Levítico, 19, 10 Semelhantemente não rabiscarás a tua vinha, nem colherás os bagos caídos da tua vinha; deixá-los-ás para o pobre e para o estrangeiro. Eu sou o senhor vosso Deus.

Levítico, 19, 15 Não farás injustiça no juízo; não farás acepção da pessoa do pobre, nem honrarás o poderoso; mas com justiça julgarás o teu próximo.

Levítico, 23, 22 Quando fizeres a sega da tua terra, não segarás totalmente os cantos do teu campo, nem colherás as espigas caídas da tua sega; para o pobre e para o estrangeiro as deixarás. Eu sou o Senhor vosso Deus.

Levítico, 23, 25 Se teu irmão empobrecer e vender uma parte da sua possessão, virá o seu parente mais chegado e remirá o que seu irmão vendeu.

Levítico, 25, 35 Também, se teu irmão empobrecer ao teu lado, e lhe enfraquecerem as mãos, sustentá-lo-ás; como estrangeiro e peregrino viverá contigo.

Levítico, 25, 39 Também, se teu irmão empobrecer ao teu lado e vender-se a ti, não o farás servir como escravo.

Levítico, 25, 47 Se um estrangeiro ou peregrino que estiver contigo se tornar rico, e teu irmão, que está com ele, empobrecer e vender-se ao estrangeiro ou peregrino que está contigo, ou à linhagem da família do estrangeiro,

Levítico, 27, 8 Mas, se for mais pobre do que a tua avaliação, será apresentado perante o sacerdote, que o avaliará conforme as posses daquele que tiver feito o voto.

Deuteronomio, 15, 4 Contudo não haverá entre ti pobre algum (pois o Senhor certamente te abençoará na terra que o Senhor teu Deus te dá por herança, para a possuíres),

Deuteronomio, 15, 7 Quando no meio de ti houver algum pobre, dentre teus irmãos, em qualquer das tuas cidades na terra que o Senhor teu Deus te dá, não endurecerás o teu coração, nem fecharás a mão a teu irmão pobre;

Deuteronomio, 15, 9 Guarda-te, que não haja pensamento vil no teu coração e venhas a dizer: Vai-se aproximando o sétimo ano, o ano da remissão; e que o teu olho não seja maligno para com teu irmão pobre, e não lhe dês nada; e que ele clame contra ti ao Senhor, e haja em ti pecado.

Deuteronomio, 15, 11 Pois nunca deixará de haver pobres na terra; pelo que eu te ordeno, dizendo: Livremente abrirás a mão para o teu irmão, para o teu necessitado, e para o teu pobre na tua terra.

Deuteronomio, 24, 12 E se ele for pobre, não te deitarás com o seu penhor;

Deuteronomio, 24, 14 Não oprimirás o trabalhador pobre e necessitado, seja ele de teus irmãos, ou seja dos estrangeiros que estão na tua terra e dentro das tuas portas.

Deuteronomio, 24, 15 No mesmo dia lhe pagarás o seu salário, e isso antes que o sol se ponha; porquanto é pobre e está contando com isso; para que não clame contra ti ao Senhor, e haja em ti pecado.

Juízes, 6, 15 Replicou-lhe Gideão: Ai, senhor meu, com que livrarei a Israel? eis que a minha família é a mais pobre em Manassés, e eu o menor na casa de meu pai.

Rute, 3, 10 Então disse ele: Bendita sejas tu do Senhor, minha filha; mostraste agora mais bondade do que dantes, visto que após nenhum mancebo foste, quer pobre quer rico.

I Samuel, 2, 7 O Senhor empobrece e enriquece; abate e também exalta.

I Samuel, 2, 8 Levanta do pó o pobre, do monturo eleva o necessitado, para os fazer sentar entre os príncipes, para os fazer herdar um trono de glória; porque do Senhor são as colunas da terra, sobre elas pôs ele o mundo.

I Samuel, 18, 23 Assim os servos de Saul falaram todas estas palavras aos ouvidos de Davi. Então disse Davi: Parece-vos pouca coisa ser genro do rei, sendo eu homem pobre e de condição humilde?

II Samuel, 12, 1 O Senhor, pois, enviou Natã a David. E, entrando ele a ter com Davi, disse-lhe: Havia numa cidade dois homens, um rico e outro pobre.

II Samuel, 12, 3 mas o pobre não tinha coisa alguma, senão uma pequena cordeira que comprara e criara; ela crescera em companhia dele e de seus filhos; do seu bocado comia, do seu copo bebia, e dormia em seu regaço; e ele a tinha como filha.

II Samuel, 12, 4 Chegou um viajante à casa do rico; e este, não querendo tomar das suas ovelhas e do seu gado para guisar para o viajante que viera a ele, tomou a cordeira do pobre e a preparou para o seu hóspede.

II Reis, 24, 14 E transportou toda a Jerusalém, como também todos os príncipes e todos os homens valentes, deu mil cativos, e todos os artífices e ferreiros; ninguém ficou senão o povo pobre da terra.

II Reis, 25, 12 Mas dos mais pobres da terra deixou o capitão da guarda ficar alguns para vinhateiros e para lavradores.

Ester, 9, 22 como os dias em que os judeus tiveram repouso dos seus inimigos, e o mês em que se lhes mudou a tristeza em alegria, e o pranto em dia de festa, a fim de que os fizessem dias de banquetes e de alegria, e de mandarem porções escolhidas uns aos outros, e dádivas aos pobres.

- Job, 5, 16 Assim há esperança para o pobre; e a iniquidade tapa a boca.
- Job, 20, 10 Os seus filhos procurarão o favor dos pobres, e as suas mãos restituirão os seus lucros ilícitos.
- Job, 20, 19 Pois que oprimiu e desamparou os pobres, e roubou a casa que não edificou.
- Job, 24, 9 Há os que arrancam do peito o órfão, e tomam o penhor do pobre;
- Job, 24, 14 O homicida se levanta de madrugada, mata o pobre e o necessitado, e de noite torna-se ladrão.
- Job, 31, 16 Se tenho negado aos pobres o que desejavam, ou feito desfalecer os olhos da viúva,
- Job, 34, 19 que não faz acepção das pessoas de príncipes, nem estima o rico mais do que o pobre; porque todos são obra de suas mãos?
- Job, 34, 28 de sorte que o clamor do pobre subisse até ele, e que ouvisse o clamor dos aflitos.
- Salmos, 9, 18 Pois o necessitado não será esquecido para sempre, nem a esperança dos pobres será frustrada perpetuamente.
- Salmos, 10, 2 Os ímpios, na sua arrogância, perseguem furiosamente o pobre; sejam eles apanhados nas ciladas que maquinaram.
- Salmos, 10, 9 Qual leão no seu covil, está ele de emboscada num lugar oculto; está de emboscada para apanhar o pobre; apanha-o, colhendo-o na sua rede.
- Salmos, 12, 5 Por causa da opressão dos pobres, e do gemido dos necessitados, levantar-me-ei agora, diz o Senhor; porei em segurança quem por ela suspira.
- Salmos, 14, 6 Vós quereis frustrar o conselho dos pobres, mas o Senhor é o seu refúgio.
- Salmos, 34, 6 Clamou este pobre, e o Senhor o ouviu, e o livrou de todas as suas angústias.
- Salmos, 35, 10 Todos os meus ossos dirão: Ó Senhor, quem é como tu, que livras o fraco daquele que é mais forte do que ele? sim, o pobre e o necessitado, daquele que o rouba.
- Salmos, 40, 17 Eu, na verdade, sou pobre e necessitado, mas o Senhor cuida de mim. Tu és o meu auxílio e o meu libertador; não te detenhas, ó Deus meu.
- Salmos, 41, 1 Bem-aventurado é aquele que considera o pobre; o Senhor o livrará no dia do mal.
- Salmos, 49, 2 quer humildes quer grandes, tanto ricos como pobres.
- Salmos, 68, 10 Nela habitava o teu rebanho; da tua bondade, ó Deus, proveste o pobre.
- Salmos, 72, 2 Julgue ele o teu povo com justiça, e os teus pobres com equidade.
- Salmos, 72, 13 Compadece-se do pobre e do necessitado, e a vida dos necessitados ele salva.
- Salmos, 82, 3 Fazei justiça ao pobre e ao órfão; procedei retamente com o aflito e o desamparado.
- Salmos, 82, 4 Livrai o pobre e o necessitado, livrai-os das mãos dos ímpios.
- Salmos, 86, 1 Inclina, Senhor, os teus ouvidos, e ouve-me, porque sou pobre e necessitado.
- Salmos, 109, 22 pois sou pobre e necessitado, e dentro de mim está ferido o meu coração.
- Salmos, 113, 7 Ele levanta do pó o pobre, e do monturo ergue o necessitado,
- Provérbios, 6, 11 assim te sobrevirá a tua pobreza como um ladrão, e a tua necessidade como um homem armado.
- Provérbios, 10, 4 O que trabalha com mão remissa empobrece; mas a mão do diligente enriquece.
- Provérbios, 10, 15 Os bens do rico são a sua cidade forte; a ruína dos pobres é a sua pobreza.
- Provérbios, 11, 24 Um dá liberalmente, e se torna mais rico; outro retém mais do que é justo, e se empobrece.

Provérbios, 13, 7 Há quem se faça rico, não tendo coisa alguma; e quem se faça pobre, tendo grande riqueza.

Provérbios, 13, 8 O resgate da vida do homem são as suas riquezas; mas o pobre não tem meio de se resgatar.

Provérbios, 13, 23 Abundância de mantimento há, na lavoura do pobre; mas se perde por falta de juízo.

Provérbios, 14, 20 O pobre é odiado até pelo seu vizinho; mas os amigos dos ricos são muitos.

Provérbios, 14, 21 O que despreza ao seu vizinho peca; mas feliz é aquele que se compadece dos pobres.

Provérbios, 14, 31 O que oprime ao pobre insulta ao seu Criador; mas honra-o aquele que se compadece do necessitado.

Provérbios, 17, 5 O que escarnece do pobre insulta ao seu Criador; o que se alegra da calamidade não ficará impune.

Provérbios, 18, 23 O pobre fala com rogos; mas o rico responde com durezas.

Provérbios, 19, 1 Melhor é o pobre que anda na sua integridade, do que aquele que é perverso de lábios e tolo.

Provérbios, 19, 4 As riquezas granjeiam muitos amigos; mas do pobre o seu próprio amigo se separa.

Provérbios, 19, 7 Todos os irmãos do pobre o aborrecem; quanto mais se afastam dele os seus amigos! persegue-os com súplicas, mas eles já se foram.

Provérbios, 19, 17 O que se compadece do pobre empresta ao Senhor, que lhe retribuirá o seu benefício.

Provérbios, 19, 22 O que faz um homem desejável é a sua benignidade; e o pobre é melhor do que o mentiroso.

Provérbios, 20, 13 Não ames o sono, para que não empobreças; abre os teus olhos, e te fartarás de pão.

Provérbios, 21, 13 Quem tapa o seu ouvido ao clamor do pobre, também clamará e não será ouvido.

Provérbios, 21, 17 Quem ama os prazeres empobrecerá; quem ama o vinho e o azeite nunca enriquecera.

Provérbios, 22, 2 O rico e o pobre se encontram; quem os faz a ambos é o Senhor.

Provérbios, 22, 7 O rico domina sobre os pobres; e o que toma emprestado é servo do que empresta.

Provérbios, 22, 9 Quem vê com olhos bondosos será abençoado; porque dá do seu pão ao pobre.

Provérbios, 22, 16 O que para aumentar o seu lucro oprime o pobre, e dá ao rico, certamente chegará à penúria.

Provérbios, 22, 22 Não roubes ao pobre, porque é pobre; nem oprimas ao aflito na porta;

Provérbios, 23, 21 Porque o beberrão e o comilão caem em pobreza; e a sonolência cobrirá de trapos o homem.

Provérbios, 24, 34 assim sobrevirá a tua pobreza como um salteador, e a tua necessidade como um homem armado.

Provérbios, 28, 3 O homem pobre que oprime os pobres, é como chuva impetuosa, que não deixa trigo nenhum.

Provérbios, 28, 6 Melhor é o pobre que anda na sua integridade, do que o rico perverso nos seus caminhos.

Provérbios, 28, 8 O que aumenta a sua riqueza com juros e usura, ajunta-a para o que se compadece do pobre.

Provérbios, 28, 11 O homem rico é sábio aos seus próprios olhos; mas o pobre que tem entendimento o esquadrinha.

Provérbios, 28, 15 Como leão bramidor, e urso faminto, assim é o ímpio que domina sobre um povo pobre.

- Provérbios, 28, 19 O que lavra a sua terra se fartará de pão; mas o que segue os ociosos se encherá de pobreza.
- Provérbios, 28, 27 O que dá ao pobre não terá falta; mas o que esconde os seus olhos terá muitas maldições.
- Provérbios, 29, 7 O justo toma conhecimento da causa dos pobres; mas o ímpio não tem entendimento para a conhecer.
- Provérbios, 29, 13 O pobre e o opressor se encontram; o Senhor alumia os olhos de ambos.
- Provérbios, 29, 14 Se o rei julgar os pobres com equidade, o seu trono será estabelecido para sempre.
- Provérbios, 30, 8 Alonga de mim a falsidade e a mentira; não me dês nem a pobreza nem a riqueza: dá-me só o pão que me é necessário;
- Provérbios, 30, 9 para que eu de farto não te negue, e diga: Quem é o Senhor? ou, empobrecendo, não venha a furtar, e profane o nome de Deus.
- Provérbios, 31, 7 Bebam e se esqueçam da sua pobreza, e da sua miséria não se lembrem mais.
- Provérbios, 31, 9 Abre a tua boca; julga retamente, e faze justiça aos pobres e aos necessitados.
- Provérbios, 31, 20 Cafe. Abre a mão para o pobre; sim, ao necessitado estende as suas mãos.
- Eclesiastes, 4, 13 Melhor é o mancebo pobre e sábio do que o rei velho e insensato, que não se deixa mais admoestar,
- Eclesiastes, 4, 14 embora tenha saído do cárcere para reinar, ou tenha nascido pobre no seu próprio reino.
- Eclesiastes, 5, 8 Se vires em alguma província opressão de pobres, e a perversão violenta do direito e da justiça, não te maravilhes de semelhante caso. Pois quem está altamente colocado tem superior que o vigia; e há mais altos ainda sobre eles.
- Eclesiastes, 6, 8 Pois, que vantagem tem o sábio sobre o tolo? e que tem o pobre que sabe andar perante os vivos?
- Eclesiastes, 9, 15 Ora, achou-se nela um sábio pobre, que livrou a cidade pela sua sabedoria; contudo ninguém se lembrou mais daquele homem pobre.
- Eclesiastes, 9, 16 Então disse eu: Melhor é a sabedoria do que a força; todavia a sabedoria do pobre é desprezada, e as suas palavras não são ouvidas.
- Isaías, 3, 14 O Senhor entra em juízo contra os anciãos do seu povo, e contra os seus príncipes; sois vós que consumistes a vinha; o espólio do pobre está em vossas casas.
- Isaías, 3, 15 Que quereis vós, que esmagais o meu povo e moeis o rosto do pobre? diz o Senhor Deus dos exércitos.
- Isaías, 11, 4 mas julgará com justiça os pobres, e decidirá com equidade em defesa dos mansos da terra; e ferirá a terra com a vara de sua boca, e com o sopro dos seus lábios matará o ímpio.
- Isaías, 14, 30 E os primogénitos dos pobres serão apascentados, e os necessitados se deitarão seguros; mas farei morrer de fome a tua raiz, e será destruído o teu restante.
- Isaías, 25, 4 Porque tens sido a fortaleza do pobre, a fortaleza do necessitado na sua angústia, refúgio contra a tempestade, e sombra contra o calor, pois o assopro dos violentos é como a tempestade contra o muro.
- Isaías, 26, 6 Pisam-na os pés, os pés dos pobres, e os passos dos necessitados.
- Isaías, 29, 19 E os mansos terão cada vez mais gozo no Senhor, e os pobres dentre os homens se alegrarão no santo de Israel.
- Isaías, 32, 7 Também as maquinações do fraudulento são más; ele maquina invenções malignas para destruir os mansos com palavras falsas, mesmo quando o pobre fala o que é reto.

- Isaías, 40, 20 O empobrecido, que não pode oferecer tanto, escolhe madeira que não apodrece; procura para si um artífice perito, para gravar uma imagem que não se pode mover.
- Isaías, 41, 17 Os pobres e necessitados buscam água, e não há, e a sua língua se seca de sede; mas eu o Senhor os ouvirei, eu o Deus de Israel não os desampararei.
- Isaías, 58, 7 Porventura não é também que repartas o teu pão com o faminto, e recolhas em casa os pobres desamparados? que vendo o nu, o cubras, e não te escondas da tua carne?
- Jeremias, 2, 34 Até nas orlas dos teus vestidos se achou o sangue dos pobres inocentes; e não foi no lugar do arrombamento que os achaste; mas apesar de todas estas coisas,
- Jeremias, 5, 4 Então disse eu: Deveras eles são uns pobres; são insensatos, pois não sabem o caminho do Senhor, nem a justiça do seu Deus.
- Jeremias, 22, 16 Julgou a causa do pobre e necessitado; então lhe sucedeu bem. Porventura não é isso conhecer-me? diz o Senhor.
- Jeremias, 39, 10 Mas aos pobres dentre o povo, que não tinham nada, Nebuzaradão, capitão da guarda, deixou-os ficar na terra de Judá; e ao mesmo tempo lhes deu vinhas e campos.
- Jeremias, 40, 7 Ouvindo pois todos os chefes das forças que estavam no campo, eles e os seus homens, que o rei de Babilônia havia constituído a Gedalias, filho de Aicão, governador da terra, e que lhe havia confiado homens, mulheres e crianças, os mais pobres da terra, que não foram levados cativos para Babilônia,
- Jeremias, 52, 15 E os mais pobres do povo, e o resto do povo que tinha ficado na cidade, e os desertores que se haviam passado para o rei de Babilônia, e o resto dos artífices, Nebuzaradão, capitão da guarda, levou-os cativos.
- Jeremias, 52, 16 Mas dos mais pobres da terra Nebuzaradão, capitão da guarda, deixou ficar alguns, para serem vinhateiros e lavradores.
- Ezequiel, 16, 49 Eis que esta foi a iniquidade de Sodoma, tua irmã: Soberba, fartura de pão, e próspera ociosidade teve ela e suas filhas; mas nunca fortaleceu a mão do pobre e do necessitado.
- Ezequiel, 18, 12 oprima ao pobre e necessitado, pratique roubos, não devolva o penhor, levante os seus olhos para os ídolos, cometa abominação,
- Ezequiel, 22, 29 O povo da terra tem usado de opressão, e andado roubando e fazendo violência ao pobre e ao necessitado, e tem oprimido injustamente ao estrangeiro.
- Daniel, 4, 27 Portanto, ó rei, aceita o meu conselho, e põe fim aos teus pecados, praticando a justiça, e às tuas iniquidade, usando de misericórdia com os pobres, se, porventura, se prolongar a tua tranquilidade.
- Amos, 2, 7 Pisam a cabeça dos pobres no pó da terra, pervertem o caminho dos mansos; um homem e seu pai entram à mesma moça, assim profanando o meu santo nome.
- Amos, 4, 1 Ouvi esta palavra, vós, vacas de Basã, que estais no monte de Samária, que oprimis os pobres, que esmagais os necessitados, que dizeis a vossos maridos: Dai cá, e bebamos.
- Amos, 5, 11 Portanto, visto que pisais o pobre, e dele exigis tributo de trigo, embora tendes edificado casas de pedras lavradas, não habitareis nelas; e embora tendes plantado vinhas desejáveis, não bebereis do seu vinho.
- Amos, 8, 6 para comprarmos os pobres por dinheiro, e os necessitados por um par de sapatos, e para vendermos o refugio do trigo?
- Habacuque, 3, 14 Traspassas a cabeça dos seus guerreiros com as suas próprias lanças; eles me acometem como turbilhão para me espalharem; alegram-se, como se estivessem para devorar o pobre em segredo.

Sofonia, 3, 14 Traspassas a cabeça dos seus guerreiros com as suas próprias lanças; eles me acometem como turbilhão para me espalharem; alegram-se, como se estivessem para devorar o pobre em segredo.

Zacarias, 7, 10 e não oprimais a viúva, nem o órfão, nem o estrangeiro, nem o pobre; e nenhum de vós intente no seu coração o mal contra o seu irmão.

Zacarias, 11, 10 e não oprimais a viúva, nem o órfão, nem o estrangeiro, nem o pobre; e nenhum de vós intente no seu coração o mal contra o seu irmão.

Zacarias, 11, 11 Foi, pois, anulado naquele dia; assim os pobres do rebanho que me respeitavam, reconheceram que isso era palavra do Senhor.

Novo Testamento

Mateus, 11, 5 os cegos vêem, e os coxos andam; os leprosos são purificados, e os surdos ouvem; os mortos são ressuscitados, e aos pobres é anunciado o evangelho.

Mateus, 19, 21 Disse-lhe Jesus: Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens e dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, segue-me.

Mateus, 26, 9 Pois este bálsamo podia ser vendido por muito dinheiro, que se daria aos pobres.

Mateus, 26, 11 Porquanto os pobres sempre os tendes convosco; a mim, porém, nem sempre me tendes.

Marcos, 10, 21 E Jesus, olhando para ele, o amou e lhe disse: Uma coisa te falta; vai vende tudo quanto tens e dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, segue-me.

Marcos, 12, 42 Vindo, porém, uma pobre viúva, lançou dois leptos, que valiam um quadrante.

Marcos, 12, 43 E chamando ele os seus discípulos, disse-lhes: Em verdade vos digo que esta pobre viúva deu mais do que todos os que deitavam ofertas no cofre;

Marcos, 12, 44 porque todos deram daquilo que lhes sobrava; mas esta, da sua pobreza, deu tudo o que tinha, mesmo todo o seu sustento.

Marcos, 14, 5 Pois podia ser vendido por mais de trezentos denários que se dariam aos pobres. E bramavam contra ela.

Marcos, 14, 7 Porquanto os pobres sempre os tendes convosco e, quando quiserdes, podeis fazer-lhes bem; a mim, porém, nem sempre me tendes.

Lucas, 4, 18 O Espírito do Senhor está sobre mim, porquanto me ungiu para anunciar boas novas aos pobres; enviou-me para proclamar libertação aos cativos, e restauração da vista aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos,

Lucas, 6, 20 Então, levantando ele os olhos para os seus discípulos, dizia: Bem-aventurados vós, os pobres, porque vosso é o reino de Deus.

Lucas, 14, 13 Mas quando deres um banquete, convida os pobres, os aleijados, os mancos e os cegos;

Lucas, 14, 21 Voltou o servo e contou tudo isto a seu senhor: Então o dono da casa, indignado, disse a seu servo: Sai depressa para as ruas e becos da cidade e traze aqui os pobres, os aleijados, os cegos e os coxos.

Lucas, 18, 22 Quando Jesus ouviu isso, disse-lhe: Ainda te falta uma coisa; vende tudo quanto tens e reparte-o pelos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, segue-me.

Lucas, 19, 8 Zaqueu, porém, levantando-se, disse ao Senhor: Eis aqui, Senhor, dou aos pobres metade dos meus bens; e se em alguma coisa tenho defraudado alguém, eu lho restituo quadruplicado.

- Lucas, 21, 2 viu também uma pobre viúva lançar ali dois leptos;
- Lucas, 21, 3 e disse: Em verdade vos digo que esta pobre viúva deu mais do que todos;
- Lucas, 21, 4 porque todos aqueles deram daquilo que lhes sobrava; mas esta, da sua pobreza, deu tudo o que tinha para o seu sustento.
- João, 12, 5 Por que não se vendeu este bálsamo por trezentos denários e não se deu aos pobres?
- João, 12, 6 Ora, ele disse isto, não porque tivesse cuidado dos pobres, mas porque era ladrão e, tendo a bolsa, subtraía o que nela se lançava.
- João, 12, 8 porque os pobres sempre os tendes convosco; mas a mim nem sempre me tendes.
- João, 13, 29 pois, como Judas tinha a bolsa, pensavam alguns que Jesus lhe queria dizer: Compra o que nos é necessário para a festa; ou, que desse alguma coisa aos pobres.
- Romanos, 15, 26 Porque pareceu bem à Macedônia e à Acaia levantar uma oferta fraternal para os pobres dentre os santos que estão em Jerusalém.
- I Coríntios, 13, 3 E ainda que distribuísse todos os meus bens para sustento dos pobres, e ainda que entregasse o meu corpo para ser queimado, e não tivesse amor, nada disso me aproveitaria.
- II Coríntios, 6, 10 como entristecidos, mas sempre nos alegrando; como pobres, mas enriquecendo a muitos; como nada tendo, mas possuindo tudo.
- II Coríntios, 8, 2 como, em muita prova de tribulação, a abundância do seu gozo e sua profunda pobreza abundaram em riquezas da sua generosidade.
- II Coríntios, 8, 9 pois conheceis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, por amor de vós se fez pobre, para que pela sua pobreza fôsseis enriquecidos.
- II Coríntios, 9, 9 conforme está escrito: Espalhou, deu aos pobres; a sua justiça permanece para sempre.
- Gálatas, 2, 10 recomendando-nos somente que nos lembrássemos dos pobres; o que também procurei fazer com diligência.
- Gálatas, 4, 9 agora, porém, que já conheceis a Deus, ou, melhor, sendo conhecidos por Deus, como tornais outra vez a esses rudimentos fracos e pobres, aos quais de novo quereis servir?
- Tiago, 2, 2 Porque, se entrar na vossa reunião algum homem com anel de ouro no dedo e com traje esplêndido, e entrar também algum pobre com traje sórdido.
- Tiago, 2, 3 e atentardes para o que vem com traje esplêndido e lhe disserdes: Senta-te aqui num lugar de honra; e disserdes ao pobre: Fica em pé, ou senta-te abaixo do escabelo dos meus pés,
- Tiago, 2, 5 Ouvi, meus amados irmãos. Não escolheu Deus os que são pobres quanto ao mundo para fazê-los ricos na fé e herdeiros do reino que prometeu aos que o amam?
- Tiago, 2, 6 Mas vós desonrastes o pobre. Porventura não são os ricos os que vos oprimem e os que vos arrastam aos tribunais?
- Apocalipse, 2, 9 Conheço a tua tribulação e a tua pobreza (mas tu és rico), e a blasfêmia dos que dizem ser judeus, e não o são, porém são sinagoga de Satanás.
- Apocalipse, 3, 17 Porquanto dizes: Rico sou, e estou enriquecido, e de nada tenho falta; e não sabes que és um coitado, e miserável, e pobre, e cego, e nu;
- Apocalipse, 13, 16 E fez que a todos, pequenos e grandes, ricos e pobres, livres e escravos, lhes fosse posto um sinal na mão direita, ou na frente [...].

APÊNDICE 2. INQUÉRITO AOS PROFESSORES

Agrupamento de Escolas de Águeda

Em algumas perguntas, pode marcar várias caixas de respostas

1.	Sexo: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	Idade: 25-30 <input type="checkbox"/> 31-35 <input type="checkbox"/> 36-40 <input type="checkbox"/> 41-50 <input type="checkbox"/> 51-60 <input type="checkbox"/>
		> 60 <input type="checkbox"/>
2.	Tempo de serviço:	< 5 anos <input type="checkbox"/> 5-10 anos <input type="checkbox"/> 11-15 anos <input type="checkbox"/> 16-20 anos <input type="checkbox"/> > 21 anos <input type="checkbox"/>

3.	Onde reside há situações de pobreza infantil? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Há, mas pouco <input type="checkbox"/> Nunca me apercebi <input type="checkbox"/>
4.	Tem alunos muito carenciados na sua turma? Não <input type="checkbox"/> 1-3 <input type="checkbox"/> 4-6 <input type="checkbox"/> 7-10 <input type="checkbox"/> Mais de 10 <input type="checkbox"/>
5.	Os critérios de atribuição de subsídios a crianças “carenciadas” são justos?
	5.1. Embora não tenha a certeza, em alguns casos não terão sido justos <input type="checkbox"/>
	5.2. Os critérios que permitiram a identificação dos alunos da minha turma são justos <input type="checkbox"/>
	5.3. Não tenho opinião sobre isso. Ouço dizer que sim e que não. Não sei <input type="checkbox"/>
	5.4. Não sei, mas a crise actual desactualizou a lista que nos forneceram <input type="checkbox"/>

6.	Como se apercebe do estado de pobreza dos alunos que identificou?
	6.1. Pelo vestuário: ausência de roupa de marca <input type="checkbox"/> ; roupa mal passada <input type="checkbox"/> ; roupa curta <input type="checkbox"/>
	6.2. Pela falta ou escassez de material escolar: lápis e canetas de «loja de chinês» <input type="checkbox"/> ; pouco material <input type="checkbox"/>
	6.3. Pelo lanche: alguns nem lanche levam <input type="checkbox"/> ; outros levam um lanche pobre <input type="checkbox"/>
	6.4. Pela (falta de) higiene: não têm hábitos regulares de higiene <input type="checkbox"/> ; só noto isso num ou noutro caso <input type="checkbox"/>
	6.5. Não têm acesso à Internet <input type="checkbox"/> ; não têm livros em casa <input type="checkbox"/> ; não têm brinquedos <input type="checkbox"/>
	6.6. Pelo que os alunos contam, nomeadamente sobre os fins de semana <input type="checkbox"/> ; sobre as férias <input type="checkbox"/> ; outros <input type="checkbox"/>
	6.7. Pelo que os alunos contam, nomeadamente sobre não terem quarto próprio <input type="checkbox"/> ; nem sitio para estudar <input type="checkbox"/>

7.	Que motivos poderão estar por detrás da pobreza desses menina(o)s?
	7.1. Desemprego dos pais <input type="checkbox"/> ; baixos rendimentos <input type="checkbox"/> ; os próprios pais são filhos de gente pobre <input type="checkbox"/>
	7.2. Baixas qualificações <input type="checkbox"/> ; problemas de saúde que os inibem de trabalhar <input type="checkbox"/> ; pais separados <input type="checkbox"/>
	7.3. Muitos irmãos <input type="checkbox"/> ; os pais dependentes de drogas (álcool, etc.) <input type="checkbox"/>
	7.4. Os pais vivem do Rendimento Social de Inserção <input type="checkbox"/>
	7.5. Não sei o que se passa com as famílias dessas crianças <input type="checkbox"/>

8. Sabe se há alguma instituição ou organização que ajude os alunos pobres e suas famílias?
8.1. A autarquia tem um programa de apoio para as crianças com mais dificuldades <input type="checkbox"/>
8.2. A Igreja tem tido um papel que procura minimizar essas dificuldades <input type="checkbox"/>
8.3. Há associações locais que têm programas para esse fim <input type="checkbox"/>
8.5. Se houver outra acrescente aqui <input type="checkbox"/>
8.4. Não sei <input type="checkbox"/>
9. Que necessidades básicas têm os seus alunos mais carenciados?
9.1. Alimentação <input type="checkbox"/> e cuidados regulares de saúde <input type="checkbox"/>
9.2. Vestuário <input type="checkbox"/> livros e material escolar <input type="checkbox"/>
9.3. Trabalho para os pais <input type="checkbox"/>
9.4. Transporte para a escola <input type="checkbox"/>
9.5. Não sei <input type="checkbox"/>
10. Já ajudou algum dos seus alunos mais carenciados?
10.1. Sim, em roupa e material escolar <input type="checkbox"/>
10.2. Sim, mobilizando colegas para acorrer a uma dificuldade premente <input type="checkbox"/>
10.3. Gostaria de o fazer, mas é difícil por falta de enquadramento e de organização para esse efeito <input type="checkbox"/>
10.4. Por uma ou outra razão, não. Nunca ajudei nenhum aluno <input type="checkbox"/>
11. Os seus alunos mais carenciados são discriminados pelos outros?
11.1. Não, não creio que isso aconteça <input type="checkbox"/>
11.2. Sim, especialmente por não terem vestuário de marca, computadores e telemóveis de qualidade <input type="checkbox"/>
11.3. Formam-se pequenos grupos, mas é difícil afirmar que o critério tenha que ver com a pobreza <input type="checkbox"/>
11.4. Vejo com frequência o contrário: os alunos pobres encontram na escola um espaço de integração <input type="checkbox"/>
12. Os pais dos seus alunos pobres valorizam mais a escola do que os pais dos outros?
12.1. Os pais dos alunos vêm poucas vezes à escola, mas os mais pobres vêm menos vezes <input type="checkbox"/>
12.2. Os pais dos alunos vêm poucas vezes à escola, mas isso acontece com todos, pobres ou não <input type="checkbox"/>
12.3. É difícil responder, pois há pais pobres com muito interesse na educação dos filhos e outros não <input type="checkbox"/>
12.4. Não sei, mas creio que os pais mais pobres não ligam tanto aos estudos dos filhos <input type="checkbox"/>
13. A situação de pobreza reflecte-se no aproveitamento dos alunos mais carenciados?
13.1. Os alunos com melhores resultados são os das classes médias <input type="checkbox"/>
13.2. É difícil generalizar, pois tenho bons alunos apesar das imensas dificuldades com que vivem <input type="checkbox"/>

13.3. A palavra pobreza é pobre, pois há vários tipos de pobreza e situações diversas entre os alunos <input type="checkbox"/>
13.4. Os pobres valorizam mais os investimentos de retorno rápido, por isso não ligam tanto à escola <input type="checkbox"/>
13.5. Não sei, nunca estabeleci uma relação entre pobreza e resultados escolares <input type="checkbox"/>

14. O que devia a escola fazer para ajudar os alunos mais carenciados?
14.1. A escola está atenta a essa realidade, mas pouco pode fazer sozinha <input type="checkbox"/>
14.2. Antes de mais, a escola deve cultivar uma cultura de solidariedade para com os que têm dificuldades <input type="checkbox"/>
14.3. A escola deve tudo fazer para se tornar um espaço de promoção social dos alunos pobres <input type="checkbox"/>
14.4. A escola deve educar com rigor esses alunos para poderem ter oportunidades lá fora <input type="checkbox"/>
14.5. Pede-se tanta coisa à escola. É a família, mais do que nós, quem tem de resolver esse problema <input type="checkbox"/>

15. Gostaria que fizesse uma avaliação deste inquérito
15.1. Gostei de responder a este inquérito, pois fez-me pensar num problema que nos afecta <input type="checkbox"/>
15.2. Penso que deveríamos ter formação neste domínio, para podermos reflectir sobre as nossas práticas <input type="checkbox"/>
15.3. É interessante, mas não creio que venha acrescentar nada à realidade <input type="checkbox"/>
15.4. Não tenho opinião sobre o inquérito <input type="checkbox"/>
15.5. Gostaria de conhecer os resultados globais deste inquérito <input type="checkbox"/>

16. Estaria disponível para responder por e-mail às questões que os resultados deste inquérito suscitem?
16.1. Não. Prefiro manter o anonimato. Limito-me a ajudar a colega e nada mais <input type="checkbox"/>
16.2. Sim, para isso deixo o meu endereço electrónico e fico inteiramente disponível para colaborar, pois fiquei curiosa com o tema e gostaria de conhecer os resultados <input type="checkbox"/>
Endereço electrónico <input type="text"/> @ <input type="text"/>

Muito obrigado pela sua disponibilidade.

Isabel Soares

Águeda, 17 de Junho de 2011

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Documentos sobre pobreza e exclusão

- Comissão Europeia (2008). Étude thématique sur les mesures politiques relatives à la pauvreté des enfants. Bruxelas: União Europeia. Retrieved from: http://ec.europa.eu/employment_social/spsi/child_poverty_fr.htm#childpoverty. Ver, também, <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=pt&catId=101>
- Eurostat (2009). Statistics in focus. *Population and social conditions*, 46.
- Eurostat (2012). As estatísticas do desemprego. Retrieved from http://translate.google.pt/translate?hl=pt-PT&sl=en&tl=pt&u=http%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Fstatistics_explained%2Findex.php%2FUnemployment_statistics
- Instituto Nacional de Estatística (2009). *Rendimento e condições de vida 2008. Dados provisórios*. Lisboa: INE.
- UNICEF (2005). La pauvreté des enfants en hausse dans les pays les plus riches. Présentation du Bilan Innocenti Numéro 6. Italy. Retrieved from [http://www.google.com/#hl=pt-PT&output=search&sclient=psy-ab&q=UNICEF+\(2005\).+La+pauvret%C3%A9+des+enfants+en+hausse+dans+les+pays+les+plus+riches.+Pr%C3%A9sentatio](http://www.google.com/#hl=pt-PT&output=search&sclient=psy-ab&q=UNICEF+(2005).+La+pauvret%C3%A9+des+enfants+en+hausse+dans+les+pays+les+plus+riches.+Pr%C3%A9sentatio)

2. Dicionários e obras de referência

- Dicionário da Língua Portuguesa* (8.ª ed.) (1998). Porto: Porto Editora.
- Dicionário de Língua Portuguesa* (2001). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010.
- Dictionnaire de Philosophie* (2004). Fayard: Éditions du Temps.
- Dictionnaire de Sociologie* (3.ª ed.) (2004). Paris: Hatier.
- Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (25.ª ed.) (1996). Venda Nova: Bertrand.
- Vieira, Ismael A. R. (1996). *Auto ajuda através da Bíblia (versão 2 G)*. Maringá: Blume & Vieira.
- Wikipedia* (2011). "Crise econômica de 2008-2011".

3. Imprensa

- Diário de Notícias* (2011). Portugal tem a 8.ª maior taxa de pobreza infantil da OCDE. Retrieved from http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=1838410
- Diário de Notícias* (2012). Pobreza infantil é menos visível, mas há 'muitos problemas'. Retrieved from http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2330647&page=-1
- Jornal de Notícias* (2012). Fosso entre países ricos e pobres aumentará na Europa. Retrieved from <http://eapnimprensa.blogspot.pt/2012/03/fosso-entre-paises-ricos-e-pobres.html>

- Paz, R. (2012). Portugal fecha 2011 com desemprego recorde de 13,6%. In *Económico*. Retrieved from http://economico.sapo.pt/noticias/portugal-fecha-2011-com-desemprego-recorde-de-136_137061.html
- Portal Vermelho* (2011). A pobreza galopante nos países ricos. Retrieved from http://www.vermelho.org.br/editorial.php?id_secao=16&id_editorial=973
- Público* (2009). Rede Europeia Anti-Pobreza diz que combate à pobreza infantil é prioritário. Retrieved from <http://www.publico.pt/Sociedade/rede-europeia-antipobreza-diz-que-combate-a-Pobreza-infantil-e-prioritario-1383929>
- Público* (2012). Cerca de 202 milhões de pessoas vão ficar sem trabalho este ano – OIT. Retrieved from <http://economia.publico.pt/Noticia/cerca-de-202-milhoes-de-pessoas-sem-emprego-este-ano-1544103>
- Sá, T. (2003). Rendimento Mínimo Garantido: um rendimento que incomoda. *Anuário Janus Online*. Retrieved from http://janusonline.pt/2003/2003_1_4_7.html
- Vou estar aqui* (2011). Mortalidade infantil. Retrieved from <http://vouestaraqui.aroucaonline.com/2011/02/mortalidade-infantil/>

4. Bibliografia específica

- Almeida, J. F. (1992). *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Anjos, C. E. C. (n.d.). *Estudo sobre Jesus e o Reino de Deus. Pobreza, desaparego e simplicidade: chaves para entrar no Reino de Deus*. Retrieved from <http://domvob.wordpress.com/2011/10/23/estudo-sobre-jesus-e-o-reino-de-deus-pobreza-desapego-e-simplicidade-chaves-para-entrar-no-reino-de-deus/>
- Atkinson, A. B. (1998). *Poverty in Europe*. Grã-Bretanha: Blackwell.
- Atkinson, T., Glaude M., Freyssinet, J., & Seibel, C. (1998). *Pauvreté et exclusion*. Paris: La Documentation Française.
- Attali, J. (1999). *Pobreza. Dicionário do século XXI*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Bastos, A., Fernandes, G.L., Passos, J., & Malho, M. J. (2008). *Um olhar sobre a pobreza infantil. Análise das condições de vida das crianças*. Coimbra: Almedina.
- Bento XVI (2009). Combater a pobreza, construir a paz (Mensagem de Sua Santidade Bento XVI para celebração do Dia Mundial da Paz, 1 de janeiro de 2009). Retrieved em http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20081208_xlii-world-day-peace_po.html
- Borges, A. (2008-10-18). A 'Bíblia': 73 livros. *Diário de Notícias*. Retrieved from http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1133089&page=-1
- Bourdieu, P. (1989). A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *Educação em Revista*, 10, 05-15. Retrieved from http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-46981989000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Bureau Internacional do Trabalho (2003). *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho.

- Canário, R., Alves, N., & Rolo, C. (2001). *Escola e exclusão social*. Lisboa: Educa: Instituto de Inovação Educacional.
- Capucha, L. M. A. (1992). *Problemas da pobreza: conceitos, contextos e modos de vida* (Dissertação de mestrado em Sociologia Rural e Urbana). Lisboa: ISCTE.
- Capucha, L. M. A. (2005). *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- Clavel, G. (2004). *A sociedade da exclusão. Compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora.
- Costa, A. B. da C. (2007). *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, A. B. da C., Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, R. R. N. (2001). *Habilitações escolares e percursos da pobreza nos bairros degradados de Lisboa. Uma interpretação em duas biografias*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Retrieved from, http://run.unl.pt/bitstream/10362/306/1/costa_2001.pdf
- Dell, F., Legendre, N. (2003). Les enfants pauvres: une autre image de la pauvreté? Documento de trabalho INSEE F, 304. Paris: Institut National de la Statistique et des Études Économiques. Direction des Statistiques Démographiques et Sociales.
- João Paulo II (1993). Se queres a paz, vai ao encontro dos pobres (Mensagem de Sua Santidade João Paulo II para celebração do Dia Mundial da Paz, 1 de janeiro de 1993). Retrieved em http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_08121992_xxvi-world-day-for-peace_op.html

5. Bibliografia geral

- Albert, C., Davia, M. Á. (2007). Pobreza e Privación Juvenil en España. Propuesta de comunicación para el Encuentro de Economía Laboral y de la Educación. Gran Canaria. Retrieved from [http://www.google.com/#hl=pt-PT&output=search&client=psy-ab&q=ALBERT%2C+Cecilia%2C+DAVIA%2C+Mar%3ADa+%C3%81ngeles+\(2007\).+Pobreza+e+Privaci%C3%B3n+Juvenil+en](http://www.google.com/#hl=pt-PT&output=search&client=psy-ab&q=ALBERT%2C+Cecilia%2C+DAVIA%2C+Mar%3ADa+%C3%81ngeles+(2007).+Pobreza+e+Privaci%C3%B3n+Juvenil+en)
- Almeida, M. A. (2004). *Museus dos Transportes e comunicações — a Alfândega Nova do Porto. Um novo museu com novos públicos? Rupturas, continuidades e incertezas*. Mestrado em Sociologia: Construção europeia e mudança social em Portugal.
- Bell, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Dollé, M. (2005). Estimer la Pauvreté des Enfants. *Dossier n° 2 du Cerc*. Paris. Retrieved from [http://www.google.com/#hl=pt-PT&output=search&client=psy-ab&q=DOLL%3%89%2C+Michel+\(2005\).+Estimer+la+Pauvret%C3%A9+des+Enfants.+Dossier+n%C2%BA+2+du+](http://www.google.com/#hl=pt-PT&output=search&client=psy-ab&q=DOLL%3%89%2C+Michel+(2005).+Estimer+la+Pauvret%C3%A9+des+Enfants.+Dossier+n%C2%BA+2+du+)
- Eapn (1996). *Lutar contra a pobreza e a exclusão na Europa*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Estivill, J. (2003). *Panorama de luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho.
- Evans, R. (2008). Milhões de crianças ficam de fora da escola em países pobres. Retrieved from <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL875223-5602,00-MILHOES+DE+CRIANCAS+FICAM+FORA+DA+ESCOLA+EM+PAISES+POBRES.html>
- Farrel, F. (n.d.). Modernizar a protecção social e promover a inclusão. *Rediteia*, 30. Porto: Edição Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- Ferreira, M. L. B. de V. (2000). *A pobreza em Portugal na década de oitenta*. Lisboa: Conselho Económico e Social.

- Ferreira, V. (1999). O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais* (11 ed., pp. 165-196). Porto: Edições Afrontamento.
- Figueiredo, K. de J. A. A. (2007). *Enfrentamento da pobreza e do trabalho infantil: um diálogo necessário entre a educação e as políticas de transferência de renda*. Universidade de Brasília. Departamento da Educação. Retrieved from <http://WWW.estudos do trabalho.org/naais6semi nario-dotrabalho/>
- Gentili, P. (2005). *Pedagogia da exclusão. Crítica ao neoliberalismo em educação*. Pétropolis: Editora Vozes.
- Gomes, A. J. L. F. (2002). *O rendimento mínimo garantido. Da exclusão à inserção social*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Martins, G. O. (1991). *Escola de cidadãos*. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- Matchinidé, S., Vinaha, N.T., Matongo, S. A., & Zaboló, E. (2006) . Pauvreté multidimensionnelle des enfants et des ménages. Analyse appliquée à la République Centrafricaine. PMMA Network Session Paper. Retrieved from [http://www.google.com/#hl=pt-PT&output=search&client=psy-ab&q=MATCHINID%C3%89%2C+Serge+et+al+\(2006\)+.+Pauvret%C3%A9+multidimensionnelle+des+enfants+et+de](http://www.google.com/#hl=pt-PT&output=search&client=psy-ab&q=MATCHINID%C3%89%2C+Serge+et+al+(2006)+.+Pauvret%C3%A9+multidimensionnelle+des+enfants+et+de)
- Mattoso, J. (2012). *Levantar o céu. Os labirintos da sabedoria*. Lisboa: Temas & Debates.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade (1998). *Dizer não à pobreza. Um combate para ganhar*. Lisboa: ISCTE.
- Minujin, A., Delamonica, E., & Davidziuk, A. (2006). Pobreza infantil: Conceptos, medición y recomendaciones de políticas públicas (pp. 9-14). In Minujin, A., Delamonica, E., & Davidziuk, A. (org.), *Pobreza infantil: Conceptos, medición y recomendaciones de políticas públicas*. Costa Rica: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales.
- Monteiro, M. F. G., & Coelho, L. P. (2006). *Pobreza e sobrevivência na infância*. Comunicação ao XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu, Minas Gerais. Brasil. Retrieved from http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_250.pdf
- Nunes, F. J. D. (2004). *Dinâmica de pobreza e eficácia do sistema de solidariedade e segurança social – uma aplicação a Portugal*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Pardal, L., & Correia, E. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal Editores.
- Paugam, S. (2003). *Desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.
- Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura (2001). *Rosa do mundo: 2001 poemas para o futuro*. Porto: Assírio & Alvim.
- Porto 2001: Capital Europeia da Cultura, Correia, M., Carvalho, G., Oliveira, J. A. (org.) (2001). *Rosa do Mundo: 2001. Poemas para o Futuro*. Porto: Assírio & Alvim.
- Ransom, J. (2000). *Combater a exclusão social: identificar papéis e potencialidades do Poder Local. Novos desafios e oportunidades*. Porto: REAPN.
- Rodrigues, C. F. (2007). *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza: Portugal nos anos 90*. Coimbra: Almedina.
- Sachs, J. (2005). *O fim da pobreza. Como consegui-lo na nossa geração*. Cruz Quebrada: Casa das letras.

- Sarmiento, M. J. (2002). *Infância, Exclusão Social e Educação como Utopia Realizável*. Educação & Sociedade, ano XXIII, n.º 78, abril/2002. Retrieved from www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a15v2378.pdf
- Sarmiento, M. J. (2010) *A pobreza das crianças: realidades, desafios, propostas*. Vila Nova de Famalicão. Edições Húmus, Lda. Retrieved from [www.google.com/#hl=pt-PT&output=search&client=psy-ab&q=SARMENTO%2C+Manuel+Jacinto+\(2010\)+A+pobreza+das+crian%C3%A7as%3A+realidades%2C+desafio](http://www.google.com/#hl=pt-PT&output=search&client=psy-ab&q=SARMENTO%2C+Manuel+Jacinto+(2010)+A+pobreza+das+crian%C3%A7as%3A+realidades%2C+desafio)
- Sen, A. (1999). *Pobreza e fomes*. Lisboa: Terramar.
- Silva, R., Nascimento, M. D. L., Jacob, J. M., & Barbosa, S. B. (2004). *Se os pais não vão à escola, a escola vai até os pais*. In *Revista Conexão*, 1(1). Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- Singer, P. (2006). *Como havemos de viver? A ética numa época de individualismo*. Lisboa: Dinalivro.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias pobres: desafios à intervenção social*. Lisboa. Climepsi Editores.
- Stake, R. E. (2009). *A arte de investigação em estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Townsend, P. (1979). *Poverty in United Kingdom. A survey of household resources and standards of living*. Great Britain: Pelican Books.
- Yunus, M. (2008). *Criar um mundo sem pobreza. O negócio social e o futuro do capitalismo*. Lisboa: Difel.

Todos os documentos retirados da Internet estavam disponíveis em 10 de maio de 2012.